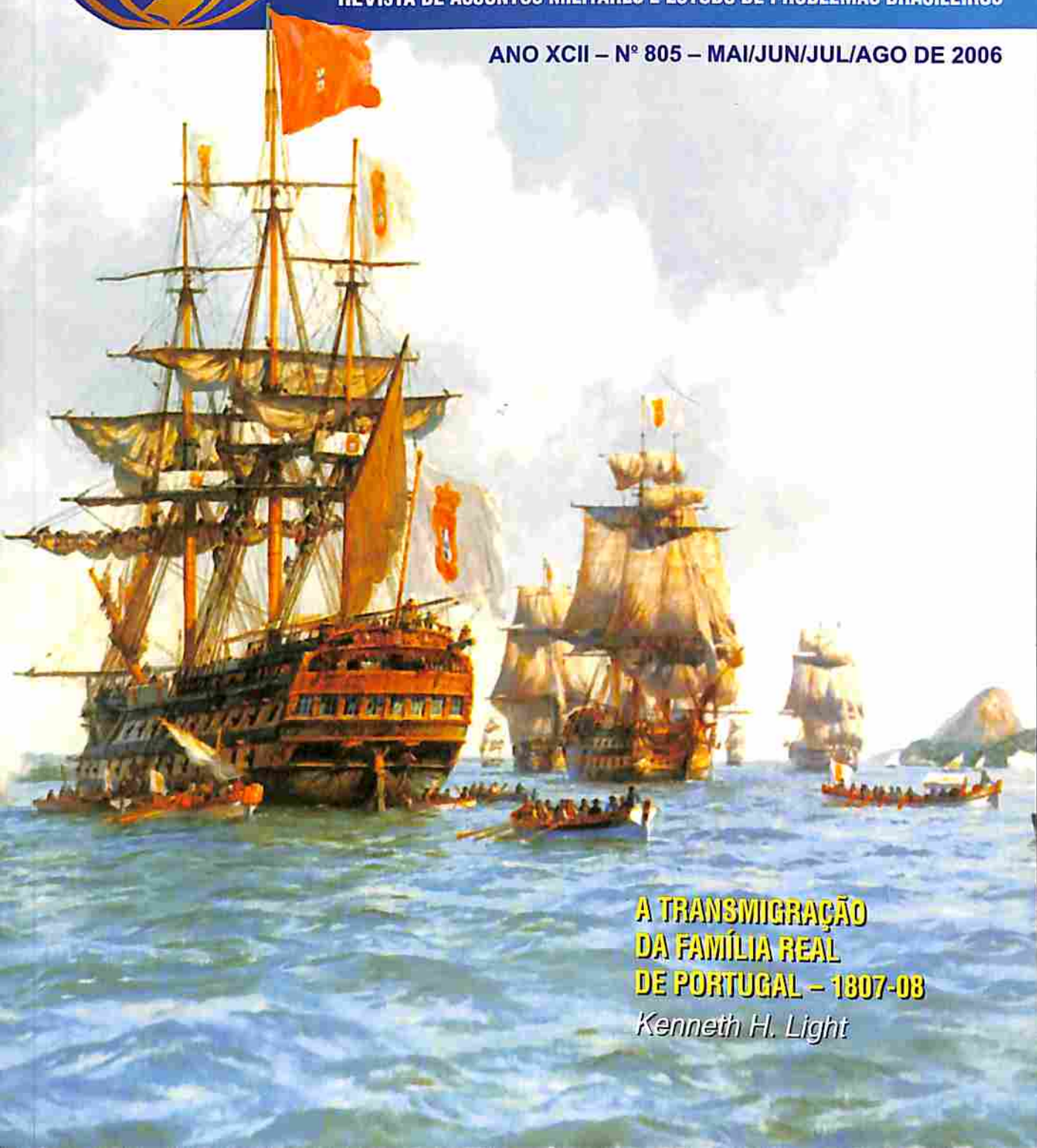




A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO XCII – Nº 805 – MAI/JUN/JUL/AGO DE 2006



**A TRANSMIGRAÇÃO
DA FAMÍLIA REAL
DE PORTUGAL – 1807-08**

Kenneth H. Light

EDITORIAL

Dom João, Príncipe Regente de Portugal, liderou a transmigração da Família Real para o Brasil, já com as tropas de Napoleão às portas de Lisboa. As versões da História, muitas vezes madrastas, registraram esse episódio como uma fuga, como alguma coisa patrocinada por terceiros.

Mas o tempo passou. Aos poucos, as coisas vão ficando claras. A imagem balofa e descuidada de Dom João vai cedendo lugar à figura de um grande estadista, capaz de levar uma corte e um governo para além-mar, instalar e fazer funcionar a ambos, além de fazer do Brasil um reino unido a Portugal e Algarves, como que encaminhando a autonomia e a separação que resultariam na independência.

O ambiente familiar tumultuado pela mãe louca e pela esposa de comportamento instável e com ambições próprias ligadas à Casa Real espanhola de onde provinha não impediu as providências que tomou para inserir o Brasil, até então Colônia, no rol das nações do mundo, providências que vão desde a transformação do Rio de Janeiro em uma verdadeira capital de reino até a estruturação de todo um aparelho de Estado, com ênfase na inteligência a ser construída pelas instituições que criou para tal.

É inacreditável que o tenha previsto – para isto trouxe gente e acervo – e que o tenha feito em tão curto prazo, nas condições em que o fez. Acresça-se a tudo isto o intrincado da situação européia, o jogo de interesses que envolviam as Américas, o jogo de interesses interno em Portugal e na própria corte.

Em 2008, comemoraremos a chegada de Dom João ao Brasil e tudo aquilo que a transmigração da Família Real portuguesa representou para os destinos da nação brasileira, particularmente para suas Forças Armadas. A *Defesa Nacional* convida seus leitores e colaboradores ao estudo e à discussão deste notável momento de nossa história.

SUMÁRIO

HOMENAGEM PÓSTUMA DA REVISTA MILITAR DE PORTUGAL AO CEL LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO	3
<i>Gabriel Augusto do Espírito Santo</i>	
A TRANSMIGRAÇÃO DA FAMÍLIA REAL DE PORTUGAL – 1807-08	4
<i>Kenneth H. Light</i>	
POR QUE CLAUSEWITZ É CONSIDERADO UM FILÓSOFO DA GUERRA?	15
<i>Leonardo Ramalho Rodrigues Alves</i>	
“A GUERRA ALÉM DOS LIMITES – UMA GUERRA IRRESTRITA” – UMA RESENHA ANALÍTICA	22
<i>Sergio Roberto Dentino Morgado</i>	
ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	36
<i>Aroldo Cedraz</i>	
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA E SUA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA	39
<i>Aldo Rebelo</i>	
NARCOTERRORISMO – O FLAGELO DO SÉCULO XXI	43
<i>Alvaro de Souza Pinheiro</i>	
AS VIOLAÇÕES “INVISÍVEIS” DAS FRONTEIRAS	46
<i>Marcos Henrique Camillo Côrtes</i>	
PARTIDOS POLÍTICOS: REPRESENTATIVIDADE E GOVERNABILIDADE	51
<i>Sérgio F. Quintela</i>	
GERENCIAMENTO DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO PARA UMA ORGANIZAÇÃO FLEXÍVEL	55
<i>Fernando Cívola Lopes</i>	
CENTENÁRIO DA MISSÃO FRANCESA NA POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO: BREVE BIOGRAFIA DO CEL BALAGNY	63
<i>Hélio Tenorio dos Santos</i>	
ENERGIA	
O gás natural na Bolívia: riscos e oportunidades	66
<i>Carlos Feu Alvim e José Israel Vargas</i>	
O gás da Bolívia – que futuro?	74
<i>Luiz Felipe Lampreia</i>	
O álcool e a auto-suficiência	76
<i>Celso Ming – colaborou Danielle Chaves</i>	
Nova fábrica começa a enriquecer urânio	77
DA IMPRENSA	
Autocrítica	78
<i>Vania Leal Cintra</i>	
Uma questão muito profunda	79
<i>Washington Novaes</i>	
Entrevista com Michelle Bachelet, Presidente do Chile	81
<i>Raul Juste Lores</i>	
ÍNDICE REMISSIVO	85

Homenagem póstuma da Revista Militar de Portugal ao Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho

IN MEMORIAN

Luiz Paulo Macedo Carvalho

A Revista Militar teve conhecimento de que, no passado dia 13 de fevereiro, tinha falecido no Brasil um seu colaborador, o Coronel de Artilharia e Estado-Maior Luiz Paulo Macedo Carvalho. Militar de valor do Exército da nação Irmã, era um amante da Nação portuguesa, por laços de ascendência, por conhecimento profundo de sua realidade e por convicção. A sua morte inesperada colheu-nos de surpresa, já que há pouco tempo tinha estado entre nós durante o Congresso Internacional de História Militar, onde era sempre figura presente, representando o seu País e para onde trazia comunicações de elevado o interesse.

A sua formação militar tinha começado na Academia Militar das Agulhas Negras, onde concluiu o curso de Artilharia em 1954. Frequentou depois a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, onde adquiriu o grau de doutor em Conhecimentos Militares, o Royal Army Educational Center e o Staff College, do Reino Unido, onde obteve o grau de mestre em Arte da Guerra, e na Escola Superior de Guerra do Brasil, onde concluiu o Curso sobre Geopolítica Brasileira. Frequentou ainda cursos de especialização no Brasil e nos EUA.

A par de sua formação militar, o Coronel Macedo Carvalho desenvolveu sempre uma atividade académica muito ligada à História Militar, às Relações Internacionais e à Cultura da Defesa. Interveniente activo nestes assuntos no espaço da América Latina, não esqueceu suas raízes europeias. Na História que uniu Brasil e Portugal, nas raízes culturais e militares das duas nações e na Imprensa e instituições que cimentavam as suas relações, a actividade do Luiz Paulo era contagiante. Além da sua colabora-

ção freqüente na Revista Militar, o Coronel Macedo era membro honorário da Academia Portuguesa de História, da Sociedade de Geografia de Lisboa, da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

Ligado a instituições de Cidadania e de Cultura do seu País, era membro de várias Associações ligadas à História e Imprensa militares, na América do Sul, dos EUA e da Europa. Além de ensaios publicados, deixou a sua colaboração impressa nas revistas *Agulhas Negras*, *A Defesa Nacional*, *Revista do Exército Brasileiro*, *Cultura*, do Exército Brasileiro, *Revista Militar* e *Jornal do Exército*, de Portugal, *Military Review* e *Joint Force Quarterly*, dos EUA, *Mastil Internacional*, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Brasil*, *Revista do Clube Militar* e *Revista do Clube Naval*.

Foi Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (1995-2004), membro da Comissão Nacional do V Centenário do Descobrimento do Brasil, Professor na UNIRIO e na Universidade de São Paulo, Presidente do Conselho Editorial da Biblioteca do Exército, Director-Presidente de *A Defesa Nacional* e Conselheiro da Confederação Nacional do Comércio.

Além de condecorações nacionais e estrangeiras, era, também, Grande Oficial da Ordem Infante D. Henrique.

O Coronel Macedo Carvalho deixa saudade nos seus amigos portugueses. Ao Exército Brasileiro e à família enlutada, as sentidas condolências da Revista Militar e dos amigos de Portugal, que recordam o Luiz Paulo dos tempos passados em conjunto na ECEME da Praia Vermelha.

Gabriel Augusto do Espírito Santo

General do Exército. Diplomado da ECEME, 1969.

A transmigração da Família Real de Portugal – 1807-08

Kenneth H. Light*

*Ilustração: Pintado por Geoff Hunt, R.S.M.A.
Por encomenda do Dr. Kenneth H. Light. Coleção particular*

A viagem que vamos descrever foi mais uma decisão sábia do grande estadista D. João, a qual, apesar de complexa e perigosa, sob a sua liderança, resultou em êxito total. Tão sábia foi esta decisão, que a Família Real espanhola tentou copiá-la, porém sem sucesso. As consequências positivas para Portugal, Brasil e Inglaterra foram inúmeras. Apenas a França lamentaria.

Mesmo aceitando a importância dessa viagem, até recentemente poucos detalhes eram conhecidos e, mesmo assim, quase sempre descritos por quem se encontrava em terra. Inúmeras dúvidas permaneceram sem resposta. Por exemplo: o que causou a Família Real a se separar logo no início da viagem? Por que a Família Real aportou em Salvador, quando seu destino era o Rio de Janeiro? A falta de documentação impediu historiadores, nesses quase dois séculos, de responder essas e outras perguntas.

Esta apresentação tornou-se possível, pois reflete o conteúdo de uma nova fonte primária. Consiste na análise dos livros de quartos das naus britânicas que bloqueavam o Tejo, em novembro de 1807, e que acompanharam a Esquadra portuguesa na sua jornada; também nos relatórios dos capitães ingleses durante e ao término da viagem.

A perspectiva, portanto, muda por completo; agora temos informações sobre o que estava acontecendo no mar. Os registros escri-

tos enquanto velejavam são muito detalhados e precisos. Podemos confirmar algumas informações previamente conhecidas, desmentir outras e, através de muitos dados novos, reconstruir a jornada.

Em 1995, terminada a pesquisa e a interpretação dos livros de quartos, redigidos muitas vezes debaixo de tempestades em alto-mar e usando uma linguagem da época enriquecida pelo vocabulário peculiar da Royal Navy, publiquei uma transcrição destes livros, como também os relatórios de viagem do Capitão Walker, que comandou a *Bedford* até Salvador e depois ao Rio de Janeiro, e do Moore, capitão da *Marlborough* e comodoro do Esquadrão britânico. No ano que vem esperamos publicar, enriquecido por contribuições de eminentes historiadores portugueses, um relato destinado ao grande público.

* * *

Mesmo após a batalha de Trafalgar, em 1805, quando o Esquadrão britânico conseguiu dominar os mares e evitar a invasão da Inglaterra, Napoleão não desistiu. Com o Tratado de Berlim, de 1806, a França tentava vencer a Inglaterra por meio econômico, impondo o bloqueio continental. Portugal não aderiu ao bloqueio. Assim, em 1807, a França decidiu impor-se. Inicialmente pelos tratados de Tilsit e, mais tarde, de Fontainebleau, o caminho para ocupar Portu-

*O autor é sócio da British Historical Society of Portugal, sócio-correspondente do Instituto Histórico de Petrópolis, diretor da Sociedade de Amigos do Museu Imperial (Petrópolis) e diretor da Sociedade de Amigos do Palácio Rio Negro (Petrópolis).

gal, como Napoleão tinha feito em tantos outros países, estava aberto.

Em vista das possíveis consequências desta política, D. João iniciou a discussão sobre uma estratégia alternativa que, muitas vezes no passado, tinha sido examinada sempre que uma crise viesse a abalar o país – a transferência da Família Real, corte e capital para o outro lado



Detalhe da chegada da Família Real de Portugal
A nau *Príncipe Real* acaba de fundear
Ilustração: Geoff Hunt

do Atlântico, para o Brasil. Desta vez seria diferente. A estratégia não só seria amplamente debatida, mas também implementada!

Seríamos injustos com D. João se não mencionássemos as dificuldades que ele enfrentou na tentativa de alcançar as metas que tinha intimamente estabelecido. A sua equipe era composta de homens inteligentes, porém com idéias e atitudes muitas vezes conflitantes.

No seu próprio Conselho de Estado, existia a divisão entre francófilos, liderados por D.

Antônio de Araújo de Azevedo, e anglófilos, liderados por D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Sua sapiência possibilitou a extração daquilo que cada um tinha de melhor a oferecer, para o bem da nação.

Os ministros, em Paris (D. Lourenço José Xavier de Lima) e em Madri (D. Ayres José Maria de Saldanha Coutinho Mattos e Noronha, 2º Conde da Ega), pareciam ter-se deixado encantar por Napoleão, o que fez com que eles se tornassem muito mais um obstáculo do que um recurso. Mais tarde, ambos se deram mal (Justiça divina?). Para escapar dos seus credores franceses, D. Lourenço teve, com permissão do Príncipe Regente, procurar imunidade diplomática junto ao ministro em Londres, o Conde (futuro Duque) de Palmela. Enquanto o Conde da Ega foi, em 1811, condenado à morte e destituído de todos os seus bens e honrarias. Em 1823, a sentença foi revogada. Foi por essas e outras ações que D. João entrou para a história com o cognome de O Clemente.

Organizar uma viagem levando uma corte inteira para o outro lado do mundo e ainda sem transparecer o que estava acontecendo, não foi uma tarefa fácil nem pode ser realizada de um momento para outro. Existem fortes evidências que, em agosto de 1807, D. João raciocinou de que sua melhor opção seria a transferência da Família Real e corte para o Brasil. Os preparativos então começaram: mandou aprontar as naus *Afonso de Albuquerque*, *Medusa* e *Conde D. Henrique*, que se encontravam em Lisboa; ordenou ao Esquadrão, que se ocupava em proteger a frota mercante de piratas no Estreito de Gibraltar, a voltar ao Tejo. Iniciou negociações com a Grã-Bretanha que culminaram com o convênio que foi assinado em 22 de outubro. A nação que dominava os mares escolteria a Esquadra portuguesa na sua jornada. Enviou ao Brasil, em 7 de setembro, o *Gavião*, um bergantim de 22 peças e tripulação de 118 homens comandado pelo Primeiro-te-

nente Desidério Manuel da Costa, com ordens ao vice-rei para suspender a partida de navios mercantes. E, finalmente, desenvolveu-se a discussão sobre o envio ao Brasil do filho, D. Pedro; provavelmente uma estratégia para despistar os preparativos.

Lorde Strangford, então com 28 anos, ministro interino na ausência do Ministro Plenipotenciário Lorde Robert Fitzgerald, reportou aos seus superiores após entrevista, em Mafra a 25 de setembro, "...todos os sentimentos de religião e dever proibiam-no de abandonar o seu povo até o último momento, e até que esforços tivessem sido feitos para salvá-los e para justificar-se perante Deus e o mundo; que em caso extremo ele tinha decidido retirar-se para seus domínios transatlânticos ...".

Em Lisboa, com a retirada dos representantes da França e da Espanha, a pressão aumentou. Boatos que um Exército francês preparava-se para invadir Portugal forçou D. João, muito contra a sua vontade, a aprovar medidas contra os súditos britânicos. Strangford retirou as armas do prédio que ocupava e, na tarde de 18 de novembro, acompanhado por auxiliares e os arquivos, transferiu-se para a nau *London*.

Na Inglaterra, os termos do convênio assinado com Portugal começaram a ser implementados. Em 11 de novembro, um esquadrão, sob o comando do Contra-almirante de pavilhão azul Sir Sidney Smith, partiu da base de Plymouth.

Em 16 do mesmo mês, o esquadrão encontrava-se a postos, patrulhando a foz do Tejo. As notícias de Lorde Strangford, com evidências inequívocas de hostilidades, fizeram com que fosse declarado o bloqueio do Tejo. Todos os navios estrangeiros seriam revistados e aqueles de nacionalidade francesa ou espanhola, apreendidos.

Em Lisboa, o Cônsul-geral Mr. Gambier tentava liberar os prisioneiros de guerra britâ-

nicos. Em 21 de novembro, partiu num brigue português e juntou-se ao esquadrão. Desde o dia 9, o Príncipe Regente havia confirmado a nomeação, por Lorde Strangford, de John Bell para desempenhar as funções de "...agente para prisioneiros de guerra britânicos...".

No dia 22, chegou a nau *Plantagenet*, trazendo o jornal *Le Moniteur* de 11 de novembro enviado por D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho, ministro junto à corte de S. James. As ameaças feitas por Napoleão, sobre o que aconteceria com a Família Real, quando lá chegasse, eram bem claras.

Na manhã do dia 24, quando os ventos da tempestade do dia anterior tinham diminuído, a corveta *Confiance*, Capitão James Yeo, largou para Lisboa a fim de entregar este importante documento.

Era o momento crítico esperado por D. João, pois com a fronteira terrestre invadida por exércitos da França e Espanha e a marítima sob bloqueio, suas alternativas encontravam-se exauridas. Tudo tinha sido feito – perante Deus, seus súditos e o mundo –, ninguém poderia acusá-lo de não ter, por todo o meio, tentado resguardar o seu país.

O Conselho de Estado presidido pelo Príncipe Regente se reuniu naquela mesma noite e tomou a decisão de partir para o Brasil. A Esquadra estava pronta para a viagem, faltando apenas embarcar os passageiros e colocar a bordo as carruagens, arquivos, cofres, pratas e mil e uma coisas. Em suma, tudo aquilo necessário para transferir e estabelecer a capital do reino no outro lado do Atlântico. Nem a França nem a Espanha suspeitavam do que estava acontecendo. Os planos, organizados sob a iniciativa de D. João, estavam a um passo de serem realizados.

À tarde do dia 27, a Família Real embarcou. Estava assim distribuída: na nau *Príncipe Real*, D. Maria I, D. João, infantes D. Pedro e D. Miguel e o Infante da Espanha D. Pedro

Carlos; na *Afonso de Albuquerque*, D. Carlota Joaquina, com suas filhas, infantas D. Maria Isabel Francisca, D. Maria d'Assunção, D. Ana de Jesus e D. Maria Tereza; na *Príncipe do Brasil*, a Princesa viúva D. Maria Francisca Benedita e a Infanta D. Maria Ana, ambas irmãs da rainha; e na *Rainha de Portugal*, as filhas de D. Carlota Joaquina, infantas D. Maria Francisca de Assis e D. Isabel Maria.

O embarque dos demais foi, compreensivelmente, muito tumultuado. Faltava a experiência de como embarcar milhares de pessoas; a grande maioria, provavelmente, pela primeira vez. O que levar, o que deixar – sem saber por quanto tempo estariam ausentes das suas casas ou mesmo se um dia voltariam. O medo do Exército que se aproximava, a angústia dos parentes que ficavam – tudo debaixo de uma chuva incessante.

A Esquadra velejaria lotada porque muitas pessoas importantes, como o Núncio Apostólico, Monsenhor Caleppi, não conseguiriam nem embarcar. Outros, como D. Pedro de Sousa Holstein, futuro Duque de Palmela, foram obrigados a voltar à terra, depois de embarcar.

Lorde Strangford, na véspera da partida, com muita dificuldade porque o vento começava a virar, entrou no Tejo e encontrou-se com D. Antonio de Araújo de Azevedo, a bordo da *Medusa*. O livro de quartos da corveta *Confiance* registra a sua volta a bordo às 8 horas da manhã.

Na noite do dia 28, o vento mudou de direção, de noroeste para sueste, permitindo a saída do Tejo. Na madrugada do dia 29, as naus começaram os preparativos finais para a viagem. A partida não poderia ser adiada porque apenas 18 horas depois Junot, comandante das tropas francesas, alcançaria Lisboa.

A *Medusa* e a *Martim de Freitas* lideraram a Esquadra para fora do rio, deliberadamente passando junto ao esquadrão russo fundeado próximo à entrada da barra, a fim de avaliar suas intenções e observar possíveis reações.

Depois foi a vez daquelas naus que transportavam membros da Família Real alcançarem aquele trecho do rio. A *Martim de Freitas* levava o prático do rio até a barra. Como não houve como retorná-lo, o mesmo viajou até o Brasil!

Caso o Almirante russo Siniavin soubesse que a sua pátria iria declarar guerra contra a Grã-Bretanha, em 2 de dezembro, a saída do Tejo da Esquadra portuguesa poderia ter sido bem diferente.

Ao atravessar a barra do Tejo naquela manhã, a Esquadra portuguesa encontrou-se com o Esquadrão britânico. Este esperava velejando em linha de batalha. Após ter recebido o sinal “preparar para batalha” da capitânia, as naus tinham sido transformadas em máquinas de guerra, com seus marinheiros e fuzileiros guardando as peças, prontos para o combate. Sir Sidney não estava disposto a correr qualquer risco. Após um diálogo amistoso a bordo da *Príncipe Real*, a troca de salvas previamente negociada ocorreu às 16h30. A nau *Príncipe Real* não participou devido à enfermidade da rainha.

A jornada começou com a Esquadra velejando rumo ao noroeste, pois os ventos de tempestade do sueste não permitiam outra alternativa. Para abaixar o centro de gravidade, as peças mais altas dos mastros (mastaréu, mastaréu do joanete e vergas) foram desarmadas e amarradas no convés. Esse rumo era mais confortável e menos perigoso do que aproar as naus rumo à Ilha da Madeira e receber o mar de través; mesmo assim, ficaram submetidos à arfagem. A capitânia britânica *Hibernia*, ao anoitecer, registrou 56 velas à vista.

O vento forte que soprou em Lisboa fez historiadores escreverem do perigo e do mal-estar dos passageiros ao velejarem com um mar de través. Imaginavam que a Esquadra, naquele momento, velejava em direção ao Brasil. O rumo verdadeiro não poderia ser visto da terra!

Naquela ocasião, fuzileiros das naus *Hibernia*, *Marlborough* e *London*, transferidos para a

fragata *Solebay* e as corvetas *Confiance* e *Redwing*, tentavam sem sucesso, devido ao mau tempo, capturar o forte do Bugio.

Na terceira noite, com a mudança da direção do vento, foi possível alterar o rumo. Nas primeiras horas da tarde do dia seguinte, atravessaram a latitude de Lisboa navegando em direção à Ilha da Madeira. Eram 18 velas de guerra portuguesas, 13 britânicas e 26 mercantes.

Em 5 de dezembro, aproximadamente a meio caminho entre Lisboa e Funchal (Madeira), parte do Esquadrão britânico, após a salva da *Hibernia* respondida pela *Conde D. Henrique*, alterou rumo para voltar ao bloqueio de Lisboa. A Esquadra portuguesa seria escoltada até o Brasil por um esquadrão de quatro naus: *Marlborough*, *London*, *Bedford* e *Monarch*, sob o comando do Comodoro Graham Moore.

Lorde Strangford, que até então tinha acompanhado a Esquadra a bordo da *Hibernia*, adoentou-se e voltou a Londres. Lá alegou que a Família Real transferiu-se para o Brasil devido a sua influência. Mais tarde retratou esta versão dos eventos. Com o governo estabelecido no Rio de Janeiro, foi ministro plenipotenciário.

Exemplificando o grau de detalhes que hoje possuímos, podemos relatar que, naquele dia, a nau *Hibernia*, por ordens de Sir Sidney, transferiu a lancha do almirante para a *Príncipe Real*, e as seguintes provisões para a *Rainha de Portugal*: 13.440 libras de pão em 120 sacos, 1.136 peças, de oito libras cada, de carne de boi e 1.570 peças, de quatro libras cada, de carne de porco e 54 alqueires de ervilhas secas. A *Marlborough* embarcou 43 toneladas de água salgada para compensar a água e mantimentos consumidos desde a sua partida de Plymouth.

O bom tempo e os livros de quartos desmentem a história relatada por Boiteaux, Esparteiro e outros escritores que, antes da separação, o Capitão da *Príncipe Real*, Francisco do Canto de Castro e Mascarenhas, manobrou sua nau para que o mimo que Sir Sidney queria ofe-

recer a D. João fosse entregue por mão, de um lais de verga para outro.

No dia seguinte, a *London* recebeu 69 passageiros da nau *Príncipe Real*, outros (o livro de quartos não especifica o número) foram transferidos para a *Monarch*.

Capitão James Walker reportou ao Almirantado que a *Príncipe Real* velejava com 1.054 pessoas a bordo. Assim, caso a guarnição de 950 homens estivesse completa, o número de passageiros seria, então, de 104 pessoas.

Naquela noite, escoltado pelo brigue *Voador*, *London* pôs-se a caminho de Funchal, para lá fazer aguada.

Em 8 do mesmo mês, aproximadamente a 50 léguas ao norte da Madeira, com receio de aproximar-se, à noite, de um perigo conhecido como Oito Pedras, a Esquadra portuguesa atravessou. As naus *Marlborough* e *Monarch* também pararam.

À noite, a visibilidade era muito reduzida devido à chuva, assim mesmo as naus *Príncipe Real* e *Afonso de Albuquerque*, sem dar qualquer sinal, partiram com suas fragatas rumo noroeste. Novamente o vento soprava do sueste. O resultado foi que, na manhã seguinte, encontravam-se velejando escoteiro; a nau *Príncipe Real* com a fragata *Urânia*, *Afonso de Albuquerque* com a fragata *Minerva* e a *Bedford*. Ainda paradas no mesmo local estavam as naus *Rainha de Portugal*, *Conde D. Henrique*, *Marlborough* e *Monarch*.

Anteriormente, as demais naus tinham obtido permissão de D. João para seguir viagem independentemente para o Brasil.

Todos os comandantes agora tomaram a mesma decisão. Partiram para os encontros previamente combinados; sucessivamente, oeste da Madeira, ao largo da Ilha de Palma (Canárias), e Praia, na Ilha de S. Tiago (Cabo Verde).

Em 11 de dezembro, as naus *Príncipe Real* e *Afonso de Albuquerque*, que basicamente tinham seguido o mesmo rumo, reencontraram-se. Em 14 de dezembro, *Bedford*, após ter pas-

sado 36 horas ao largo da Ilha da Madeira e enquanto aguardava perto da Ilha de Ferro (Canárias), finalmente avistou-as e, no dia seguinte, pôde anotar que viajavam em conserva.

Em 21 de dezembro, D. João informou ao Capitão James Walker que tinha decidido ir, sem parar, para o Brasil. O andamento da Esquadra era razoável e não faltava água ou mantimentos. Naquela noite, a fragata *Minerva* fora enviada à S. Tiago para avisar os demais navios da decisão do Príncipe Regente.

As quatro naus, que tinham passado a noite paradas perto da Madeira, entraram para fazer aguada em S. Tiago em 24 de dezembro e lá encontraram a *Minerva*. A *London*, que tinha sido enviada para fazer aguada em Madeira, fundeou dois dias depois.

Em 27 de dezembro, de Cabo Verde, partiram com destino a Cabo Frio, distante 823 léguas. Tinham conhecimento que as naus, com a Família Real, velejavam num rumo paralelo ao leste. Assim, diariamente ao alvorecer, *Monarch* recebia sinal para deslocar-se para o horizonte no sueste. À noite, recebia sinal para voltar, evitando perder-se na escuridão.

Em 2 de janeiro de 1808, *Bedford* reportou que estava avistando três naus no horizonte. Um vento fraco e o fato de que era a única nau de escolta junto à Família Real impediam-na de investigar. Naquela noite, uma luz azul fora colocada no topo do seu mastro real. Esta foi a única ocasião, após 8 de dezembro, em que o acender de uma luz azul foi anotado. O livro de quartos da *Marlborough* registra, às 23h, a presença de uma luz azul no horizonte. Ao meio-dia, as tomadas de posição dessas duas naus mostram uma diferença de cinco minutos de latitude e um grau e cinco minutos de longitude. Devido aos fatos acima e às discordâncias normais na tomada de posição, podemos hoje ter a certeza de que as duas divisões da Esquadra, que viajavam independentemente, estavam à vista uma da outra e, por pouco, não se encontraram.

Caso tivesse ocorrido, como teria se desenvolvido a História? Será que D. João teria ido a Salvador onde assinou a abertura dos portos?

As naus com a Família Real a bordo, aproximando-se do equador, entraram numa área de calmarias. Levaram 10 dias para galgar 30 léguas (esta distância levaria 12 horas com um forte vento).

Hoje, nosso conhecimento das naus que empreenderam essa viagem é quase nulo. Não podemos imaginar, por exemplo, que o trabalho de trazer a bordo o ferro e guardar o seu cabo ocupava 383 homens. Desconhecemos também a qualidade das refeições, a medicina e a higiene a bordo, o tédio e o perigo.

O progresso lento – mesmo depois de ter ultrapassado esta área de calmarias, pois o vento soprava do sueste –, somado ao fato que a *Afonso de Albuquerque* era uma nau ronceira, contribuiu para que D. João mudasse seus planos; já se encontravam há sete semanas no mar. Às 13h20 de 16 de janeiro, o cúter da *Bedford* deslocou-se até a *Príncipe Real* e recebeu ordens de alterar o rumo, pois a decisão tinha sido tomada de ir a Salvador.

Relatos anteriores de que esta decisão fora tomada por causa da escassez de mantimentos e água não prosseguem. Após o dia 5 de dezembro, não houve transferência entre as naus. Quando a *Bedford* fundeou em Salvador, restava no porão 75 toneladas de água. O carregamento completo, em Plymouth, tinha sido de 225 toneladas. O consumo diário era de duas toneladas.

Em 22 de janeiro de 1808, portanto após 55 dias no mar, finalmente fundearam em Salvador. A primeira etapa da viagem havia terminado. Alguns dias antes, em 17 de janeiro, a divisão da Esquadra que tinha velejado diretamente de S. Tiago, após aterrar em Cabo Frio (um exemplo da precisão possível na navegação desta época), entrou na Baía de Guanabara.

Aos poucos, todas as naus foram chegando: *Medusa*, bastante avariada, atracou no Re-

cife em 13 de janeiro; *D. João de Castro*, danificada e fazendo água, fundeou, no início daquele mês, na Enseada de Lucena (Paraíba); *Martim de Freitas*, após breve estadia em Salvador, arribou no Rio de Janeiro em 26 de janeiro; *Príncipe do Brasil* chegou no Rio de Janeiro em 13 de fevereiro, portanto um atraso de quatro semanas, pois teve que se dirigir primeiro à Inglaterra para reparos. Antes, porém, as irmãs da rainha foram transferidas para a nau *Rainha de Portugal*.

Enfim, embora severamente castigadas pelas sucessivas tormentas de inverno, que causaram avarias consideráveis, todas as naus chegaram ao seu destino. Isto reflete a qualidade dos oficiais e das guarnições, assim como do projeto e da construção dessas naus; fruto da experiência de vários séculos navegando regularmente através dos oceanos, em condições de tempo variadas.

A Família Real desembarcou em 23 de janeiro. A rainha seguiu no dia seguinte. No dia 30, o Príncipe Regente visitou a *Bedford*, examinando todas as partes da nau durante três horas. Enquanto permaneceram em Salvador, as naus preparavam-se para a segunda etapa da viagem: consertos, recebimento de mantimentos secos e salgados e animais vivos (*Bedford* matou seis bois e três porcos durante a viagem até o Rio de Janeiro).

D. João tinha plena confiança no Capitão James Walker. Enquanto esperavam em Salvador, mandou transferir para *Bedford*, nos dias 14, 15 e 17 de fevereiro, 84 cofres com tesouros, para serem transportados até o Rio de Janeiro.

Em 26 de fevereiro, às 10h30, a Esquadra composta pelas naus *Príncipe Real*, *Afonso de Albuquerque*, *Medusa* e *Bedford*, pela fragata *Urânia*, pelo brigue *Três-Corações*, pelo *Activo* e pelo *Imperador Adriano* (os dois últimos substituindo a *D. João de Castro*, que não tinha condições de prosseguir viagem sem primeiro submeter-se a grandes reparos) finalmente zarpou. Ao

meio-dia, tiveram de parar e esperar pela maré, mas logo depois estavam novamente a caminho e, pelas 16h, fora da baía e em mar aberto.

A viagem até o Rio de Janeiro foi tranqüila. Nas últimas duas noites pararam, por medida de segurança, pois velejavam perto da costa. Em 6 de março, entre descargas de chuva, o vigia da *Bedford*, às 13h15, finalmente avistou terra. Encontravam-se a cerca de oito léguas de Cabo Frio. No dia seguinte, entre salvas dos fortes e das embarcações, chegaram ao Rio de Janeiro.

Calculamos que a tripulação das esquadras naval e mercante deveria ter sido em torno de 7.500 homens. É impossível saber exatamente quantos foram os passageiros, pois não existe lista. Sabemos detalhes apenas sobre a nau *Príncipe Real*. No Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro, existe listas de passageiros de cinco navios mercantes – cada um levava entre 25 e 40 pessoas.

Assim calculamos que foram transportados entre 3.500 e 4.500 passageiros; um total, portanto, de 11 mil a 12 mil pessoas. O transtorno na cidade do Rio de Janeiro deve ter sido bem menor que anteriormente relatado – a tripulação da Esquadra naval continuaria a bordo, por receio de desertores, a chegada se estendeu durante um período de dois meses e muitos dos navios da frota mercante pertenciam a outras praças.

D. João ficara tão satisfeito com a atenção recebida da Marinha britânica que decidiu condecorar os principais oficiais. Um problema era o fato que todas as ordens militares eram também religiosas, portanto só poderiam ser conferidas a católicos.

Para contornar esse impasse, resolveu reviver uma ordem não-religiosa, a Ordem da Torre e Espada originalmente instituída por D. Afonso V, em 1459.

Em 4 de junho de 1808, aniversário do Rei Jorge III, Sir Sidney Smith recebeu a bordo da *London* a Família Real. Após os brindes habituais, o Príncipe Regente mandou que seu pavilhão, que fora içado a bordo da *London*, fosse trazido à sua

presença a fim de presenteá-lo a Sir Sidney. Em seguida ordenou-o esquatelar seu brasão com as armas de Portugal, para que os seus descendentes nunca esquecessem a gratidão da Família Real pelos serviços prestados nesta jornada.

* * *

Identificar como artistas registraram a viagem também fez parte da pesquisa.

Os resultados incluem: o embarque, no Cais de Belém – um quadro pintado por Nicolas Delerive, que se encontra no Museu Nacional dos Coches; alguns leques comemorativos com pequenas imagens mostrando a chegada no Rio de Janeiro.

O conhecimento detalhado e o vazio existente foram as principais razões que nos levaram a encomendar, do conhecido artista Geoff

estado do mar, assim como, também, a alegria irradiante expressa por todos ao ver e ter a Família Real tão perto, após essa longa e perigosa jornada.

Examinando de perto a pintura, podemos ver que:

No centro, a nau *Príncipe Real* com seus 104 passageiros e 950 tripulantes acaba de fundear; depois de entrar no vento, usando sua carangueja. Quando D. João anunciou que só iria desembarcar no dia seguinte, nobres e outros partiram em pequenas embarcações para prestar suas homenagens aos ilustres passageiros.

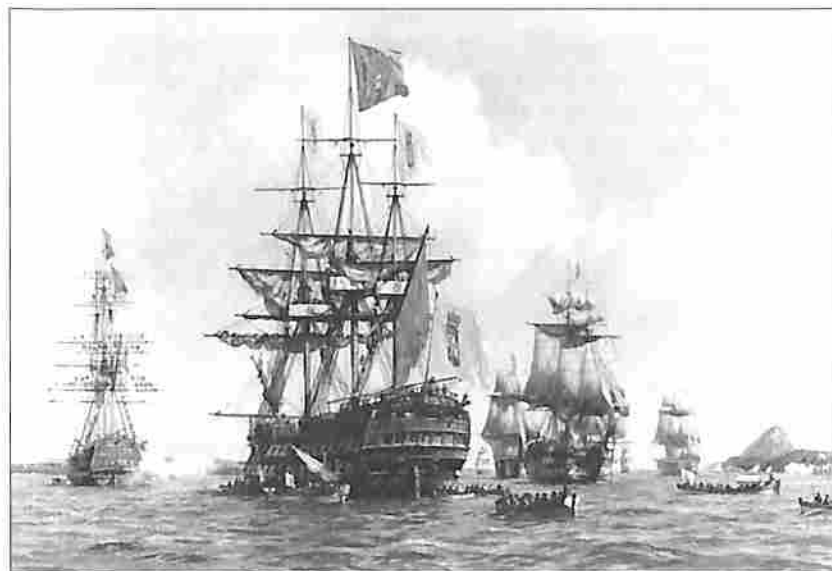
No lado esquerdo, a nau *Marlborough* que se encontrava na baía, disparou uma salva. Sua guarnição colocada nas vergas.

Do lado direito, pode-se observar a *Afonso de Albuquerque* que começa a ferrar suas velas em preparação para entrar no vento e fundear. Atrás, a *Medusa*, com o futuro Conde da Barca a bordo, e a fragata *Urânia*, que escoltou a *Príncipe Real* durante toda a viagem. Ao lado, *Bedford*, suas responsabilidades de escolta agora no seu fim. O forte de Villegagnon, que não mais existe, também salva.

No pano de fundo, a costa de Niterói, a entrada da baía e o Pão de Açúcar.

Portanto, agora temos uma visão do que foi a chegada no Rio de Janeiro, que até então não tínhamos.

Como muitas vezes acontece, o passar do tempo ilumina e esclarece. Os primeiros críticos, talvez por estarem próximos dos acontecimentos, interpretaram-nos de forma negativa; não enxergaram a grandeza e a coragem da decisão tomada por D. João, comprovada pelos eventos subsequentes. ☪



Detalhe da chegada da Família Real de Portugal – Ilustração: Geoff Hunt

Hunt RSMA, este quadro cuja fotografia está aqui em exposição.

Durante 18 meses, um estudo minucioso foi realizado com recomendações ao artista para refletir em sua obra mínimos detalhes, tais como a força e direção do vento, a luminosidade e o

Notas

- Arquivo Geral da Marinha, Lisboa
- Livro de Quartos da Fragata *Urânia*
- Arquivo Nacional, Rio de Janeiro (Public Records Office): Cód. 730
- Museu Imperial, Petrópolis (Imperial Museum)
- Arquivo da Casa Imperial do Brasil – POB
- Public Records Office, Londres (Arquivo Nacional)
- F.O. Foreign Office (Ministério dos Negócios Estrangeiros); F.O. 63/55, F.O. 63/56, F.O. 63/58 e F.O. 94/163
- ADM. Admiralty (Almirantado); ADM. 4206, ADM. 1/19, ADM. 1/824, ADM. 1/2159 e ADM. 1/2704 Livros de quartos: ADM. 51/1700, ADM. 51/1659, ADM. 51/1758, ADM. 51/1882, ADM. 51/1966, ADM. 51/1734, ADM. 51/1765, ADM. 51/1780, ADM. 51/1730, ADM. 51/1857, ADM. 51/1854, ADM. 51/1879, ADM. 51/1790, ADM. 51/1715, ADM. 51/1763 e ADM. 51/1738
- National Maritime Museum, Greenwich (Museu Marítimo)
- SIG/B/38 David Lyons, *Sailing Navy List*, Londres, 1993. Navy List de 1807.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, João Ricardo Pires de, *D. João VI Rei de Portugal e dos Algarves e Imperador Titular do Brasil; elogio histórico*, Ed. Comemorativa, Rio de Janeiro: [s.n.], 1885.
- Annaes do Senado do Imperio do Brasil, Rio de Janeiro: T. 3, p. 99, Typographia Nacional, 1826.
- Anonymo, *Observador Portuguez Histórico, e Politico de Lisboa desde o dia 27 de Novembro do anno de 1807 em que embarcou para o Brazil o Principe Regente Nosso Senhor e toda a real familia, por motivo da invasão dos Francezes neste Reino etc. etc. – Contém Todos os Editaes, Ordens publicas e particulares, Decretos, successos fataes e desconhecidos nas Histórias do mundo; todas as batalhas, roubos e usurpações até o dia 15 de setembro de 1808, em que foram expulsos, depois de batidos, os Francezes – Offerecido Ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, Grão Cruz das Ordens de Aviz e da Torre e Espada etc. etc.*, Lisboa: Impressão Regia, 1809.
- AZEVEDO, Joaquim José de, *Exposição analytica e justificativa da conducta, e vida publica do Visconde do Rio São desde o dia 25 de Novembro de 1807 até o dia 15 de setembro de 1821*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.
- AZEVEDO, Manoel Duarte Moreira de, *No tempo do Rei; conto histórico*, Rio de Janeiro: Azevedo, 1899.
- BARROW, John, *The Life and Correspondence of Admiral Sir William Sidney Smith G.C.B.*, Londres: Richard Bentley, 1848. 2 v.
- BECKFORD, William, *A Côte da Rainha D. Maria I*, Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1901.
- . *Recollections of an Excursion to Alcobaca and Batalha*, Paris: Societe des Editions Les belles Lettres, 1956.
- . *The Journal of William Beckford in Portugal and Spain 1787-1788*, Londres, Edited by Alexander Boyd, 1954.
- BEIRÃO, Caetano, *História Breve de Portugal*, Lisboa: Editorial Verbo, 1941.
- BELLEGARDE, Henrique Luiz Niemeyer, *Resumo da História do Brasil*, Rio de Janeiro: 3. ed. Corrigida e aumentada, Typografia de J. E. S. Cabral, 1845.
- BRANDÃO, Raul, *El-Rei Junot*, Lisboa: Monteiro & Cia., 1912.
- CASTRO, José Ferreira Borges de, *Collecção dos tratados, convenções, contratos e actos publicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até ao presente*, compil. e anotado, Lisboa: Imprensa Nacional, 1856-1858. 8 v.
- CALMON, Pedro, *O Rei do Brasil D. João VI*, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1935.
- . *História Naval Brasileira – A Abertura dos Portos*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, v. 2, parte I, 1979. 16 v.
- CANCIO, Henrique, *D. João VI*, Bahia: Diário da Bahia, 1909.
- CHAGAS, Manoel Pinheiro, *Diccionario Popular*, Lisboa: Lallement Frères, typ., 1876-90. 16 v.

- CHAMBERS, J. W., *Lisbon in Wartime*, The British Historical Society of Portugal 11th Annual Report, Lisboa: 1984.
- CHEKE, Marcus, *Carlota Joaquina (A Rainha Intrigante)*, Trad. Gulmara Lobato de Moraes Pereira, São Paulo: J. Olympio, 1949.
- Collecção das Leis do Brazil de 1808, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.
- CONSTANCIO, Francisco Solano, *História do Brasil desde o seu descobrimento por Pedro Alvares Cabral até a abdicação do Imperador D. Pedro I*, Paris: Livraria Portuguesa, 1939.
- DÉNIS, Ferdinand, *Résumé de l'Histoire du Brésil*, Paris: 2. Ed., Lecoq et Durey, 1825.
- DURANT, Will and Ariel, *The Story of Civilization*, Nova York: Simon and Schuster, 1975. 11 v.
- ESPARTEIRO, António Marques, *História Naval Brasileira – A Viagem*, Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, v. 2, p. I, 1979. 16 v.
- FAZENDA, José Vieira, “Antiquilhas e memórias: Trasladação da Família Real”, Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. 93, v. 147, p. 531-535, 1923.
- . “Chegada da Família Real”, Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, T. 88, v. 142, p. 38-44, 1940.
- FREIRE, Anselmo Braacamp, *Brasões da Sala de Cintra*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921-30. 3 v.
- GRAHAM, Maria, *Journal of a Voyage to Brazil and Residence There during part of the Years 1821, 1822, 1823*, Londres: Longman Hurst, 1824.
- HORWARD, Donald D., “Portugal and the Anglo-Russian Naval Crisis (1808)”, Rhode Island: *Naval War College Review*, Naval War College, 1981.
- JACKSON, Sir William G. F., *The Rock of the Gibraltarians*, Londres: 2. ed., Ashford, Buchan & Enright, 1990.
- JUNOT, Laure Saint-Martin, duchesse d’Abrantès, *At the Court of Napoleon, Memoirs of the Duchesse d’Abrantès*, Londres: Windrush Press, 1991.
- KING, Dean, *A Sea of Words*, Nova York: Henry Holt and Company, 1995.
- LIGHT, Kenneth H., *The Migration of the Royal Family of Portugal to Brazil 1807/08*, Log Books of H.M. Ships before the Tagus in November 1807 and of those that took part in the Voyage to Brazil, together with Reports and Letters from Captain James Walker of H.M.S. Bedford, who escorted the Queen and the Prince Regent to Bahia, and Commodore Graham Moore of H.M.S. Marlborough, who escorted the Portuguese Fleet to Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Private printing by Kenneth H. Light, 1995.
- LIMA, J. L. de Abreu, *Compêndio da História do Brasil*, Rio de Janeiro: Laemmert, 1843.
- LIMA, José Ignacio de Abreu de, *Synopsis ou Dedução Chronologica dos fatos mais notaveis da historia do Brasil*, Pernambuco: Typ. De M. F. de Faria, 1845.
- LIMA, Manuel de Oliveira, *Dom João VI no Brasil 1808-1821*, Rio de Janeiro: Typ. do *Jornal do Commercio*, 1908.
- LONGFORD, Elizabeth, Wellington, *The Years of the Sword*, Londres: Weiderfeld & Nicholson, 1969.
- MACAULAY, Neill, *Dom Pedro I a Luta pela a Liberdade no Brasil e em Portugal 1798-1834*, Trad. André Villalobos, Rio de Janeiro: Record, 1993.
- MACEDO, Joaquim Manoel de, *Lições de historia do Brasil para uso dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro Segundo*, Rio de Janeiro: Domingos José Gomes Brandão, 1863.
- MANCHESTER, Alan K., “A Transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro”, Trad. A. J. Lacombe, Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 277, p. 3-44, 1968.
- MADELIN, Louis, *Histoire du Consolat et de l'Empire - L’Affaire d’Espagne 1807-09*, Paris: v. VII, Hachette 1958. 16 v.
- MARTINS, Enéas Filho, *Conselho de Estado Português e a Transmigração da Família Real em 1807*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1968.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira, *História de Portugal*, Lisboa: 9. ed., Parceria Antonio Maria Pereira, 1991.
- MORAES, Alexandre José de Mello, *Chorographia Histórica*, Rio de Janeiro: T. I, Typ. De Pinheiro & Comp., 1866. 2v.
- . *A Independência e o Império do Brasil*, Rio de Janeiro: Typ. do Globo, 1877.
- . *História da Trasladação da Corte Portuguesa para o Brasil em 1807-1808*, Rio de Janeiro: Livraria da Casa Imperial de E. Dupont Ed., 1872.
- MONTEIRO, Tobias, *História do Império A Elaboração da Independência*, Rio de Janeiro: F. Briguiet, 1927. 2 v.

- NAPIER, W. E., *History of the War in the Peninsula*, Londres: Constable, 1828. 4 v.
- NAVYRECORDS SOCIETY, *The Letters of Sir William Sidney Smith The Navy and South America 1807-1823*, Londres: Ed. Gerald S. Graham & R. A. Humphreys, 1962.
- NEVES, José Acúrsio das, *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto: Edições Afrontamento, 1984. 5 v.
- NORONHA, Eduardo de, *Pina Manique O Intendente de Antes Quebrar...*, Porto: Livraria Civilização – Editora, 1940.
- O'NEIL, Lieutenant Count Thomas, *A Concise and Accurate Account of the Proceedings of the Squadron under the Command of Rear Admiral Sir Sydney Smith K.S. &c. in Effecting the Escape of the Royal Family of Portugal to the Brazils, on November 29, 1807; and also the Sufferings of the Royal Fugitives, &c. during their Voyage from Lisbon to Rio Janeiro: with a variety of other Interesting and Authentic Facts*, Londres: J. Barfield, 1810.
- PEREIRA, Angelo, *D. João VI Príncipe e Rei; A Retirada da família real para o Brasil 1807*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953.
- . *Os filhos D'El Rei D. João VI*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946.
- . *As Senhoras Infantas Filhas de El-Rei D. João VI*, Lisboa: Editorial Labor, 1938.
- PINHEIRO, José Pedro Xavier, *Epítome da história do Brasil desde o seu descobrimento*, Rio de Janeiro: 3. ed., Typographia Universal de Laemmert, 1864.
- PINTO, Albano da Silveira, *Resêña das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Lisboa: Arthur da Silva, 1883. 2 v.
- PORTELA, Joaquim Pires Machado, “Chegada da Família Real Portuguesa à Província da Bahia em Janeiro 1808”, Rio de Janeiro: T. 45, v. 65, p. 5-11, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 1882.
- RANGEL, Alberto, *Inventário dos documentos do arquivo da Casa Imperial do Brasil existentes no Castelo d'Eu*, Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação e Saúde, 1939. 2 v.
- . *Os Dois Inglezes Strangford e Stuart*, Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, Arquivo Nacional, 1972.
- ROSSI, Camilo Luis de, *Memória sobre a evasão do Núncio Apostólico Monsenhor Caleppi, da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro*. Trad. Dr. Jerônimo de Avelar Figueira de Melo, do Arquivo Secreto do Vaticano N.º 143: A. Portogallo, Rio de Janeiro: v. LXI, Anais da Biblioteca Nacional, 1939.
- RUSSEL, Edward Frederick Langley, *Knight of the Sword (Sir W. S. Smith)*, Londres: Victor Gollancz, 1964.
- SÁ, José D'Almeida Corrêa de, *D. João VI e a Independência do Brasil*, Lisboa: [Artes Gráficas], 1937.
- SANTOS, Luiz Gonçalves dos, *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil*, São Paulo: Editora Itatiaia da Universidade de São Paulo, Belo Horizonte, 1981. 2 v.
- SCHOM, Alan, *Trafalgar, Countdown to Battle*, Londres: Penguin, 1990.
- SILVA, J. M. Pereira da, *História da Fundação do Imperio Brasileiro*, Rio de Janeiro: Garnier, 1864. 7 v.
- SORIANO, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil*, Lisboa: v. II, Imprensa Nacional, 1866-93. 15 v.
- SOUSA, Octávio Tarquino de, *A Vida de D. Pedro I*, Rio de Janeiro: J. Olympio, 1952. 3 v.
- SOUZA, Antonio Caetano de, *Memórias dos Grandes de Portugal*, Lisboa: Sylviana, 1754.
- TAVARES, Adérito e PINTO, José dos Santos, *Pina Manique Um Homem Entre Duas Épocas*, Lisboa: Casa Pia de Lisboa, 1990.
- THE NATIONAL DICTIONARY OF BIOGRAPHY, Londres: p. 800, [n. p.], 1903.
- THIERS, Louis-Adolphe, *Histoire du Consulat et de l'Empire*, Paris: [n. p.], 1846-52. 8 v.
- VARNHAGEN, Francisco Adolpho de, *História Geral do Brasil*, São Paulo: 3. ed., Melhoramentos, 1927-36. 5 v.
- VIDAL, Frederick Gavazzo Perry, *Genealogias reaes portuguesas; descendencia de S. M. El-Rei o Senhor Dom João VI*, Lisboa: Guimarães & Cia, 1923.
- ZÜQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1960. 3 v.

Por que Clausewitz é considerado um filósofo da guerra?

*Leonardo Ramalho Rodrigues Alves**

RESUMO

Este ensaio se propõe a identificar as influências filosóficas na obra de Clausewitz. Pretende pôr em relevo o “filósofo da guerra”, pois esta é a face que o torna perene e inigualável. Compara Clausewitz com figuras proeminentes das principais correntes filosóficas dos séculos XVIII e XIX, destacando, subliminarmente, a flagrante influência do racionalismo e do idealismo alemão. Conclui constatando que conceitos como “guerra absoluta”, “guerra real”, “unidade entre política e guerra” e a introdução de fatores subjetivos na análise da guerra são derivados da filosofia.

PALAVRAS-CHAVE

Clausewitz, guerra, filosofia.

Considerações preliminares

“É uma filosofia (a obra de Clausewitz) e não um manual básico de instrução militar.”

(Roger Ashley Leonard – p. 6)

A identificação de uma base filosófica na obra de Clausewitz (1780-1831) é uma tarefa árdua, porém gratificante. Como não há caminhos, é mister a seleção de base segura para a expedição intelectual a realizar. Neste desiderato, buscou-se amparo no profícuo e dinâmico período do pensamento filosófico, balizado pela publicação de *Meditações Metafísicas* (1641), de Descartes (1596-1650), do clássico *A Ética*, de Espinosa (1637-1677) e, finalmente, em *Crítica da Razão Pura*, de Immanuel Kant (1724-1804).

As incursões na filosofia são literalmente penosas, pois se trata de área do conhecimento tão ampla, quanto diversificada, exigindo es-

forço intensivo e metódico para ser apreendida. As abordagens subjetivas e teóricas da filosofia, particularmente as de natureza metafísica, são dificuldades permanentes, pois, com frequência, não se verifica unidade entre os conceitos mais importantes.

Da Guerra (Vom Kriege), a obra magna de Clausewitz (1780-1831), apareceu pela primeira vez em 1832, um ano após a morte do autor. Pela primeira vez, surge na literatura ocidental obra com metodologia peculiar, empregando nomenclatura própria da lógica, bem como incluindo conceitos correntes na Metafísica, tudo com o objetivo de se estabelecer uma superestrutura capaz de sustentar cientificamente o conhecimento militar.

É a imbricação entre filosofia e guerra que torna a obra de Clausewitz única e universal, sendo de fato “o primeiro estudo da guerra que trata efetivamente dos fundamentos do tema”, no dizer de abalizado estudioso de Clausewitz.

A metodologia de Clausewitz, que encarna traços de historiador e filósofo, é dedutiva e ex-

* O autor é Tenente-coronel de Cavalaria e de Estado-Maior.

perimental, dado que, segundo ele, a “filosofia e a experiência afixavam-se reciprocamente”. Digase de passagem que esse encadeamento de deduções com base na prática militar de Clausewitz é a característica mais marcante de *Da Guerra* e que o torna um livro marcadamente filosófico.

Quanto ao conteúdo, Clausewitz rejeita cabalmente a teoria mecanicista da guerra, presente nos trabalhos de Jomini (1779-1869), Von Bulow (1757-1807) e Von Berenhorst (1733-1814), prevaletentes no Iluminismo, e largamente influenciada pelas idéias de Descartes, Hobbes e Leibniz.

O prussiano, então, fundamenta a teoria da guerra na análise crítica da História, tanto quanto absorve definições metafísicas hauridas, provavelmente, no conhecimento da obra de Kant. Sim, porque Clausewitz é contemporâneo deste, e ninguém, particularmente na Alemanha, que escrevesse sobre filosofia poderia ficar imune ao pensamento kantiano.

A propósito, na introdução de Rogers Ashley Leonard a *Clausewitz – trechos de sua obra* (1967), a tese é reforçada quando ele assegura que o pensador prussiano viveu em época que a filosofia predominava não só nas universidades como nas salas de visita da Alemanha.

Dessa forma, revelando o caráter filosófico da obra, pela primeira vez são empregados conceitos como “coisa em si mesma” (*Ding-an-sich*), natureza dual, totalidade, realidade da guerra, polaridade etc. É relevante salientar que o capítulo I de *Da Guerra* denomina-se “A Natureza da Guerra”, bem como se inicia com a indagação eminentemente filosófica: O que é a guerra? Ora, isto assinala a possível natureza ontológica da obra clausewitzniana.

Aqui cabe breve digressão. Filósofos, ao longo do tempo, se posicionaram sobre a natureza da guerra, influenciando militares e políticos. Como exemplo menciona-se a existência de um “triângulo” de discordância e admiração entre Frederico, o Grande (1712-1786), Leibniz (1646-1716), de um lado, e Voltaire (1694-

1778), de outro. É, praticamente, a geração anterior de Clausewitz e Kant. Em *Cândido* e o *Otimismo* (1750), está clara a convivência entre eles, expressando Voltaire, em viés estupendamente irônico, seu antimilitarismo, encarnado por Frederico, e suas posições contrárias ao determinismo e ao mecanicismo, esposado por Leibniz.

Retomando Clausewitz, a ruptura deste com o modelo mecanicista da guerra, particularmente presente em Von Bulow, que concebera uma teoria da guerra como uma espécie de matemática aplicada, deu-se com o entendimento de que era necessário um método confiável para estudar a arte da guerra e elaborar uma teoria militar “que fosse intelectualmente sustentável”.

Isso significou eliminar as contingências e identificar os fundamentos, princípios e a dinâmica mais permanente da guerra, ou seja, entender a essência e a realidade da guerra. Para tanto, quais seriam, à época, os caminhos possíveis e disponíveis ao prussiano para que ele elaborasse sua teoria?

Guerras: Grandes concepções

“Devemos procurar a integridade ou o poder? É melhor ser bom ou forte?”

(Questionamento dos sofistas a Platão)

Para se situar, de modo amplo, no contexto das principais correntes filosóficas à época de Clausewitz – idealismo, racionalismo e empirismo –, faz-se mister entender os pressupostos básicos de cada uma delas.

O termo idealismo data do século XVII e tem como ponto de partida as reflexões sobre o “eu”. Derivações importantes foram estabelecidas por Kant, segundo o qual a realidade somente pode ser sentida por intermédio de estruturas preexistentes na mente humana. Grosso modo, isto significa que nada existe fora do sujeito (do eu) que percebe.

Opõe-se a esta concepção o empirismo que enfatiza o papel da experiência sensível no pro-

cesso do conhecimento, tendo os ingleses Roger Bacon, John Locke e David Hume como figuras de proa. Para estes, nada existe na nossa mente que já não esteja presente na natureza.

Já o racionalismo, signo dominante da filosofia setecentista, significa que a razão é a única via de compreensão e a norma exclusiva da ação, identificada com a inteligibilidade e com as noções de causa e de lei, tanto na ordem do pensamento como na ordem das coisas. São racionalistas Descartes, Espinosa e Leibniz. Desse modo, muito resumidamente, para os primeiros, o conhecimento deriva da razão, para os empíricos, só começa após a experiência sensível.

Clausewitz é contemporâneo de uma filosofia sobremodo envolvida em questões metodológicas para obtenção do conhecimento, pós-revolução francesa e influenciada pela Renascença. Portanto, diante desta efervescência intelectual, quais são as influências em *Da Guerra*?

Descartando-se, por conhecimento *a priori*, o empirismo, há a necessidade de particularizar mais os demais sistemas filosóficos, para que se possa ajuizar algo sobre o pensamento do prussiano.

Espinosa e Clausewitz: as questões do método de exposição das idéias aproximam os dois pensadores

“Ao contrário do que pensamos durante muito tempo, foi afinal Espinosa quem triunfou, não apenas dos teólogos, não apenas de Descartes, mas também de Kant.”

(Henri Atlan – extraído de Ética; Introdução de Joaquim Carvalho)

Em Espinosa, a fé na razão é levada ao paroxismo, o que o levou a gerar a magnífica estrutura de *Ética*, cujo conteúdo é apresentado como um tratado de geometria e lógica, com uma sequência de deduções com base em definições, axiomas, proposições e demonstrações. O racionalismo de Espinosa é tão acentuado que ele concebeu matéria e espírito como a mes-

ma coisa, denominando-os indistintamente natureza ou Deus ou substância.

Para os racionalistas, a razão é demonstrativa, destarte, a ordem e o método ganham relevo na forma de expor dos seguidores desse sistema. É possível identificar esta tendência no clássico de Clausewitz. Embora, a bem da clareza, acrescente-se que muito provavelmente o prussiano desconhecia a obra do filósofo judeu ao escrever *Da Guerra*. Portanto, se sofreu alguma influência, ela foi indireta.

Então, a vista disso, em que pontos os pensamentos de ambos são concorrentes?

Primeiramente, ambos comungam o entendimento de que a razão é “a negação da contingência ou, por outras palavras, pelo pressuposto de que tudo o que existe e ocorre, existe e ocorre, necessariamente, como ordenação imane às próprias idéias, seres e eventos”. Isto para Clausewitz significa que a função de uma teoria sobre a guerra era a de fazer com que a evidência empírica, ou a realidade histórica, se sujeitasse ao exame e à reflexão da razão.

Em segundo lugar, assemelham-se na forma de exposição das idéias. Em *Da Guerra*, percebe-se sem esforço o modelo filosófico *more geometrico*. Ou seja, parte-se da definição da guerra, e, por dedução, descortinam-se princípios, fundamentos, juízos e modos da guerra.

Dessa forma, à semelhança de uma tábua de definições, Clausewitz apresenta suas primeiras definições:

I. A guerra nada mais é que um duelo em grande escala.

II. Violência é força física.

III. A guerra é um ato de violência que visa compeli o adversário a submeter-se à nossa vontade.

Na sequência, oferece por demonstração axiomas sobre a guerra. Observe-se.

I. A guerra nunca é um ato isolado.

II. A guerra não consiste de um único golpe instantâneo.

III. O resultado da guerra nunca é absoluto.

IV. A guerra é um jogo, tanto objetiva como subjetivamente.

V. A guerra é sempre séria.

VI. A guerra é uma simples continuação da política por outros meios.

Encontram-se referências na obra de Julian Líder, *Da Natureza da Guerra* (1977), de que o autor prussiano pretendia escrever toda a obra em capítulos curtos, sob a forma de aforismos, o que mais uma vez reforça a semelhança no modo de expor entre Clausewitz e Espinosa.

Finalmente, e sobre isto pairam dúvidas, seria possível interpretar conceitualmente Clausewitz a partir de Espinosa?

Sim, mas somente parcialmente. Por exemplo, o conceito de “monismo” de Espinosa, dito por estudiosos, colhido em Giordano Bruno, pode ter inspirado Clausewitz na conclusão sobre a unidade e a subordinação da guerra à política, ponto culminante da filosofia do prussiano.

É clara, em toda a extensão de *Da Guerra*, a unidade de guerra e política, pois, para o prussiano, “guerra é apenas uma parte do intercurso político, não vindo a constituir em absoluto uma atividade independente”, arrematando logo a seguir que, sem a subordinação à política, “a guerra é uma insensatez sem nenhuma finalidade”.

Além disso, as abordagens de Clausewitz sobre a realidade da guerra, modalidade e polaridade, podem ser interpretadas à luz de Espinosa. Como?

Para Espinosa, modo ou modalidade tem o sentido de acidente, de particularidade e de individualidade, qualquer forma ou formato que a realidade assuma transitoriamente.

No filósofo da guerra, poderíamos, sem esforço, identificar esta percepção nas formulações sobre defesa e ataque, segundo ele as duas principais, literalmente, modalidades da guerra. Assim, defesa e ataque são “acidentais”, de vez que forçosamente limitados no tempo e no espaço; “particulares ou individualizados”, porque a primeira se caracteriza por expectati-

va e preservação, enquanto a segunda por indivisibilidade e imutabilidade.

Então, parece claro que alguns conceitos de Clausewitz podem ser cotejados sob a ótica de Espinosa. Ele, ao perseguir o intento de adotar postura científica, ampara-se em conceitos metafísicos vigentes e amplamente discutidos, embora não consensuais. Naturalmente, isto não abala a grandeza de *Da Guerra*, ao contrário, valida-lhe a feição filosófica e especulativa bem como revela a erudição do autor.

Kant e Clausewitz: estética, moralidade e lógica para guerra

“... o homem deseja a concórdia; mas a natureza é quem sabe o que é bom para a espécie; e ela deseja a discórdia, a fim de que o homem possa ser impelido a um novo emprego de seus poderes e a um maior desenvolvimento de suas capacidades futuras.”

(Immanuel Kant in *Crítica da Razão Pura* p. 269)

É sobremodo razoável sustentar a tese de que Clausewitz e o clássico *Da Guerra* sofreram influência de concepções do idealismo alemão (século XIX) e, como decorrência, refletem particularidades do sistema de pensamento de Immanuel Kant, sobremaneira influente em todo aquele século.

Assim, sendo provável identificar traços do pensamento genial de Kant em *Da Guerra*, pode-se conceber uma estética, uma moralidade e uma lógica para a guerra?

Sim, isso é assaz consistente. Eis o porquê.

Antes, cabe o registro da enunciação dos conceitos adrede sob a ótica kantiana, expressos na colossal obra *Crítica da Razão Pura*. Estética é a “coordenação das sensações, aplicando-se as formas da percepção (tempo, espaço e causalidade)”, enquanto lógica “é a coordenação das percepções, aplicando as formas da concepção (causalidade, semelhança, oposição etc)”.

A moral kantiana “é um depósito social no indivíduo, sendo a satisfação da consciência ad-

quirida, embora a vaga disposição para o comportamento social seja inata". Nisto se identificando plenamente o humanismo alemão e as influências das teorias evolucionistas, embora haja substanciais discordâncias quanto ao caráter inato da moral. Não nos ateremos a estes conflitos, o importante é caracterizar o genial pensador como um filósofo da moral.

Bem, onde se podem identificar elementos da estética kantiana em *Da Guerra*? Na violência, ou absorvendo diretamente da obra do prussiano: "A solução sangrenta da crise, o esforço para a destruição da força inimiga, é o filho primogênito da guerra."

Sim, não há como desconsiderar a existência dela em todos os tempos e quadrantes geográficos, nas guerras dos clãs, das tribos e entre estados, nas guerras antigas, modernas ou contemporâneas. Enfim, não importa o predicado empregado para o fenômeno que chamamos guerra, este juízo, de que guerra é violência em grande escala, é universal e categórico. E assim o é, principalmente, porque está abrigado pelo senso comum e pela História.

Da mesma forma, pode-se identificar elementos da lógica kantiana em *Da Guerra*? Sim, inclusive com maior facilidade, é crível estabelecer uma relação consistente entre o conceito kantiano de "coisa em si mesma" com a "guerra absoluta" de Clausewitz.

A propósito, considere-se que se está diante da mais explícita e direta influência do primeiro em relação ao filósofo da guerra.

"Guerra absoluta", para Clausewitz, é "um conflito de forças entregue a elas próprias e obedecendo a nenhuma outra exceto a suas leis internas". E, para Kant, o que é "a coisa em si mesma"?

Na metafísica, "terreno de disputas infinitáveis", entende-se como aquilo que é pensado independente de qualquer experiência. Significa também, retomando Espinosa, aquilo cuja essência envolve a existência ou, por outras palavras, aquilo cuja natureza não pode ser concebida se

não como existente. Dessa forma, "a coisa em si mesma" é algo *a priori*, portanto, indemonstrável.

É temerária qualquer conclusão no campo da filosofia, mas pode-se entender o conceito "guerra absoluta" como algo em que a violência é o princípio, o meio e o fim. Somente neste contexto pode-se compreender a tendência lógica ao extremo ou a violência levada ao paroxismo, a qual ocorreria decorrente de três situações:

- a busca de destruição recíproca (o primeiro extremo);
- a ação ininterrupta em busca da eliminação do oponente (o segundo extremo);
- para atender aos primeiros dois extremos, máximo emprego de meios e de força de vontade (o terceiro extremo).

Dessa forma, identificou-se, superficialmente, é verdade, uma estética da guerra – a violência – e uma lógica da guerra – a tendência ao extremo, tudo sob a perspectiva da filosofia kantiana. Percebem-se outras similaridades, capazes de, *per se*, sustentarem longa tese, mas que não é o propósito neste momento.

Para arrematar, é válida a incursão na concepção de "tríade paradoxal", identificada por estudiosos de Clausewitz e constituída por violência, acaso, probabilidade e subordinação da guerra à política. Já se teceram comentários sobre o primeiro e o último, relacionando-os, respectivamente, com os conceitos da estética e da lógica.

Acaso e probabilidade são manejados por coragem e talento, sendo, portanto, dependentes dos atributos pessoais do comandante e da qualidade das forças em duelo. Aqui, Clausewitz introduz a subjetividade na análise da guerra, traduzida na genialidade e na presença de forças morais (coragem, resistência, persistência etc) a intervirem no "grande duelo".

Bem, a inclusão e a valorização da subjetividade consiste no ponto capital da filosofia da guerra de Clausewitz, pois a singulariza entre os escritores militares contemporâneos ao prussiano. Por outro lado, Clausewitz é francamente criticado por

suposta apologia à destruição, abstendo-se sobre a discussão sobre validade ou justificação ou moralidade da guerra. É verdade. Ele não se atém como Kant a buscar, à luz da razão, soluções para questões como: O que devemos saber? Que devo fazer? Que me é permitido esperar?

No entanto, isto também não significa que Clausewitz é um apóstolo da violência pela violência ou, ainda, a violência como norma moral para a guerra. Entende-se que, para Clausewitz, a moral na guerra é ser corajoso, ser persistente, ser resistente. Assim sendo, é uma moral intrínseca e individual.

De mais a mais, defenda-se Clausewitz. Se houvesse analisado a guerra em toda a amplitude como “fenômeno total”, a obra *Da Guerra* poderia ter as mais de quinhentas páginas de *Crítica da Razão Pura*, a obra magna de Kant, e possivelmente não seria tão lida pelo público militar, ao qual se destinava primordialmente, dado que este é, por natureza, mais cartesiano que kantiano.

Hobbes e Clausewitz: a guerra é um ato político

“Além disso, a política conduzida pelo Estado é o ventre em que se desenvolve a guerra e onde sua configuração se oculta, ainda em estado de gestação, como embrião com características gerais.”

(Clausewitz)

É bastante conhecida a idéia hobbesiana de que a condição natural do homem é “uma condição de guerra de todos contra todos”, motivada pela competição, desconfiança e glória. Também é comum o entendimento que isto não significa que o homem esteja sempre em guerra, mas que a “condição natural” é esta, ou seja, que a guerra permanece no horizonte sempre possível das relações humanas.

Vale destacar que, em Hobbes, o racionalismo se transforma em ateísmo e materialismo inflexíveis e, como consequência, repercutirá na concepção marxista da guerra mais adiante.

Mas em quais pontos aproximam-se os pensamentos do filósofo político e do filósofo da guerra?

É possível que o juízo hobbesiano de guerra como “condição natural” e sua conclusão de que era necessário um contrato político para viabilizar a existência da harmonia social possam ter induzido Clausewitz a concluir sobre a necessidade de introduzir um elemento moderador – a política – para controlar a insensatez do curso natural da guerra.

Sim, é possível que o *Leviatã* de Hobbes seja o mesmo de Clausewitz, sendo que ambos se socorrem na política para controlá-lo. Ela é a razão suprema capaz de conter a ascensão ao extremo “do caos social” de Hobbes e a “da guerra absoluta” de Clausewitz, restabelecendo a autoridade de que assegure a sobrevivência da coletividade.

Pois, então, é a fé na razão o primeiro elo entre o filósofo político e o filósofo da guerra. Busquemos outro.

Já se enfatizou “a importância capital que Clausewitz atribui ao fator moral e à psicologia do comandante”. Agora, destaca-se a proposição hobbesiana de que o “estado de guerra pode ser inferido a partir das paixões humanas”, acrescentando-se que o autor do *Leviatã* assinala três causas-paixões para a guerra: a competição, a desconfiança e a glória.

Adiante, Hobbes avança com a aplicação do seguinte modelo lógico para explicar a belicosidade do homem: todo comportamento tem por causa uma paixão e toda paixão se explica por uma circunstância que a determina.

Essa relação de causalidade permite a inferência, colhida em Hobbes, de que “a guerra – um comportamento competitivo – é decorrência de uma paixão humana – a esperança – que, por sua vez, é determinada por uma circunstância básica e natural dos homens: a igualdade”.

Isto nos permite, por paralelismo, estabelecer a seguinte proposição, tomando por base Clausewitz: a guerra – que implica necessariamente derramamento de sangue – é decorren-

te da paixão humana – o ódio – que, por sua vez, é determinada por circunstância básica e natural dos homens: violência.

Portanto, salta aos olhos o segundo elo. Surpreendentemente, a despeito do racionalismo de ambos, este elo é subjetivo. Clausewitz denomina forças morais, Hobbes, paixões.

Conclusivamente, são estas duas percepções – o caráter subalterno da guerra e a influência da sensibilidade – as inovadoras e geniais introduções de Clausewitz no estudo racional da guerra, que o aproximam tanto de Hobbes.

Considerações finais

“Honrar um pensador não é elogiá-lo, nem mesmo interpretá-lo, mas discutir sua obra, mantendo-o, dessa forma, vivo e demonstrando, em ato, que ele desafia o tempo e mantém sua relevância.”

(Comelius Castoriadis in *Filosofando: introdução à filosofia*)

Este ensaio foi produzido a partir da percepção de que, embora uma teoria jamais possa levar a um entendimento completo da realidade, ela pode fortalecer e refinar o julgamento.

De mais a mais, observa-se que são poucos os trabalhos nas escolas militares de alto nível que versam sobre Clausewitz, sendo que, ao contrário, são cada vez mais numerosos os estudos e ensaios nos meios acadêmicos civis sobre *Da Guerra*.

Sinteticamente, mercê da brevíssima exposição sobre Espinosa, Hobbes e Kant, pode-se especular que:

1. Espinosa e Hobbes, que interagem conceitualmente em pontos importantes, identificam algo que o primeiro denomina paixão e o segundo, afecção, que sujeitam o comportamento humano a determinados padrões de ação, nos quais poderíamos incluir a guerra. Daí pode-se pressupor a necessidade de Clausewitz incluir uma pauta comportamental na análise da guerra, bem como a percepção da violên-

cia em grande escala (duelo) como elemento sensível da existência dos fenômenos denominados guerra.

2. Hobbes intui que a origem contratual da organização política é uma decorrência da necessidade de controlar a natural condição humana de guerra “de todos contra todos”, estabelecendo um vínculo de subordinação entre os dois fenômenos, embora se esclareça, por respeito à verdade, que o nome guerra expressa realidades distintas para Hobbes e Clausewitz. Daí pode-se pressupor a idéia de subordinação da guerra à política, concepção capital do filósofo prussiano. Este entendimento é muito importante, porquanto estabelece limites morais e jurídicos para a guerra.

3. É Kant, muito provavelmente, quem inspira as concepções subjetivas, características do idealismo alemão, em Clausewitz. Para aquele a experiência fornece a matéria-prima do conhecimento, mas é “o espírito, graças às estruturas *a priori*, que constrói a ordem do universo”. Daí pode-se identificar a mais significativa influência no método empregado e no conteúdo das proposições existentes em *Da Guerra*, pois é evidente que a matéria-prima de Clausewitz é o período napoleônico; o conceito *a priori* é *Ding-an-sich* (coisa em si mesma), que permite a Clausewitz conceituar guerra absoluta e guerra real; bem como o método é claramente hipotético-dedutivo, pois parte de uma premissa maior: a guerra nada mais é que um duelo em grande escala e finaliza, fantasticamente: “Guerra é instrumento, política é faculdade do intelecto. A subordinação do ponto de vista militar ao político é, portanto, a única opção.”

Para finalizar, uma ousadia: quem lê Clausewitz, sem conhecer filosofia, lê um manual básico de instrução militar; quem lê Clausewitz, conhecendo Kant, lê o mais importante e atual livro sobre filosofia da guerra.

Não importa como, mas precisamos ler mais Clausewitz. ☉

"A guerra além dos limites – uma guerra irrestrita" – Uma resenha analítica

*Sergio Roberto Dentino Morgado**

INTRODUÇÃO

Vivemos, hoje, um mundo além dos limites, onde a ética de valores tem sido substituída pelo interesse sem ética. Esse mundo pós-Guerra Fria, pós-industrial e cibernético, onde o principal insumo é a informação, prepara-se para adentrar na já denominada Era do Conhecimento, onde o saber perpassa o ter. É o mundo da globalização, da nova ordem mundial, da unipolaridade e, mais recentemente, do choque de civilizações. É o mundo estampado na mídia, na qual os fundamentalismos se chocam, criando a base para os grandes conflitos do futuro.

Pois é a partir desse cenário que a visão prospectiva nos leva a contemplar a emergência de novos atores, um conjunto denominado BRIC ("título" em inglês), sigla que representa um grupo de nações formado por Brasil, Rússia, Índia e China, que os estudiosos apontam como as potências emergentes do século XXI. Dentre eles, um aflora como o mais promissor a ocupar e disputar uma posição proeminente no concerto mundial, tirando o mundo da unipolaridade e buscando espaço para os seus valores e interesses. A milenar civilização chinesa se apresenta como alternativa, a partir da crença de que "o mundo é chinês, uma verdade que ele ainda não sabe".

O livro que motivou este ensaio trata de uma nova arte da guerra, fruto desse quadro que abordamos nesta introdução, mas nos coloca, nas suas entrelinhas, em face de uma visão

prospectiva estabelecida como premissa para a emergência da China nesse século.

Procurar entendê-lo e alargar nossa curiosidade é a proposta deste trabalho, que tem sua origem no interesse do Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército em estimular o conhecimento e a compreensão da arte da guerra contemporânea e sua relação com o mundo em que vivemos, tendo como referência inicial a tese exposta no livro.

"A GUERRA ALÉM DOS LIMITES"

O livro (interpretação)

Aparentemente escrito por chineses para chineses, trata-se de uma ação estratégica de alcance global, confirmada pelas diferentes repercussões que já produziu.

Publicado na China em fevereiro de 1999, veio a público, no âmbito internacional, provavelmente a partir de sua divulgação em Hong Kong, cidade cuja característica de antiga colônia inglesa lhe confere a capacidade de ser um dos centros de repercussão do mundo chinês, onde os observadores de todos os matizes estão sempre prontos a absorver e a divulgar as novidades.

Os autores, dois coronéis pertencentes às Forças Armadas da República Popular da China, têm origens diferentes. Qiao Liang, coronel da Força Aérea, é escritor consagrado por prêmios literários e historiador militar. Wang Xiangsui também é coronel da Força Aérea, mas ali serve como comissário político. Suas motivações para escrever o livro têm origem nas manobras militares que despertaram a atenção do mun-

* O autor é General-de-Brigada e Historiador.

do, em 1996, envolvendo uma questão geopolítica do mundo chinês sobre a incorporação da Ilha de Formosa à China continental. Participando desses acontecimentos em uma pequena cidade situada no litoral do Mar da China, presenciaram a ação de uma Força Tarefa Naval norte-americana em apoio à decisão de Formosa de continuar sua separação do “Império do Meio”, estabelecida desde a ruptura consumada com a revolução comunista na China e a criação, na ilha, da República Nacionalista da China, por Chiang-Kai-Chek, com o apoio ocidental, no quadro da Guerra Fria. A visão do poderio norte-americano os levou a imaginar estratégias capazes de responder àquela situação. A possibilidade do conflito iminente e suas possíveis consequências foram incorporadas a estudos que já vinham sendo realizados pelos autores durante várias décadas, envolvendo questões políticas e estratégicas.

O conteúdo do livro denota extensa pesquisa, particularmente sobre doutrina e evolução do planejamento estratégico dos EUA (em face de sua unipolaridade), que serviram de subsídio aos autores.

O plano geral da obra é composto por duas partes. A primeira é dedicada ao estudo das novas formas de guerra e tem como maior referência a Guerra do Iraque de 1991 e suas consequências imediatas. A segunda comporta um estudo da nova arte da guerra, sugerida no seu título. O livro contém, então, análises, críticas e sugestões.

Sua divulgação veio a público, nos EUA, logo após os ataques terroristas de 11 de setembro, com a publicação de uma tradução, não autorizada, editada no Panamá, com o título *A Guerra Irrestrita*, cujo subtítulo *Grande Plano Chinês para destruir a América* nos permite interpretá-la como uma resposta à ação estratégica chinesa acima enunciada. Acrescente-se aos fatos que uma troca de visitas entre altos dignitários militares norte-americanos e chineses, em

ambos os países, provavelmente como incidente aos fatos de 1996, gerou a publicação, em 1998, época em que os coronéis chineses concluíam a sua obra, pela Universidade de Defesa Nacional dos EUA, de um livro intitulado *A Visão Chinesa da Guerra do Futuro*.

Em 2002, foi publicada uma tradução italiana e houve a tentativa, por parte dos militares desse país, de realizar um seminário sobre o assunto, com a participação dos dois coronéis, autores do livro, o que lhes foi negado pela China. A França, no ano seguinte, também publicou sua tradução, além de trazer a público um livro intitulado *A Guerra do Século XXI*, sobre a visão chinesa do assunto e escrito na mesma época dos demais ensaios.

A versão manuscrita de *A Guerra Além dos Limites* foi, segundo os autores, concretizada entre 2 de março e 8 de dezembro de 1998 e o livro foi publicado em fevereiro de 1999, antes dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001 – o ataque de Osama Bin Laden ao World Trade Center e ao Pentágono.

Sinopse do livro

Introdução – Motivação

Numa conferência sobre estratégia, realizada em abril de 1996, no US Army War College, um oficial norte-americano, o Tenente-coronel Lonnie Henley, escreveu um trabalho intitulado “*A China no Século XXI – parceira estratégica... ou oponente*”, no qual concluiu: “Pelo menos nos primeiros 25 anos do próximo século, a China não será capaz de desenvolver uma revolução militar.”

O livro pretende ser uma resposta a esta afirmação, apresentada pelos autores de forma subjetiva.

Afirmações, deduções e comentários

A Segunda Guerra do Golfo (os autores consideram o conflito Irã-Iraque como a primei-

ra) foi a guerra que mudou o mundo. Esta afirmativa é a base de toda a análise contida na primeira parte do livro.

Chamam a atenção para os fatos que lhe sucederam: a dissolução da antiga União Soviética; a questão da Bósnia e do Kosovo; o crescimento da Microsoft e da Internet; a crise financeira do Sudeste Asiático; e a emergência dos EUA como potência unipolar, entre outros.

Determinados a não mitificar esta guerra, os autores declaram que a mesma transformou a natureza das guerras. Isto porque, "diante das atuais questões políticas, econômicas, culturais, diplomáticas, éticas e religiosas, cujas complexidades são bem maiores do que as vislumbradas pela maioria dos militares no mundo, as limitações quanto aos meios bélicos, que até agora constituíam um fator de sucesso, subitamente tornaram-se evidentes. No entanto, numa era em que o poder é a razão, estes temas não constituíram entraves. A questão é que as forças multinacionais lideradas pelos EUA, operando na região desértica do Kuwait, marcaram o fim de um período, inaugurando uma nova era".

Os autores especulam que, na atualidade, ainda é difícil vislumbrar se esta nova era irá redundar no desemprego de grandes efetivos militares ou se irá abolir a guerra da face da terra. Que sendo tudo isso ainda indeterminado, a única conclusão certa seria a de que, a partir de agora, a guerra não será mais como sempre foi, sendo conduzida em outros moldes. Eles induzem sua tese, baseados na percepção do profundo impacto que está sendo exercido sobre a sociedade por novas motivações, tais como: a liberdade econômica, a questão dos direitos humanos e a percepção da importância da proteção ambiental.

E acrescentam que a metamorfose da guerra provocará um cenário ainda mais complexo. Então afirmam: "Quando as pessoas começarem a aceitar e regozijar-se com a redução do uso das forças militares para a resolução dos conflitos,

a guerra renascerá sob outro formato, em outro cenário, tornando-se um instrumento de enorme poder nas mãos dos que nutrem a intenção de controlar países e regiões."

Afirmam, ainda, que a redução da natureza da guerra, em sua essência, não significa o seu fim. Mesmo na era pós-moderna ou pós-industrial, a guerra não deixará de existir: ela apenas irá permear a sociedade humana de forma mais complexa, mais penetrante, encoberta e sutil. É por isso que, enquanto presenciávamos uma relativa redução da violência militar, estamos evidenciando, definitivamente, um aumento na violência política, econômica e tecnológica.

Afirmam que a guerra continua sendo a guerra e que as mudanças, em sua aparência externa, não impedem que ela continue a ser regida por princípios, e que esses "novos princípios" não prescrevem mais o emprego de força armada para compelir um inimigo a submeter-se à nossa vontade, e sim a utilização de todos os meios, militares e não militares, letais e não letais, para compelir um inimigo a sujeitar-se aos nossos interesses.

Isso representa uma mudança, tanto na guerra em si, como no modelo de guerra provocado por tal transformação. Eis a introdução do estudo do tema *A Guerra Além dos Limites*.

Os autores nos sugerem, como preparação para o estudo da proposta, as seguintes indagações: Que mudanças realmente existem e o que as suscitou? Que novos rumos estão sendo determinados? Como nos afetam? Como encará-los?

1ª Parte – Um novo tipo de Guerra (proposta de estudo)

A questão da tecnologia

Ao observarem que a tecnologia produziu desenvolvimentos surpreendentes e magníficos, eles registram que ela nos abstraiu de nossos melhores sentimentos. De certa forma, nos ma-

terializou, o que nos levaria a buscar perceber o impacto da tecnologia sobre a sociedade humana.

Ressaltam a perda de controle da humanidade sobre a revolução tecnológica e apontam a cibernética como uma solução para a busca desse controle, pela característica que possui de ser um elemento integrador de tecnologias. O tradutor deste livro nos chama a atenção para o termo usado pelos autores, como sendo o de tecnologia da informação, e explica que o substituiu por cibernética, porque o seu significado é “ciência que estuda as comunicações e o sistema de controle não só dos organismos vivos, mas também das máquinas”, mais próximo do juízo dos autores.

Alertam que a tecnologia deve ser apenas uma ferramenta, com sentido agregador das diferentes tecnologias, possibilitando sua interligação. Acrescentam que a tecnologia tem sido um instrumento na expansão da globalização, apontando como exemplo, no ramo bélico, a ação dos mísseis Patriot contra os mísseis Scud, que envolvia um conjunto de sistemas interligados, cobrindo quase a metade do globo terrestre, quando um satélite identificava o alvo (o Scud) e enviava um alarme para uma estação receptora na Austrália, que o retransmitia para um posto de comando sediado no território norte-americano que o enviava para o Comando das Forças norte-americanas na Arábia Saudita, de onde saía o comando para o disparo das baterias Patriot. Esse trâmite durava apenas 90 segundos.

Sua conclusão é de que a tecnologia é o grande elemento modificador, indutor e facilitador de um novo tipo de guerra, inclusive aquele que eles denominam além dos limites.

Capítulo 1 – A revolução no armamento

O capítulo trata do paradoxo entre guerrear com as armas existentes ou criar armas específicas para guerrear. Os autores afirmam que as revoluções nos armamentos invariavelmente

antecedem as revoluções nos assuntos militares. O aparecimento do termo “guerra de alta tecnologia”, segundo os autores, é subjetivo e não expressa a verdadeira questão da evolução tecnológica, baseada na dinamicidade e numa constante evolução. Lembram que o termo “guerra cibernética” apareceu em 1976, referindo-se a um sistema de tomada de decisões, e que Alvin Tofler, com o seu Powershift, conferiu ao termo um caráter global.

Exemplificam essa subjetividade ao comparar armamentos tais como o CC M-60, o helicóptero AH-1 Cobra e o bombardeiro B-52 como sendo armas consideradas de “baixa tecnologia”, se comparadas aos CC M1A1 “Abrams”, ao helicóptero AH-64 “Apache” e ao caça “invisível” F-117, cuja dinamicidade tecnológica já os tornou ultrapassados se comparados ao bombardeiro B2, ao helicóptero RAH-64 e ao caça F-22.

Estudam a decisão de guerrear com as armas existentes e lembram o exemplo de sinergia encontrado na adaptação do avião de ataque A-10, projetado na década de 1970, que, com meios de visão noturna e agindo em conjunto com o helicóptero “Apache”, se tornou uma arma mortífera no deserto do Kuwait.

Relembrem que o aparecimento do conceito de *Air-Land Battle*, em 1982, criou as novas concepções de teatro de operações informatizado e unidades informatizadas e avalizou a crença na criação de armas específicas para guerrear, priorizando a tática, que, sugerindo a necessidade de armamentos específicos e se realimentando reciprocamente, criaram uma nova forma de relacionamento que vai matizando essa nova forma de guerrear.

Neste quadro, os autores aproveitam a experiência da Guerra na Somália para introduzir o conceito de “guerra assimétrica” e tratar de uma nova dicotomia resultante da questão tecnológica: as armas de emprego neoconcepcional e as armas neoconcepcionais. A questão surge a partir

da armadilha dos elevados custos do emprego da tecnologia na arte da guerra, o que levou ao esfacelamento da União Soviética e o enredar-se dos norte-americanos no mesmo processo. Trata do GAP tecnológico e das soluções possíveis para superá-lo ou amenizá-lo.

Armas de emprego neoconcepcional seriam uma solução de baixo custo, ou seja, o emprego de armas de baixa tecnologia de forma não tradicional, buscando maximizar seus efeitos usando raciocínio abstrato, o que, segundo os autores, não seria uma característica dos norte-americanos.

Já o conceito de armas neoconcepcionais é ainda mais genérico. Parte-se da crença de que qualquer coisa que possa beneficiar o ser humano também pode prejudicá-lo, ou seja, segundo os autores, qualquer coisa neste mundo pode ser transformada em uma arma, e essa percepção ultrapassa qualquer fronteira, qualquer limite. Eles assinalam que assim a tecnologia não é mais o fator preponderante, mas sim o ineditismo de concepção de emprego de qualquer meio disponível.

Um segundo aspecto dessa revolução é o aparecimento das chamadas "armas suaves", uma resultante do paradoxo nuclear e de uma pretensa tendência de humanização da guerra. Surgem, então, os conceitos de armas não letais, armas de precisão cirúrgica, armas inteligentes, além do uso de vírus, na área de informática, da mídia globalizada e toda uma pletora de meios que os Toffler estudaram em seu livro, *Guerra e Antiguerra*.

Os autores concluem o capítulo com uma advertência: "Mesmo que no futuro todas as armas tenham sido completamente humanizadas, uma guerra por mais suave que seja, na qual se evite o derramamento de sangue, ainda será uma guerra. Pode ser que o processo cruel da guerra seja alterado, mas não há como se mudar a sua essência, que, por derivar de uma compulsão, terá sempre, como uma fatalidade, um final cruel."

Capítulo 2 – A Guerra tornou-se indistinta, mas a guerra é uma luta entre vontades. Por que e por quem lutar?

Antes, os propósitos eram claros. Os elementos envolvidos eram conhecidos: o soldado, o armamento, o campo de batalha e os propósitos. Hoje, quais são os propósitos? Com o fim da Guerra Fria, quem é o inimigo?

O complexo relacionamento entre interesses nacionais e privados torna muito difícil definir propósitos. Vide a 2ª Guerra do Golfo: foi o petróleo, a expulsão dos iraquianos do Kuwait, a implantação de uma nova ordem mundial, o quê?

Como definir o novo campo de batalha? Como considerar o espectro eletromagnético, o ciberespaço, a globalização da mídia? Quem são os novos guerreiros? A redução de efetivos e a tecnologia cibernética exigem um significativo esforço de readaptação dos militares criados dentro da concepção da guerra mecanizada ou da guerra travada no Vietnã. O novo biotipo do soldado está ligado a uma realidade em que as características do armamento e do equipamento não exigem mais guerreiros bem dotados fisicamente, a não ser em missões muito especiais. O tipo de ser humano que permeia a nova sociedade, com hábitos e crenças, desejos e aspirações, é a nova massa de manobra que irá compor a nova máquina de guerra.

Surge também uma nova categoria, a dos guerreiros não-militares. A guerra tomou uma feição mais civilista, com a atuação da mídia e das ONG's na linha de frente. Os autores fazem uma enorme gama de referências a artigos e autores no estudo dessa questão. E apontam a visão norte-americana para os novos tipos de guerra. Citam-nas: guerra cibernética; guerra de precisão; operações combinadas; operações militares de não guerra (MOOTW).

Os três primeiros tipos partem da premissa de que a alta tecnologia poupará os soldados da guerra de atrição, minimizando contundentemente o número de perdas em combate. As operações

MOOTW, a serem realizadas quando um estado de guerra não é declarado, caracterizam-se pela manutenção da paz, pelo combate ao tráfico de drogas, pelo domínio de levantes, pela ajuda militar, pelo apoio humanitário, pela evacuação de pessoas e pelo combate ao terrorismo.

Contrapondo-se a essa visão, os autores exploram o novo conceito de Operações de Guerra Não-Militares, que “expande o conceito de guerra a todos os campos da atividade humana, com uma abrangência muito maior que o significado da expressão operações militares, expansão esta resultante do fato de que os seres humanos utilizarão quaisquer meios concebíveis, para alcançar seus objetivos”.

E perguntam: “Com o aparecimento da concepção de Operações de Guerra Não-Militares, quais serão os meios que, estando atualmente desvinculados da guerra, tornar-se-ão as novas armas e meios e que se evidenciam, com uma frequência cada vez maior, em todo o mundo?”

E citam e estudam: a guerra comercial; a guerra financeira; o novo terrorismo (Bin Laden); a guerra ecológica; outras formas (guerra de contrabando, guerra de mídia, guerra de drogas, guerra em redes interativas, guerra tecnológica, guerra de recursos, guerra cultural, entre tantas outras). Afirmam que tais fatos estão modificando, de forma sub-reptícia, o entendimento da humanidade quanto ao significado da guerra, e que, se nos restringirmos ao conceito ligado ao tradicional campo de batalha, será muito difícil recuperar o tempo perdido.

Perguntamos nós: a quem interessa conhecer essa nova face do conflito, dessa luta entre vontades. Continuará sendo tratada como uma questão meramente militar?

Capítulo 3 – Um clássico que diverge dos clássicos

A descrição e a crítica da 2ª Guerra do Golfo (1991).

Os autores afirmam que “provavelmente porque a vitória foi alcançada de maneira tão

fácil, é que até hoje muito poucas pessoas que integravam o alegre grupo do Tio Sam avaliaram, de forma precisa, o significado dessa guerra”. Citam que os mais exaltados usaram este evento para reforçar o mito da invencibilidade dos EUA, embora relatem que outros, entre analistas e generais não participantes da ação bélica, consideram que este não foi um exemplo típico que possa servir de modelo, em concordância com o relatório publicado pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais dos EUA sobre “As experiências militares e as lições da Guerra do Golfo”, que afirma: “Em grande parte, as singularidades da Guerra do Golfo não permitem extrair lições e experiências.”

Mas os chineses acrescentam que, embora não tenha sido, no sentido estrito, uma guerra clássica, ela representa o limiar da maior revolução nos assuntos militares ocorrida até os dias atuais e, por isso, não pode ser avaliada por padrões tradicionais. Ela evidenciou o enorme número de nações envolvidas no combate; a sua escala grandiosa; a sua curta duração; o reduzido número de perdas e seus espetaculares resultados. Ela é o modelo de guerra testado da nova era de integração e globalização tecnológica.

Vale a pena estudar e meditar sobre a situação dos acordos estabelecidos entre as nações para a sua execução, incluindo a Alemanha, o Japão, a Rússia e o Mundo Árabe, bem como a participação da ONU na montagem dessa engrenagem.

Vale a pena conhecer e meditar sobre a criação da nova Lei de Reorganização do Departamento de Defesa dos EUA, que assegurou que as três forças singulares norte-americanas iriam unir-se para lutar a mesma guerra (um fato incommum). A lei, antigo projeto proposto em 1986 pelos senadores Goldwater e Nichols, é considerada como uma das revoluções em assuntos militares ocorridas no EUA, porque estipulou que, em qualquer conflito, a guerra seria conduzida por forças combinadas e o seu comandante

operacional seria o comandante-em-chefe do teatro de operações onde ela ocorresse.

O outro aspecto abordado pelos autores diz respeito ao chamado "combate omnidimensional", característica das ordens para as operações combinadas, envolvendo todos os segmentos engajados na ação e exemplificado com as complexas ordens de missão aéreas que serviram como modelo organizacional de comando e processadas por meios digitais.

Refere-se à ação dos helicópteros, como o novo rei do campo de batalha, e à atuação da mídia (a rede CNN, em particular) integrada aos interesses da coalizão, afirmando em relatórios que "o impacto das notícias da mídia foi capaz de exercer um efeito dramático no direcionamento estratégico e nos propósitos das operações militares".

Capítulo 4 – O apalpar do elefante

Cada força vê a guerra de forma diferente.

Ao afirmarem que esta guerra proporcionou aos EUA os maiores dividendos militares dos últimos tempos, os autores analisam e criticam a manutenção de uma cerca entre as forças singulares. Ao término da guerra, cada força tinha sua concepção de futuro, apartada das demais e se contrapondo ao espírito da Lei de Reorganização do Departamento de Defesa.

O exemplo é didático, porque envolve a distribuição de recursos orçamentários e sua prioridade. Para defender seus interesses nessa busca de recursos, cada força realizou seus estudos, de forma prospectiva e isoladamente, moldando o seu futuro.

O Exército criou, sucessivamente, ao longo da última década do século, vários projetos de evolução da Força Terrestre: "Exército do Século XXI", "Exército pós-2020" e "Exército do Amanhã", todos calcados na evolução da alta tecnologia.

A Força Aérea criou sua "Força Aérea Expedicionária para o Século XXI", baseada na

criação de plataformas espaciais dotadas dos mais modernos sistemas de armas, semelhante ao velho projeto "Guerra nas Estrelas".

A Marinha, que se sentiu apequenada na sua participação, trabalhou duas idéias encadeadas; os projetos "*From the Sea*", em 1992, e "*Forward From the Sea*", em 1995, para arrematar, em 1997, com o seu "Novo Conceito para o ano de 2020"

Atente-se ao fato de que todos esses projetos antecedem ao atentado de 11 de setembro de 2001.

Os autores chineses criticam a extravagância nos gastos com as operações durante a guerra, destacando uma característica incorporada ao estilo norte-americano de fazer a guerra: considerar como condicionante intrínseca a condição inegociável da vida humana, significando não medir custos para alcançar a vitória sem sofrer perdas. E registraram a observação feita pelo Coronel chinês Xiaochaersi Denglapu e colhida no documento norte-americano "Análise do Ponto de Vista do Inimigo – Conceito de Unificação para 2010": "Causar vítimas é uma forma eficaz de enfraquecer o poder norte-americano." E concluem: "Em comparação com a avançada tecnologia de que dispõem, os militares norte-americanos estão nitidamente numa condição de estagnação em seu raciocínio doutrinário, e não tiveram a capacidade de transformar as oportunidades proporcionadas por essa nova tecnologia em proveito de novas táticas militares."

Ao assinalarem a existência de uma fé cega na tecnologia e no armamento, sempre imaginando que a solução para a vitória em uma guerra somente será encontrada através destes fatores, concluem que os norte-americanos preferem tratá-la como uma maratona tecnológica, não estando mais dispostos a encará-la como um teste de moral, de coragem, de sabedoria e de estratégia. Porque, afirmam, a guerra não é uma corrida linear entre tecnologias e sistemas de

armas e sim um jogo multidimensional, com mudanças contínuas de direção e com a ocorrência de fatores imprevisíveis.

E constata-se o pouco interesse despertado, apesar da vitória esmagadora, com a concepção das operações combinadas no final do século XX. Fazem, então, referência à nova concepção lançada pela publicação *The Essentials of War*, do Exército norte-americano, em 1993, sobre o combate omnidimensional, quando foi apresentado um conceito completamente novo de “operações militares de não-combate”. O *World Military Almanac*, na sua edição de 1997, publica uma introdução detalhada dessa nova concepção de combate.

Os autores nos induzem a refletir sobre as discordâncias entre esses diferentes conceitos, que durante o período do pós-guerra foram então aparecendo nas publicações norte-americanas, assumidas por altos chefes e outros militares da alta patente que participaram da guerra, como é o caso do General Tommy Franks, que comandou o 7º Exército Norte-Americano na 2ª Guerra do Golfo, dirigiu o TRADOC – o Quartel-General de Adestramento e Doutrina – logo após essa guerra e foi o Comandante-em-chefe das Forças da Coalizão na 3ª Guerra do Golfo.

Ao concluírem sobre a crença de que a cultura militar norte-americana não aceita priorizar o conceito de operações não-militares, aproveitam para reintroduzir o conceito de operações de guerra não-militares, da sua guerra além dos limites, que será explorado na segunda parte do livro, que trata da nova arte da guerra.

2ª Parte – Uma discussão sobre novos métodos de operação

“A Nova Arte da Guerra”

Preâmbulo

Os autores começam a analisar as reações que foram sendo cristalizadas no pós-guerra no pensamento militar norte-americano, a partir

da premissa de que esse pensamento enfoca a alta tecnologia e relega a tática, citando William Perry, ex-secretário de Defesa dos EUA, que afirmou que a revolução militar era uma revolução da tecnologia militar.

Eles assinalam uma afirmação do Sumário da Situação Militar publicada pelo 1997 *World Military Yearbook*: “Um avanço especial na situação militar, no período de 1995-96, foi que algumas das nações mais poderosas do mundo começaram a priorizar o uso da alta tecnologia para a construção do Poder Militar, tendo como arcabouço a qualidade da formação do militar. Os Estados Unidos implementaram o campo de batalha digital como objetivo da política de emprego da alta tecnologia para a formação do militar.”

Colocam, então, os autores em oposição à visão norte-americana, a sua concepção: “O significado mais importante e o formato derradeiro da revolução militar concretizam-se com a revolução do pensamento militar, que, em última análise, é uma revolução nos modelos e métodos de combate.” Esse é o mote para apresentar a sua tese, que começa com a afirmação de que as Forças Armadas de outros países não são mais a principal ameaça à segurança. Aduzem que embora continuem a existir disputas territoriais, conflitos de nacionalidades, entrechoques religiosos e delineações das esferas de poder, agora são a apropriação indébita de recursos, a disputa por mercados, o controle de capitais, as sanções comerciais e outros fatores correlatos os fatores que constituem a nova ameaça às seguranças política, econômica e militar dos países do mundo. Afirmam que os novos responsáveis pela deflagração das guerras deixaram de ser os Estados soberanos e passaram a ser as organizações criminosas, as organizações terroristas, os indivíduos do submundo, os financistas que controlam enormes quantidades de recursos, os indivíduos psicologicamente desequilibrados que têm fixação por determinados alvos, personalidades obstinadas e todos dotados das possibilidades de iniciar uma guerra militar ou

não-militar. Suas armas tanto podem ser aeronaves, canhões, bombas ou agentes químicos, como podem ser vírus de computador, navegadores de rede, *hackers* e agentes de ordem financeira. A nova e alta tecnologia pode ser empregada para desencadear ataques em redes interativas de dados, ataques de mídia e ataques terroristas.

Tratam da nova visão de soberania, um conceito de segurança nacional ampliado pela globalização, afirmando que todas as nações que veneram o conceito moderno de soberania já deram início à ampliação das suas fronteiras de segurança, estendendo as múltiplas ambiências compreendidas pela política, pela economia, pelos recursos materiais, pela nacionalidade, pela religião, pela cultura, pelas redes interativas, pelo meio ambiente, pelo espaço sideral, entre muitas outras.

Correspondendo a essa nova visão ampliada de soberania, deveria haver uma nova concepção de segurança, também ampliada, envolvendo os interesses nacionais. Eles citam a proposta de um australiano, Xiaomohan Malikev, sobre as novas tendências que irão influenciar a segurança nacional durante o século XXI: globalização da economia; globalização da difusão tecnológica; a maré globalizadora da democracia; a polarização da política internacional; mudanças na configuração dos sistemas internacionais; mudanças nas concepções de segurança; e mudanças nos pontos focais de conflito.

O australiano aponta, então, duas categorias de conflito, os tradicionais e os constituídos pelas novas fontes. Destes, ressaltamos: o nacionalismo (racismo) nas nações em declínio; conflitos culturais entre crenças religiosas; a difusão de armas leves letais; disputas em torno da exploração de petróleo, da pesca e de recursos hídricos; as ondas de deslocamento de populações e refugiados; desastres ecológicos; e o terrorismo.

Concluem este intróito afirmando que a espada não é mais suficiente para o trato da se-

gurança nacional. O grande átrio da segurança de um moderno edifício nacional reside em sua sustentação ser composta por uma resultante da composição de forças inerentes a todos os aspectos do interesse nacional. A materialização dos meios necessários para combater nessa nova ambiência seria fruto da combinação de todas as dimensões e métodos existentes nas ambiências militar e não militar, levando a vislumbrar um modelo de guerra totalmente novo que, simultaneamente, englobasse e se superpusesse a todas as dimensões que influenciam a segurança nacional – eis a nova arte da guerra.

Sua compreensão e solução estariam no que eles denominam a chave estratégica, uma combinação criativa de diversos elementos, atitudes, meios e métodos.

Capítulo 5 – A nova metodologia dos jogos de guerra

“Os grandes mestres da arte da guerra do século 21 serão aqueles que empregarem métodos inovadores para possibilitar o reagrupamento de diversas capacidades de modo a permitir a consecução dos objetivos táticos, operacionais e estratégicos.”

Yier Tierfude

As Forças Armadas, em todo o mundo, tomaram conhecimento da futura estrutura de poder militar norte-americano e da sua concepção de um estilo próprio de guerrear através dos documentos *The Concept of Joint Forces in the Year 2010* e *The Army of the Future*.

Os militares norte-americanos mantêm a esperança de continuar praticando os tipos de ações empreendidas na Tempestade do Deserto no decorrer do século XXI. São afirmações colhidas pelos autores, ainda no século XX, quando da preparação do livro.

Aduzem mais: “Os norte-americanos sustentam a idéia de que os meios militares são os meios definidos para a resolução dos conflitos futuros e que as disputas entre países irão resu-

mir-se, ao final, no confronto entre dois grandes exércitos, no campo de batalha.” Em face dessa premissa, as Forças Armadas norte-americanas se propõem a estar preparadas para vencer guerras em dois teatros de operações diferentes.

Segundo o General Collin Powell, chefe do Estado-Maior Conjunto na 2ª Guerra do Golfo, os EUA estavam orientando a maior parcela de suas energias para engajarem-se num tipo de Guerra Fria que nunca mais irá ocorrer. Esse comentário denota divergências de opinião no pensamento militar norte-americano, e os chineses discutem essas divergências.

Críticando a visão norte-americana e ao tratarem da questão da relação entre a globalização e a alta tecnologia, afirmam: “O surgimento em larga escala de uma nova e sofisticada tecnologia provocou a ampliação da possibilidade de que ações não-militares ameacem a segurança nacional; e a comunidade internacional não sabe o que fazer, quando confrontada com ameaças não-militares dotadas de uma capacidade de destruição igual à de uma guerra, também não dispõe de uma capacidade para impor restrições adequadas que seriam necessárias e eficazes.”

Aduzem, ainda, que “as Forças Armadas norte-americanas têm-se afastado das concepções multifacetadas da guerra e têm empurrado o enfrentamento das ameaças não-militares para os políticos e para a Agência Central de Informações (CIA) e, com isso, se eximiram das guerras em outras dimensões, das operações não-militares e de todas as outras novas concepções de guerra”.

Os chineses trabalham, então, duas assertivas: Os EUA estão mal organizados e mal preparados para ameaças não-militares; a guerra sem a pólvora é difícil de ser aceita pelos militares.

Outro aspecto criticado neste capítulo refere-se à destruição das regras que regem a guerra e a questão da perda da eficácia dessas regras dentro da nova ordem criada pela unipolaridade.

É emblemática a afirmação: “Os países pequenos procuram utilizar as regras internacionais para protegerem seus interesses, ao passo que os países grandes utilizam essas regras para exercerem um controle sobre outros países” e que “quando as regras não coincidem com os interesses de um determinado país, e se ele for um país pequeno, o não cumprimento das regras pode ser imposto pelos grandes países, a título de manutenção da lei”.

Esta sua conclusão sugere profunda meditação, pois afirmam que: “O resultado direto da eliminação das regras é que as áreas limitadas por fronteiras visíveis ou invisíveis, e que eram reconhecidas pela comunidade internacional, perderam sua efetividade.”

A partir dessas considerações começam a tratar dos novos meios, destacando a ação dos chamados atores não-estatais, como as ONG’s – um novo tipo de “cavalo de Tróia” – que não respeitam fronteiras e regras. Citam, no mesmo plano, os novos terroristas, sejam os fundamentalistas, sejam os de outras áreas ou modalidades, como os *hackers*. E concluem que “algumas vezes é necessário quebrar as regras para combater esse novo tipo de inimigo”.

Começam, então, a induzir sua proposta de uma nova arte da guerra, concluindo com a afirmação de que “todas as vitórias refletem um fenômeno comum: o vencedor foi aquele que soube criar uma combinação adequada”.

Mas registram que, na atualidade, para a maioria dos chefes militares de alta patente, o método de combinação de elementos na condução da guerra resume-se ao nível do armamento, dos métodos e posicionamento e em relação ao campo de batalha.

E registram que “o que realmente importa é o atendimento de quais serão os elementos a combinar e como combiná-los”. E observam a questão das ambiências diferentes, de guerra e de não-guerra, exemplificando com a idéia de combinar aeronaves *stealth* e mísseis de cruzei-

ro com destruidores de redes interativas, guerras financeiras e ataques terroristas, o que significaria combinar Schuwartzkopf com Soros e Bin Laden.

O tradutor da obra registra uma questão levantada por estudiosos e catedráticos durante um curso realizado no Naval War College, no período 2001-2002, talvez motivada pela assertiva acima descrita e que mostra a dificuldade em tratá-la: "Por que nós (norte-americanos) continuamos a ganhar as guerras e a perder a paz? Os estudos dos chineses apontam para questões fundamentais, como o hiato existente entre o pensamento militar norte-americano e as novas ameaças, que foi uma conclusão de um estudo realizado pelo Instituto de Estudos Estratégicos da Escola de Estado-Maior dos EUA."

Ao analisarem o primeiro ataque ao World Trade Center, concluem que as Forças Armadas norte-americanas não estão preparadas para lidar com um novo tipo de inimigo, quer em termos psicológicos, quer em termos de novas medidas ou procedimentos operacionais.

Voltam, então, novamente, à questão da nova arte da guerra, tratando da combinação de métodos operacionais, após afirmarem que "métodos não-militares podem proporcionar a vitória sem guerra", um aforismo ensinado pelo mestre Sun Tzu.

E citam a reação norte-americana à primeira tentativa de Bin Laden para destruir o World Trade Center, quando combinaram a guerra antiterror com a guerra de informação, a guerra financeira e a guerra de imposição legal.

Suas observações finais são as de que não existe ninguém que possa prescrever uma fórmula vitoriosa e garantida para todas as guerras do futuro, subtendendo-se que, a partir do abandono da ética (que situa além dos limites), tudo é possível.

O processo de combinação proposto se apóia na imagem de um tipo de cesta vazia de pensamento militar, na qual colocamos o que

for necessário para alcançar a vitória. Concluem o capítulo com o pensamento do Marechal Yue Fei, da Dinastia Song, que afirma que "a excelência da sutileza de aplicação dos métodos operacionais repousa na capacidade mental do indivíduo".

Surge, então, a questão: Como preparar as novas gerações?

Capítulo 6 – Em busca de novas regras para conquistar a vitória

Os autores propõem a adoção de regras, apropriadas à cultura e ao pensamento chinês, aproveitando-se de exemplos históricos de operações militares universais para validarem sua sugestão. Procuram integrar a chamada *regra da proporção áurea*, instituída por Pitágoras, com a que denominam de *a regra colateral principal*, ou *a gramática da vitória*. Essa relação está ligada à precisão na seleção da natureza principal da operação e do ponto de incisão do ataque principal, isto é, determinar uma orientação principal levando em conta todos os fatores da guerra em vista, os campos de batalha e as frentes de combate. E seguem seu raciocínio na busca de regras para a vitória em novas ambiências, afirmando que este método, já usado pelos antigos, tem na tecnologia um campo muito mais amplo para agir com sabedoria na aplicação dos meios disponíveis e, para tanto, precisamos estar plenamente capacitados intelectualmente.

Demonstram cautela na sua proposta, quando afirmam que "não existe uma fórmula para vencer uma guerra", com a ressalva de que toda guerra exige regras.

Capítulo 7 – As novas regras que transcendem limites

Ao afirmarem que a luta pela vitória irá ocorrer em "um campo de batalha além do campo de batalha", os autores abrem espaço para explicar sua tese de uma guerra além dos limites, citando Maquiavel como precursor desse le-

gado, ao propor o uso de qualquer processo, honesto ou desonesto, na consecução do objetivo.

A seu juízo, “exceder os limites” significa ir além do que é denominado ou entendido por contorno, ou seja, ultrapassar a fronteira entre o campo de batalha e o que não é campo de batalha; entre um militar e um não militar; entre o Estado e o supra-estado; ultrapassar fronteiras tecnológicas, teóricas, psicológicas, éticas, tradicionais, costumeiras e outras. Referem-se a todos os contornos que possam restringir a guerra a limites.

E concluem: “Aquele que pretende vencer as guerras atuais ou aquelas do futuro, quer dizer, ter a vitória firmemente segura em suas mãos, deverá combinar todos os recursos de guerra à sua disposição e utilizá-los como meios para a condução da guerra, criando o conceito de guerra em supracombinação.” Citam: combinações supranacionais (de organizações nacionais, internacionais e não-estatais); combinações de ambiências (além do campo de batalha); supra-combinação de meios (combinação de todos os meios disponíveis – militares e não militares – para a execução das operações); supracombinação de níveis (combinando todos os níveis de conflito em cada campanha).

Capítulo 8 – Os Princípios da Guerra além dos Limites

Apesar de preconizarem uma guerra em que não haja limites para alcançar a vitória, os autores afirmam que “ainda que o objetivo da ideologia além dos limites que propomos seja o de romper com todas as restrições, ainda assim existe uma limitação que deve ser rigorosamente observada, qual seja, a obediência a princípios essenciais, quando da execução das ações de combate”.

E formulam oito princípios a serem aplicados à sua “guerra além dos limites”:

1) Onidirecionalidade – compreender o planejamento e a observação em 360° e o emprego combinado de todos os fatores relacionados.

2) Sincronia – compreender a condução das ações em espaços distintos dentro do mesmo período de tempo.

3) Objetivos limitados – compreender, de forma figurada, a utilização de uma bússola para orientar a ação – dentre uma série aceitável de meios disponíveis, significando que os objetivos devem ser menores do que as medidas estabelecidas.

4) Medidas ilimitadas – a tendência é no sentido do emprego irrestrito de meios, sendo, porém, restrito à consecução de objetivos limitados.

5) Desequilíbrio – a busca de modos de ação na direção oposta dos contornos do equilíbrio da simetria, de forma a canalizar o pensamento na direção oposta ao equilíbrio e a desenvolver operações de combate neste contexto.

6) Consumo mínimo – utilizar o mínimo de recursos de combate e que sejam suficientes para a consecução do objetivo;

7) Coordenação multidimensional – compreender a coordenação e a alocação de todas as forças que podem ser mobilizadas nas ambiências militar e não-militar em relação a um objetivo.

8) Ajuste e controle de todo o processo – durante todo o transcorrer da guerra, deve-se obter, continuamente, informações, adaptar as ações e controlar a situação.

Esse conjunto de princípios reflete a visão cultural chinesa, cuja percepção pode ser compreendida a partir da ajuda que François Jullien oferece no seu livro *Tratado da Eficácia*.

Conclusão a que chegam os autores

Ao encerrarem sua obra, os autores questionam a existência do Estado-Nação, tal como foi concebido após a Conferência de Westphalia, em 1648, e apresentam, num quadro fechado, uma nova visão de ameaças no mundo globalizado, fruto de uma pesquisa da revista *Newsweek*, em 1997, e de um ponto de vista do Exército norte-americano sobre as categorias dessas ame-

aças, para corroborar a tese do livro sobre um campo de batalha sem fronteiras.

Aproveitam a conhecida afirmação de Clemenceau, que disse ser a guerra um assunto muito sério para ser deixado a cargo dos generais, para aduzir que a transferência da direção da guerra para os políticos também não representa a solução ideal para esse importante assunto.

Lamentam que a tecnologia não permita, ainda, o controle da guerra, embora ressaltem que ela pode diminuir a sua brutalidade, com a ressalva que essa mesma brutalidade se expandiu para outras ambiências. E convidam os seus leitores a encontrarem a chave para desvendar os problemas que a globalização interligou e encadeou. Na verdade, nos convidam a encontrar um novo limite além dos limites.

AÇÕES GERAIS A PROPOR

Em realidade, estimular a leitura do livro é muito pouco para a proposta que ele contém. As literaturas mais recentes sobre os conflitos em andamento no mundo já o apontam como obra de referência. Seu conteúdo é substancioso e oferece diversas fontes como subsídio para um estudo aprofundado da nova ordem mundial no campo dos conflitos.

A pretensão do Brasil em se tornar uma potência emergente passa pela capacidade de enfrentar esse tipo de desafio na liça das nações. Começar a entender os caminhos dessa nova ordem é uma proposta razoável.

É por isso que nos permitimos sugerir algumas atividades que julgamos pertinentes ao envolvimento com essa temática tão rica e tão desafiadora. Trata-se de uma importante oportunidade para se realizar um estudo comparado entre as 2ª (1991) e 3ª (2003) Guerras do Golfo,

tendo como referências suas causas, os interesses em jogo e as ações políticas pretendidas (realizadas ou não), suas motivações e óbices, as diferentes preparações nos diferentes campos do poder, os custos – previstos e realizados –, o armamento empregado, com as competentes informações sobre seu desenvolvimento e adaptações, as repercussões em todos os campos do poder e a identificação das vulnerabilidades passadas, presentes e futuras dos atores em cena, podendo ainda serem avaliados os cenários montados para o novo conflito e sua concretização.

Sugerimos então que seja estimulada a realização de análises comparativas entre as 2ª e a 3ª Guerras do Golfo, de forma validar as premissas estabelecidas pelos autores. Que sejam realizados seminários e colóquios, envolvendo não só os estabelecimentos de ensino do Exército, mas também outras entidades interessadas no conteúdo da obra, estudiosos e analistas de diferentes origens, inclusive estrangeiros, de forma a estimular o aprofundamento do estudo da proposta dos autores e a busca da consistência da tese apresentada. Que seja estimulada a leitura de obras relativas ao assunto e avaliada a possibilidade de sua inclusão no Editorial da Biblioteca do Exército, bem como a confecção de artigos e ensaios sobre o tema. Que seja constituído um grupo de trabalho para pesquisar e acompanhar os estudos sobre o tema, os já existentes e os futuros, mesmo fora da Força, em todos os níveis e em qualquer ambiência, aí incluídos os contatos com as nossas aditâncias. Ao constatar que, no âmbito da disputa de poder, internamente, entre a grande maioria das nações, desenvolve-se também uma guerra além dos limites, seria interessante avaliar a conveniência de estudar suas implicações nas operações de garantia da lei e da ordem. ☉

Bibliografia sugerida

ALEXANDER, Coronel John B. *Armas Não-Letais: alternativas para os conflitos do século XXI* – Tradução do Cel. José Magalhães de Souza – Gráfica e Editora Lidador – 2003.

- BARBER, Benjamin R. *Jihad x McMundo* – Editora Record – 2003.
- . *O Império do Medo* – Editora Record – 2005.
- BONIFACE, Pascal. *Guerras do Amanhã*. Editorial Inquérito – Março de 2003 – Portugal.
- CARDOSO, Gen Alberto Mendes. *Os 13 Momentos da Arte da Guerra* – Editora Record – 2005.
- CHOMSKY, Noam. *Novas e Velhas Ordens Mundiais* – Editora Página Aberta Ltda. – 1996.
- CHUNG, Dr. Tom. *Negócios com a China: desvendando os segredos da cultura e estratégias da mente chinesa* – Novo Século Editora – 2005.
- DEL VALLE, Alexandre. *Guerras contra a Europa* – Bom Texto Editora – 2003.
- FERREIRA, Argemiro. *O Império contra-ataca* – Editora Paz e Terra – 2004.
- GUÉHENNO, Jean-Marie. *O Fim da Democracia* – Editora Bertrand Brasil – 1994.
- . *O Futuro da Liberdade* – Editora Bertrand Brasil – 2003.
- JULLIEN, François. *Tratado da eficácia* – Editora 34 – 1998.
- KAGAN, Robert. *Do Paraíso e do Poder: os Estados Unidos e a Europa na nova ordem mundial* – Editora Rocco – 2003.
- KEEGAN, John. *Inteligência na Guerra* – Companhia das Letras – 2006.
- KUJAWSKI, Gilberto de Mello. *Império e Terror* – IBRASA – 2003.
- NAISBITT, John. *Megatendências Ásia* – Editora Campus – 1997.
- NYE JR., Joseph S. *O Paradoxo do Poder Americano* – Editora UNESP – 2002.
- Organizado por HUTTON, Will e GIDDENS, Anthony. *No Limite da Racionalidade* – Editora Record – 2004.
- REVEL, Jean-François. *A Obsessão Antiamericana: Causas e Inconseqüências* – UniverCidade – 2003.
- RIFKIN, Jeremy. *O Sonho Europeu* – M. Books do Brasil Editora Ltda. – 2005.
- ROBINSON, Jeffrey. *A Globalização do Crime* – Ediouro – 2001.
- STERN, Jéssica. *Terror em nome de Deus* – Barcarolla – 2006.
- TODD, Emmanuel. *Depois do Império* – Editora Record – 2003.
- TOFFLER, Alvin e Heidi. *Guerra e Anti-Guerra* – Editora Record – 1993.
- TSE, Lao. *O Livro do Sentido e da Vida – Tão Tê King* – Hemus Livraria – 2003.
- VIDAL, Gore. *Sonhando a Guerra* – Editora Nova Fronteira – 2003.
- WOODWARD, Bob. *Bush em Guerra* – Editora ARX – 2003.
- . *Plano de Ataque* – Editora Globo – 2004.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



BRASIL — FRANÇA, relações históricas no período colonial

Vasco Mariz (organizador)

As relações entre luso-brasileiros e franceses no período colonial comentadas por 12 autores numa só obra. O leitor conhecerá a influência da cultura francesa nas diferentes regiões da colônia portuguesa na América do Sul.

Atividade de inteligência e os desafios contemporâneos*

*Aroldo Cedraz***

Foi com grande expectativa que aceitamos o convite formulado para expressar o ponto de vista do Poder Legislativo acerca dos desafios contemporâneos para a atividade de inteligência.

Pensar a atividade de inteligência a serviço do Estado é pensar na informação, em suas mais diversas formas e elaborações, como instrumento de desenvolvimento nacional e componente indispensável para o exercício eficaz da decisão nos poderes constitucionalmente estabelecidos.

Cremos que a utilização espúria dos meios alocados à inteligência do Estado é fato que jaz no passado de nossa história, motivo pelo qual nem o mencionaremos além da presente nota.

Preferimos explorar o tema do seminário e discorrer acerca dos desafios que vislumbremos serem os principais motivadores para o integral aproveitamento do verdadeiro potencial dos recursos materiais e humanos postos à disposição da atividade de inteligência no Brasil.

O Poder Legislativo Federal vem desempenhando um importante papel na formulação do novo modelo que foi adotado pelos serviços de inteligência no País.

Desde a discussão e aprovação da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, deputados federais e senadores prestam seu serviço ao participarem do processo de desenho e estabelecimento dos marcos legais para funcionamento do Sistema Brasileiro de Inteligência

[SISBIN] e do seu órgão central – a Agência Brasileira de Inteligência [ABIN].

Desde essa época, os poderes Executivo e Legislativo vêm cooperando para a formulação da Política Nacional de Inteligência e para a sua operacionalização por meio do debate e apresentação de sugestões em torno das suas diretrizes.

Pensamos que a cooperação nessa matéria é um dos maiores desafios que enfrentamos. Historicamente, a prática operacional dos serviços de inteligência em todo o mundo se baseia na fragmentação e compartimentação de seus trabalhos e produtos.

A cooperação entre as diversas agências, não raras vezes, se dá de forma meramente fundada na voluntariedade de seus dirigentes ou integrantes.

Nesse contexto, um dos maiores desafios a ser enfrentado é superar a fragmentação generalizada e promover o real funcionamento sistêmico dos órgãos comprometidos com a atividade de inteligência.

Para tanto, o Legislativo Federal estará sempre pronto a avaliar, discutir e disponibilizar os marcos legais que permitam o mais eficiente funcionamento de todas as agências envolvidas, seja na melhor definição do campo de abrangência para o desenvolvimento das atividades de inteligência, seja no tratamento das questões referentes às carreiras de Estado que tão relevante serviço prestam à nossa Nação.

* Seminário Internacional sobre os Desafios Contemporâneos para a Atividade de Inteligência

** O autor é Deputado Federal, membro da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados.

Entendemos que trabalhar de forma preventiva é uma das mais distintas características dos serviços de inteligência mundiais. Prover as autoridades de produtos que permitam a tomada de decisão com acerto e oportunidade sempre será um grande desafio a ser enfrentado.

Um país continental como o Brasil tem uma enorme lista temática de assuntos que necessitam ser devidamente acompanhados e analisados. Questões agrárias, fundiárias, econômicas, reivindicações de movimentos sociais, segurança pública e defesa nacional são apenas alguns exemplos da complexa temática da qual as mais diversas autoridades constituídas necessitam de informações para desempenhar e exercer a sua autoridade.

Nesse campo, surge um enorme desafio para a inteligência de Estado: prover as principais autoridades com produtos adequados e oportunos. Estamos conscientes de que operar e manter um sistema de inteligência, que atenda a esse pressuposto, envolve elevados custos.

No tocante a esse aspecto, o Parlamento brasileiro está atento à sua responsabilidade em viabilizar recursos orçamentários para que as agências de inteligência possam bem desempenhar o seu papel.

É por todos sabido que a operacionalização dos produtos de inteligência é realizada, tradicionalmente, no âmbito do Poder Executivo.

Vislumbramos que, no contexto da cooperação entre os poderes, alguns produtos de inteligência poderiam ser preparados por essas agências, especificamente, para as autoridades dos poderes Legislativo e Judiciário. Esse seria um verdadeiro avanço na direção da cooperação e economia de meios nesse tema.

A identificação de causas e tendências nas principais temáticas de importância nacional em muito auxiliaria a tomada das decisões de Estado.

Reconhecemos a importância da imprensa, em todas as suas modalidades, como veículo de difusão de informações e discussão dos gran-

des temas nacionais, uma das mais importantes necessidades em uma democracia consolidada.

No entanto, vemos que, não raras vezes, o processo decisório governamental se baseia em informações divulgadas pela imprensa, quando já não há tanto tempo hábil para a articulação de soluções preventivas ou de longo prazo.

Não parece muito razoável que autoridades do País sejam surpreendidas pela urgência da adoção de medidas em algum assunto de importância nacional ou pela necessidade da tomada de decisões quando um desses assuntos é veiculado em algum órgão de imprensa.

Mais uma vez destacamos o caráter preventivo da atividade de inteligência de Estado que deve difundir produtos adequados de forma a evitar que as principais autoridades se vejam em meio a uma crise criada pela escassez de informações. Esse é mais um dos grandes desafios para o Sistema de Inteligência Brasileiro no século XXI.

No momento em que a nossa sociedade se vê enfrentando todo o tipo de crime transnacional e organizado, não vemos argumento mais incisivo para dispormos de serviços de inteligência eficientes, bem estruturados, que contem com servidores bem remunerados e que ofereçam produtos que permitam aos órgãos de segurança pública enfrentar os que desejam pilhar nossas riquezas e nossa tranquilidade.

Outro importante aspecto que não deve ser deixado de lado tem relação com a proteção da enorme diversidade de conhecimento produzido em nosso País. Há que se fazer justiça e louvar a iniciativa da Agência Brasileira de Inteligência em estabelecer o Programa Nacional de Proteção do Conhecimento.

As idiossincrasias da formação cultural de nosso povo nos legam um baixo comprometimento com a salvaguarda de nossos bens simbólicos e materiais.

Promover a alteração de crenças e valores não é tarefa trivial, mas esse é o desafio que se

apresenta quando a questão é proteger nosso patrimônio em sua imensa diversidade.

Até aqui, foram pontuados os principais desafios que, sob a nossa ótica, perpassam a contribuição que o Poder Legislativo Federal pode oferecer à atividade de inteligência brasileira. Seguiremos agora discorrendo sobre a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Acerca dessa comissão nos pronunciamos na qualidade de membro nato e, portanto, momentaneamente co-responsável por todas as suas possibilidades e limitações, fato que nos deixa muito à vontade para analisar os desafios que temos enfrentado.

Um desses desafios é a deliberação sobre o Regimento Interno desta comissão, pois seu perfeito funcionamento permitirá uma efetiva colaboração para o desenvolvimento e aprimoramento do SISBIN.

Essa comissão foi criada em 7 de dezembro de 1999, é composta pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como pelos presidentes das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Tem como objetivo exercer o controle externo das atividades de inteligência e de contra-inteligência a fim de assegurar que tais atividades estejam sempre pautadas nos princípios constitucionais e democráticos.

Para tanto, suas principais atribuições são:

- controlar e fiscalizar as atividades de inteligência, contra-inteligência e correlatas, desenvolvidas no País;

- analisar, emitir parecer e apresentar sugestões sobre os programas de inteligência e outros relacionados à atividade de inteligência

do Governo brasileiro, previstos na Política Nacional de Inteligência;

- promover a avaliação permanente dos programas e das atividades de inteligência;

- manifestar-se sobre os ajustes específicos e convênios, quanto à participação de unidades da Federação na composição do SISBIN;

- submeter à deliberação do Congresso Nacional propostas relativas à legislação sobre as atividades de inteligência e a divulgação de informações sigilosas;

- submeter à deliberação do Congresso Nacional relatórios referentes às atividades de controle e fiscalização das atividades e programas relativos à atividade de inteligência de sua competência; e

- receber e apurar denúncias sobre violações a direitos e garantias fundamentais praticadas por órgãos públicos, em razão de realização de atividades de inteligência, contra-inteligência e correlatas, apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato.

A partir dessas atribuições, é possível inferir os enormes desafios, a começar pela exígua quantidade de parlamentares que a integram.

Transformar essas atribuições em ações efetivas, dentro de um marco legal consistente e com uma metodologia de trabalho que nos permita realizar as melhores contribuições para o aprimoramento dos trabalhos concernentes à atividade de inteligência no Brasil é um tema que vem tendo lugar em nossas discussões.

Entendemos que esses são os aspectos mais relevantes acerca da temática proposta e gostaríamos de privilegiar os debates, ocasião em que poderemos interagir com a audiência sobre nossas formulações. Por esse motivo, encerramos as nossas considerações, mais uma vez agradecendo pela atenção de todos. ●

Agência Brasileira de Inteligência e sua importância estratégica

Aldo Rebelo

Pretendo evitar uma longa, embora fascinante, reconstituição das atividades de Inteligência na história da humanidade, pois sabemos que elas começaram nas primitivas tribos que se espionavam para defender a caça abatida.

São lendárias as tramas de informações dos generais gregos e do Império Romano e na formação dos estados-nacionais da Europa, assim como na era dos descobrimentos que marcou o Império português. Portanto, limito-me a dois registros-homenagens.

O primeiro, a Pero da Covilhã.

No encontro dos séculos XV e XVI, quando o comércio de especiarias sacudia a Europa e a primeira globalização lançava as potências da época a mares nunca dantes navegados, este português sagaz, poliglota, disfarçou-se de árabe e desvendou a rota das ervas orientais, comprovou que o reino mítico do Preste João não existia e forneceu anotações para que Vasco da Gama atravessasse o Oceano Índico diretamente para Calicute.

Vasco da Gama, por sinal, protagonizou a importância da Inteligência nos grandes empreendimentos. Descuidou da segurança de sua missão e foi conduzido a uma cilada em Mombaça pelo primeiro piloto mouro que empregou, sendo salvo, como o poeta Luís de Camões descreve nos belos versos de *Os Lusíadas*, pela intervenção direta de Ericina, nada menos que Vênus ou Afrodite, que lhe mandou ventos para desviar as naus do "fim nefando".

O outro registro-homenagem é aos índios, negros, mamelucos e mulatos que derrotaram

o invasor holandês no Brasil do século XVII. Sua atividade de espionar o inimigo foi documentada numa carta do Padre Antônio Vieira:

"Vigiavam todas as noites sem cessar, passavam os dias sem descansar, tinham por casa o céu e a terra por cama, expostos ao frio e à calma, padecendo muitas fomes e sedes. Muitas vezes, particularmente ao princípio, se sustentavam só de farinha de guerra, sem mais que uma pouca de água. As folhas de árvores lhes serviam de prato de comer e de púcaros para beber... E com ser tão grande essa falta, nunca aos nossos faltou ânimo."

Tais atividades, seja com o nome moderno de Inteligência seja com os antigos de espionagem e informações, estão incorporadas à nossa história e nela devem ser valorizadas.

No caso do Brasil, há de se sublinhar a especificidade democrática do aparelho de inteligência em vigor, caso exemplar de agência criada por lei discutida durante um ano e votada no Congresso Nacional, de diretor aprovado pelo Senado, de agentes contratados por concurso e fiscalizada por vários entes públicos, a começar pela Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência do Congresso Nacional.

Submetido a controle externo e expurgado de deformidades do passado, o Sistema Brasileiro de Inteligência submete-se ao estado de direito e age com o penhor de não infringir os preceitos democráticos que asseguram os direitos da cidadania prescritos na Constituição.

Há uma vasta relação de temas para se ocupar, dos clássicos, como o monitoramento de mo-

* O autor é presidente da Câmara dos Deputados.

vimentos físicos e ideológicos nas fronteiras, aos modernos, a exemplo da conquista de tecnologias de ponta, passando por programas de criptografia indispensáveis no mundo atual, já aplicados no sistema eleitoral.

Temos, por exemplo, um extraordinário potencial para o exercício da Inteligência no campo da biodiversidade, cobiçada e pilhada pela biopirataria, e já a estamos amparando por meio do Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento Estratégico.

Ainda no campo da contra-inteligência, há muito o que fazer para proteção das conquistas obtidas no Programa Nuclear, em que desenvolvemos uma ultracentrífuga de enriquecimento de urânio mais eficiente que as de outros países, e por isso temos sido vítimas de tentativas de inspeções indevidas que atentam contra a soberania nacional.

É público e notório que no Centro Experimental de Aramar, em São Paulo, administrado pela Marinha, está instalada uma câmera de vídeo da Agência Internacional de Energia Atômica, que registra o movimento de entrada e saída de pessoas e material no galpão das centrífugas.

Agora, querem nos impor a adesão a um protocolo adicional ao Tratado de Não-proliferação de Armas Nucleares, que ratificamos, em 1998, pelo qual até os carros e as residências dos técnicos que trabalham naquele programa poderiam ser vasculhados a qualquer hora por inspetores estrangeiros.

A assimetria dessas inspeções salta aos olhos, pois os países que controlam a Agência não só mantêm arsenais nucleares capazes de destruir o planeta como suas instalações não são fiscalizadas.

Sabemos que a discrição é pedra de toque de um serviço de Inteligência. Ainda assim, pela pressão do controle democrático, cabe-nos buscar a institucionalização mais legítima, de que este fórum é um saudável exemplo.

É necessário criar condições para que os serviços de Inteligência sejam reconhecidos, acei-

tos e incentivados pela sociedade, e isto só se consegue com a demonstração de sua utilidade como organismo de defesa dos altos interesses nacionais, acima de quaisquer outros.

Num plano assemelhado, é tarefa do Estado difundir o sentimento de defesa na sociedade, e as atividades de Inteligência articulam-se com esse projeto nacional.

É difuso o pensamento de que, por ser uma Nação dadivosa, que de fato é, o Brasil prescindir de instrumentos de defesa e monitoramento de seu patrimônio material e cultural, porque não tem inimigos externos, vive em paz com os vizinhos e desfruta de uma imagem de nação aberta e generosa.

Estas verdades conduzem, no entanto, a um perigoso equívoco. Por causa delas, há quem questione os investimentos em defesa e desdenhe da importância dos serviços de Inteligência.

Ao contrário do que se dissemina, não vivemos uma era de paz e confraternização dos povos. A defesa dos interesses nacionais e dos blocos organizados por afinidades ideológicas ou destino geográfico continua a cindir o planeta, ora pela força das armas ora pela do comércio e suas trocas desiguais.

No mundo contemporâneo, globalizado, com uma inaudita circulação de informações, a Inteligência e a Segurança Nacional permanecem vigentes como uma reservada e importante atividade do aparelho de Estado, entendendo-se a Segurança Nacional no conceito democrático de proteção dos interesses estratégicos do País e não de um governo.

Os países mais desenvolvidos não só têm e mantêm uma longa tradição desses serviços, como não param de aumentar os investimentos, ora por inércia estratégica ora por episódios intranquilizadores, como os do narcotráfico e o terrorismo.

É a atual uma era de sofisticação tecnológica, algumas ostensivas, como os satélites e radares, outras mal-explicadas e dissimuladas,

como o Sistema Echelon. Nesse cenário, a Inteligência não se limita à espionagem e à prevenção de ameaças, mas avança na prospecção de questões de Estado. Há assuntos estratégicos de que as áreas inerentes não podem tratar, como a ocupação e integração do território.

Tome-se, por exemplo, os casos das agências estatais no assunto dos índios e no problema da terra. Há aspectos peculiares à Inteligência que escapam à área de atuação desses organismos.

Cabe ao setor de Inteligência, ainda que articulado a instituições como grupos de pesquisa e universidades, prospectar oportunidades e ameaças, identificar problemas e esboçar medidas cautelares com vistas à formulação de ações antecipatórias do Poder Público.

Os serviços de Inteligência e Segurança, sem prejuízo da presença do braço policial-militar do Estado, podem-se antecipar na identificação da articulação e ação de nocivas iniciativas extranacionais.

Um país importante como o Brasil, consolidando-se como potência regional e almejando um lugar mais destacado no pódio internacional, como o faz agora ao pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, naturalmente desperta maior atenção até mesmo de seus parceiros estratégicos.

As guerras de concorrência e conquista de mercados e mentes também se dão pelas idéias, pela transplantação de ideologias, pela implantação de modelos e paradigmas.

É o que está ocorrendo na Amazônia, onde uma centena de organizações transnacionais tenta impor um modelo de preservação, baseado no conceito de "reserva estratégica da humanidade", e travar a ação do Poder Público na promoção e defesa de seu povo e território.

Portanto, é fora de propósito, quase um acinte, a queixa dessas organizações de estarem no raio de monitoramento do Estado brasileiro.

Citei o caso dos índios porque é uma área em que temos uma doutrina estabilizada, for-

mulada por José Bonifácio no século XIX e aplicada pelo Marechal Rondon no século XX.

Apesar de fracassos pontuais, malgrado a incompreensão de alguns setores da sociedade ao manejarem o problema, temos uma política indigenista cujos centro e objetivo são a integração deles à sociedade nacional.

A aspiração é incorporá-los, ainda que com os conflitos típicos das contradições no seio do povo, ao caldeirão étnico que caracteriza a formação tripartite do povo brasileiro.

O colonizador português trouxe a prática virtuosa da miscigenação.

Hoje, no entanto, assistimos a uma dissimulada introdução de idéias exóticas que caracterizam os índios como povos e suas aldeias como proto-estados étnicos históricos e independentes.

O Estado nacional, tendo, como frisei, secular política estabelecida, tem o dever de identificar e mapear esses cavalos de Tróia e a eles opor nossa doutrina e história.

Outro tema, este de extensão internacional, é o da imigração. Nenhum país do mundo abriu-se tanto aos estrangeiros quanto o nosso.

Provavelmente, nenhuma nação amalgamou-se culturalmente como a brasileira, seguindo o ritual clássico da assimilação nacional com diversidade cultural.

É visível, e também uma dádiva, que os milhões de árabes, italianos, japoneses, espanhóis, alemães, sobretudo essas nacionalidades, por sua grandeza numérica, são brasileiros acima de qualquer outra condição, sem perderem a riqueza de suas culturas, ao contrário, integrando-as à identidade nacional.

Ocorre hoje, no entanto, uma imigração de novo tipo. Já não é a aventura do cometimento em busca do Novo Mundo.

Como em outros países, o centro da imigração atual é o da força de trabalho que as relações de produção importam para ter mão-de-obra barata, e esta atua como um fornecedor de divisas que ajudam a sustentar a econo-

mia dos países fornecedores desses nacionais expatriados.

À luz dos recentes acontecimentos na França, e das preocupações geradas pelo fluxo levantino na Alemanha, cabe aos serviços de Inteligência e Segurança identificar a nova onda imigratória que começa a tomar a envergadura de fluxo massivo.

Trata-se, portanto, de dimensionar o problema, pois a política nacional já está estabelecida: acolher os que escolhem a nossa como sua pátria.

Que se tornem brasileiros, concorrendo em condições de igualdade com os que aqui nasceram, mas sujeitos e, sobretudo, beneficiados pelas leis do País, a começar das trabalhistas, fruto de memoráveis lutas dos trabalhadores.

Em outra frente, está em curso no Brasil um acirrado debate acerca da transposição do Rio São Francisco. Apesar de justa a causa, pois se trata de dar de beber a quem tem sede, estes da Federação comportam-se como se fossem países independentes, uns apoiando, outros rejeitando a solução hidráulica.

Tal disputa apenas dimensiona a importância e antecipa a disputa da água no mundo. Imagine-se quando o debate se travar entre países de fato, num tempo não muito distante, quando a água vier a ser uma mercadoria que, por não

poder ser manufaturada, ou seja, que nem toda a altíssima tecnologia poderá fabricar ou plantar, será de domínio mais essencial que o ar limpo, pois este se pode obter com medidas saneadoras das atividades industriais.

O petróleo já tem sucedâneos parciais eficazes, como o álcool combustível, mas a água é insubstituível. Neste momento, o estado norte-americano da Califórnia, a quarta maior economia do mundo, busca desesperadamente alternativas para armazená-la e abastecer sua população e culturas agrícolas.

O Brasil, que detém a maior reserva de água doce do mundo, tem a obrigação de desenhar no horizonte o uso e a proteção desse manancial único.

Num curto espaço de tempo, não faltarão iniciativas de "gestão coletiva internacional" desse recurso natural que as Nações Unidas apontam como deficitário já em 2025.

Como se vê, as tarefas do Serviço Brasileiro de Inteligência e de seu braço executivo, a Agência Brasileira de Inteligência, crescem de importância no plano estratégico.

Nenhum Estado jamais dispensou a Inteligência como instrumento de preservação de seus interesses, pela essencial razão de que não há soberania sem proteção do Estado. ●



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício

A Retirada da Laguna

Visconde de Taunay

Narração rica em detalhes descreve a epopéia da tropa brasileira em defesa do solo pátrio. Fome, cólera e muitos outros fatores adversos pontuam essa obra de rara beleza literária.

Narcoterrorismo – O flagelo do século XXI

*Alvaro de Souza Pinheiro**

América Latina é, hoje, internacionalmente reconhecida como uma das mais pacíficas regiões do mundo. Apesar das sandices irresponsáveis de Hugo Chávez, as ameaças de agressões externas são extremamente remotas. Entretanto, a existência de determinadas situações em alguns Estados nacionais pode criar crises capazes de afetar a estabilidade regional. Movimentos revolucionários radicais e sua associação com o narcotráfico, contrabando de armas, lavagem de dinheiro e um fluxo de migrações difícil de controlar são condições que podem acarretar graves problemas transnacionais.

O espectro do narcoterrorismo, internacionalmente caracterizado pelo triângulo letal integrado por narcotraficantes, terroristas e contrabandistas de armas, enfatizando atividades do crime organizado nos grandes centros urbanos já atingidos pela migração descontrolada, emerge, na atualidade, como uma ameaça nova e extremamente perigosa à sociedade humana.

É nesse contexto que se deve analisar as informações registradas nas matérias publicadas nos dias 30 e 31 de outubro, no jornal *Correio Braziliense*, de autoria da jornalista Maria Clara Prates, do Estado de Minas, enviada especial ao Paraguai. Tendo como título “Guerilha treina Sem Terra”, as reportagens descrevem atividades de treinamento de técnicas de guerrilha urbana, na região de Pindoty Porá, Departamento de Canindeyú, território do Paraguai fronteiriço aos estados brasileiros de Mato Grosso do Sul e Paraná. Este adestramento

foi ministrado, nos meses de maio, julho e agosto, por instrutores colombianos das FARC a brasileiros integrantes do MST (Movimento dos Sem-Terra) e de organizações criminosas responsáveis pela segurança de pontos de distribuição de drogas no Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo as informações publicadas, a escolha da região de Pindoty Porá pelas FARC não é aleatória. O local vem sendo utilizado, há pelo menos dois anos, como ponto estratégico para o tráfico de cocaína, maconha e armas, que prospera com a conivência de autoridades paraguaias e sob o beneplácito da frágil legislação daquele país.

O tema não se constitui em novidade. Matéria semelhante já tinha sido publicada na edição de 4 de julho, do jornal *Estado de S. Paulo*. Nesta matéria, o juiz federal Odilon de Oliveira, de Ponta Porã, na fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai, expõe evidências (inclusive com a apresentação de um vídeo) da atuação de terroristas das FARC no treinamento de bandidos ligados às organizações Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), visando à execução de seqüestros, atividade criminosa que rende às FARC uma receita anual de US\$ 250 milhões.

Para um perfeito entendimento da gravidade de tais indícios, há de se compreender, primeiramente, o contexto global do narcoterrorismo.

A eclosão de um novo cenário geopolítico, característico da era pós-Guerra Fria, determinou, na última década, uma drástica redução dos fundos alocados por Estados nacionais patrocinadores para grupos terroristas. Dessa

* O autor é General-de-Brigada.

forma, as diferentes organizações operando em diferentes áreas do mundo tornaram-se altamente dependentes de auto-financiamento, por meio de atividades criminais. E o resultado foi que o relacionamento entre o terrorismo e o crime organizado ganhou uma significativa relevância.

As alianças foram estabelecidas em ambas as extremidades do espectro. Os grupos terroristas procurando as organizações criminosas e as organizações criminosas procurando os grupos terroristas. Os acordos estabelecidos possibilitaram, sobretudo, a obtenção de *know-how* específico, como, por exemplo, lavagem de dinheiro e confecção de bombas, ou de apoio operacional, como acesso a rotas de contrabando. As ligações transnacionais das FARC com o cartel narcotraficante mexicano de Tijuana e com a máfia russa que opera nos EUA são um exemplo típico desse tipo de aliança.

Muitas organizações criminosas e terroristas evoluíram tremendamente no emprego de suas respectivas táticas, técnicas e procedimentos operacionais; e, na atualidade, manifestam características simultâneas tanto de terrorismo quanto de crime organizado. Nesse contexto, não raro, grupos criminosos estão divulgando motivações político-ideológicas, num esforço orientado a manipular condições operacionais junto a populações de países fracos, desorganizados ou falidos (aqueles em que o Governo não satisfaz as necessidades primárias da população); e organizações terroristas estão plenamente engajadas na obtenção de lucros em atividades criminosas, de modo a substituir os recursos perdidos dos seus antigos Estados patrocinadores. Na verdade, na sua grande maioria, tais organizações estão utilizando retórica político-ideológica (ou étnico-religiosa) como uma fachada para a condução cada vez mais intensa de atividades criminosas (que estão se transformando na sua atividade fim).

A convergência de motivações políticas e criminosas num único grupo (que se torna hí-

brido) é uma condição que lhe permite ganhar, gradativamente, de forma altamente subversiva, controle político e econômico sobre o Estado que, pela incapacidade de seu governo central, se torna falido. É o exemplo característico que se observa, atualmente, dentre outros, no Afeganistão, Serra Leoa, Somália, Libéria, Costa do Marfim, Myanmar e na Província Fronteira Noroeste do Paquistão.

No que se refere às organizações colombianas, as FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia), o ELN (Ejército de Liberación Nacional) e as AUC (Autodefensas Unidas de Colombia), todas estão profundamente comprometidas com ações terroristas, particularmente seqüestros e atentados a bomba, inclusive com cerrados laços táticos com outras organizações terroristas, como é o caso das FARC e de suas ligações com o IRA (Irish Republican Army) e o ETA (Basque Fatherland and Liberty). E todas também estão profundamente comprometidas com o narcotráfico, em todas as suas fases: orçamento, produção, processamento, transporte e distribuição. Há de se ter em mente que a Colômbia é o maior produtor de cocaína refinada, 80% da produção mundial, da qual 70% são orientados para o mercado norte-americano.

Complementarmente, a Colômbia é o maior produtor de ópio e heroína do hemisfério ocidental, ficando atrás do “Triângulo Dourado” do Sudeste da Ásia (Burma, Tailândia e Laos) e do “Crescente Dourado” do Sudoeste da Ásia (Irã, Afeganistão e Paquistão). Também possui uma expressiva produção de maconha, responsável por 40% do consumido no mercado norte-americano.

As FARC, tradicionalmente, sempre se constituíram em motivo de preocupação para as unidades do Exército Brasileiro, na área estratégica prioritária do Comando Militar da Amazônia (CMA), em particular, na região da fronteira noroeste, conhecida como “Cabeça do Ca-

chorro". Em fevereiro de 1991, uma coluna de 40 guerrilheiros que se autodenominou de "Comando Simon Bolívar" atacou um Destacamento de Fronteira com um efetivo de 17 homens, no Rio Traíra, a 400km ao norte da localidade de Tabatinga/AM, numa ação até então inédita em postos de fronteira na Amazônia. O resultado deste incidente foram três combatentes de selva mortos e nove feridos. A ação foi efetuada como uma retaliação, em função de que esse destacamento disciplinava e controlava o movimento em áreas indígenas, bem como impedia a garimpagem clandestina. Em resposta, o Exército Brasileiro desencadeou a "Operação Traíra", comandada pelo CMA e contando com a presença de unidades de Infantaria de Selva locais e unidades da Força de Ação Rápida Estratégica, bem como com o apoio da Força Aérea Brasileira. Esta operação, desenvolvida em conjunto com unidades do Exército colombiano, foi coroada de êxito e, desde então, não se teve mais indícios de presença das FARC em território nacional.

No dia 21 de abril de 2001, o Exército colombiano desencadeou a "Operação Gato Negro", contra as FARC, na região próxima à localidade de Barrancominas, Departamento de Vichada, a este da Colômbia, próxima à fronteira com a Venezuela, e não longe da fronteira com o Brasil. Nessa jornada, foi preso (após confronto armado, no qual ficou ferido) Luiz Fernando da Costa, 33 anos, vulgo "Fernandinho Beira-mar", o maior narcotraficante brasileiro, responsável pela distribuição de 70% da cocaína refinada distribuída no território nacional. A 16ª Frente das FARC, comandada

por "Negro Acácio", utilizava aquele departamento, juntamente com os de Guainía e Guaviare, como um corredor de mobilidade e como área de cultivo de coca, refino e distribuição de cocaína para a Venezuela e para o Brasil. "Beira-mar" lá se encontrava trocando armas (AK-47 Kalashnikov) por cocaína. Conforme algumas de suas declarações ao Exército colombiano, para cada quilo preparado de cocaína, as FARC cobram US\$ 500 e para cada voo, US\$ 15.000. Que ele pagou da ordem de US\$ 10 a US\$ 12 milhões por mês às FARC, e que parte do pagamento pela cocaína foram 3.000 fuzis (AK-47) mais 3,5 milhões de cartuchos, todo o armamento e a munição oriundos do Paraguai.

É absolutamente fundamental que a sociedade brasileira conheça essas realidades de modo a rejeitar, independentemente de preferências político-ideológicas, de modo contundente, qualquer tipo de simpatia a essa que, hoje, é uma organização narcoterrorista, na verdadeira expressão da palavra, e que, assim, deve ser encarada como uma ameaça aos interesses vitais do Estado brasileiro. E que o MST seja cobrado pelas perniciosas ações desenvolvidas junto às FARC, que nada contribuem para as suas reivindicações sociais, muito pelo contrário.

E que as autoridades brasileiras responsáveis pelas áreas da segurança e defesa sejam dotadas de meios para cumprir de forma oportuna, eficiente e eficaz as suas relevantes missões no combate a este verdadeiro câncer que, cada vez mais, agride, de forma extremamente perversa, a sociedade brasileira, em todos os quadrantes deste País continente. ☉

As violações “invisíveis” das fronteiras

Proposta inovadora para a tipologia de fronteiras

*Marcos Henrique Camillo Côrtes**

Os estudos sobre fronteira nacional, seja nos bancos de escola seja no âmbito universitário, tratam dos seus aspectos históricos, geográficos e jurídicos. As várias definições da mesma podem ser resumidas na concepção de *fronteira jurídica*, que é o limite legal entre as jurisdições soberanas de dois Estados.

Essa definição tradicional é perfeitamente correta e serve de fundamento, por exemplo, para as preocupações com que muitos brasileiros analisam as ameaças, concretas ou em potencial, à incolumidade do território nacional. É também a partir da mesma definição que se elaboram os planejamentos de ação governamental para fins de desenvolvimento ou de emprego de elementos de segurança.

Graças à atuação continuada do nosso serviço diplomático e, muito especialmente, à extraordinária e devotada competência do Barão do Rio Branco, ao se chegar ao ano de 1910 o Brasil tinha todas as suas questões de fronteira resolvidas pacificamente, por meio de negociações diplomáticas ou arbitragem internacional, sem jamais recorrer ao uso da força. Por isso, os brasileiros puderam, desde então, desfrutar da tranquilidade de saber que o país não tem problema algum de fronteira. Isso, entretanto, não elimina o fato de que, por diferentes causas e em diferentes momentos, tenhamos tido, continuamos tendo e poderemos sempre ter problemas na

fronteira. Para evitar ou neutralizar ameaças e/ou violações de nossas fronteiras, o Brasil contou, historicamente, com a vigilância e a capacidade profissional do Itamaraty e das Forças Armadas, além da dos órgãos policiais e aduaneiros especificamente incumbidos dessas tarefas.

Entretanto, as características do relacionamento internacional após o fim da Guerra Fria estimularam modos mais agressivos de comportamento, sobretudo por parte da superpotência (Estados Unidos) e das duas megapotências (União Européia e Japão). As consequências da Terceira Revolução Industrial e o processo denominado Globalização aumentaram exponencialmente o hiato de poder entre esses três Centros de Poder Econômico (CPEs) e os demais países. Além disso, as pragas do narcotráfico e do terrorismo internacional criaram novos riscos e ameaças. Finalmente, a adoção de conceitos emanados da chamada Revolução em Assuntos Militares (RAM), demonstrada de maneira espetacular no ataque ao Iraque, desfechado pelos EUA em março-abril de 2003, confirmou a vigência ominosa do que se tem chamado de Pós-Modernismo Militar.¹

De tudo isso surge a necessidade prementente de que se passe a considerar, com muito maior intensidade, outro tipo de fronteira, até agora pouco apreciada. Trata-se da *fronteira metafísica*, que defino como a linha de defrontação entre interesses de dois (ou mais) Estados.

* O autor é embaixador e conferencista na Escola Superior de Guerra – ESG – e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército – ECEME.

¹ Sobre a Revolução em Assuntos Militares e o Pós-Modernismo Militar, há vários textos publicados pelo autor, como, por exemplo, na “A Defesa Nacional”, n. 792, de JAN/FEV/MAR/ABR 2002.

Na concepção jurídica, sobejamente conhecida, as fronteiras podem ser agrupadas em três categorias:

1. Terrestre – Que pode ser seca, fluvial ou lacustre e cuja definição e caracterização obedecem a critérios determinados pelo Direito Internacional Público.

2. Marítima e Oceânica – Atualmente regidas pelas normas da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, popularmente conhecida como Convenção da Jamaica.

3. Aérea – Também regida por normas internacionais, especialmente no que se refere ao uso do espaço aéreo.

Já na concepção metafísica, a variedade de categorias é maior e, na verdade, convém deixar sua listagem em aberto. Assim, por exemplo, deve-se considerar uma fronteira (metafísica) espacial, embora o espaço sideral seja, em termos jurídicos, considerado internacionalizado, ou seja, destituído de fronteiras nacionais. Um exemplo dessa fronteira (metafísica) espacial é a aplicação unilateral de restrições ao acesso a tecnologias de mísseis, como ocorre com o Regime de Controle da Tecnologia de Mísseis (RCTM).

Analogamente, na tipificação metafísica, existe uma fronteira cibernética, evidenciada sobretudo com o surgimento da Ação Bélica Informatizada (ABI) e da Ação Bélica Estratégica Informatizada (ABEI).² Além disso, com a enorme importância da Internet, aumentam aí os interesses com potencial para gerar confrontações.

A mais importante das fronteiras metafísicas, porém, é a que denomino fronteira institucional. Ela se configura quando, em função de defrontação de interesses de dois Estados, um deles consegue impor a aceitação de atos internacionais (adesão a tratados, celebração de

acordos etc.) ou a adoção de medidas executivas, legislativas ou judiciárias nocivas ao interesse nacional do Estado mais fraco.

Os dois tipos de fronteiras apresentam características bastante diferentes. Vejamos as principais delas. As fronteiras jurídicas são regidas por normas do Direito Internacional Público e por Atos Internacionais, inclusive acordos e tratados bilaterais. Elas são visíveis, ainda que, em determinados casos, essa “visibilidade” exista em função de alguma convenção (por exemplo, uma linha geodésica). As ações de violação de uma fronteira jurídica são detectáveis, às vezes até mesmo antes de se efetivar a violação. Quando não chegam a ser previamente detectadas, as violações e seus resultados são fisicamente perceptíveis.

As fronteiras metafísicas, porém, revestem-se de algumas peculiaridades. Em primeiro lugar, elas não só são invisíveis, como geralmente são de detecção difícil ou mesmo impossível. Em segundo, a elas não se aplicam as normas consagradas pelo Direito Internacional, que regem as fronteiras na concepção jurídica. Por último, as ações do “agressor” são empreendidas em sigilo e o “agredido” geralmente só percebe os resultados da violação quando estes já estão consumados.

A fim de esclarecer ainda mais a distinção entre as fronteiras jurídicas e as metafísicas, sintetizo no quadro da página seguinte as características descritas acima.

Para entendimento prático dos diversos tipos de fronteira, consideremos a situação do Brasil na conjuntura internacional, tomando os últimos 15 anos como moldura cronológica. A natureza dos problemas que se configuraram ou podem vir a surgir nas nossas fronteiras decorre das formas existentes ou previsíveis das ameaças à soberania ou aos interesses nacionais do Brasil. De modo a facilitar o estudo, adotei a rela-

² Ação Bélica Informatizada (ABI) – um dos novos recursos que compõem o arsenal de Forças Armadas pós-modernas. Ação Bélica Estratégica Informatizada (ABEI) – nova modalidade de agressão, que visa a causar grandes danos ao adversário, empregando exclusivamente meios informatizados para atacar sistemas informatizados do mesmo.

Fronteiras jurídicas	Fronteiras metafísicas
<ul style="list-style-type: none"> • Regidas por normas do Direito Internacional Público, Atos Internacionais, acordos e tratados bilaterais. • Visíveis (ainda que por convenção). • Ações detectáveis, às vezes antes mesmo de efetivar-se a violação. • Violações fisicamente perceptíveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não sujeitas a normas internacionais específicas. • Invisíveis, de detecção difícil ou até impossível. • O “agressor” age de forma sigilosa ou sub-reptícia. • O “agredido” não percebe a violação ou só a discerne após o fato consumado.

ção abaixo para definir a natureza dos principais problemas na fronteira do Brasil.

1) Reivindicação “jurídica” – Como o Brasil adota, de maneira inflexível, o princípio de *pacta sunt servanda* (os tratados têm de ser respeitados) e como todas as nossas fronteiras estão (desde 1910) fixadas juridicamente, por tratados, qualquer reivindicação desse tipo por qualquer vizinho é inadmitida e inadmissível!

2) Implicações de reivindicação entre terceiros – Alguns dos nossos vizinhos ainda têm em aberto controvérsias sobre fronteiras, como ocorre, por exemplo, com a pretensão da Bolívia de recuperar do Chile sua saída para o mar. O Brasil precisa sempre se manter atento para evitar ser envolvido, ainda que indiretamente, em controvérsia desse tipo.

3) Pressões para adoção de legislação interna ou assinatura de acordos lesivos ao interesse nacional – Estamos aqui diante de um dos tipos de fronteira metafísica, a institucional. Como exemplificarei adiante, nesse tipo de fronteira o Brasil sofreu, nos últimos 15 anos, diversas perdas. Existem ainda vários riscos de novas violações, como ocorre com as pressões dos EUA, diretamente e através da AIEA, para sustar a produção de urânio enriquecido pela empresa Indústrias Nucleares Brasileiras – INB, na sua Usina de Enriquecimento em Resende, Rio de Janeiro, utilizando tecnologia desenvolvida pela Marinha do Brasil. Cabe sublinhar que essa atividade está sendo conduzida em estrito cumprimento das obrigações internacionais do Brasil, inclusive com supervisão da AIEA.

4) Ameaça militar – Pode-se considerar essa ameaça como inexistente, porém é preciso relativizar tal inexistência. De fato, não parece haver qualquer ameaça militar iminente, no momento atual. Entretanto, não se podem ignorar certas ameaças militares em potencial, sobretudo caso se considere, conjugadamente, a instabilidade em alguns dos países vizinhos e a vigência da Diretriz de Ação Preventiva, anunciada oficialmente pelo Governo norte-americano em 2002. É importante sublinhar que o unilateralismo que vem sendo evidenciado por Washington, conjugado com a implementação pelas Forças Armadas norte-americanas das concepções da Revolução em Assuntos Militares (RAM), acentua intensamente a diretriz política de intervir onde quer que possa ser identificada ou presumida uma ameaça a interesses dos EUA.

5) Ameaça armada – Movimentos subversivos em alguns dos países vizinhos podem, por diferentes motivos, “transbordar” para o território brasileiro. O caso mais notório é a atuação das FARC na Colômbia, as quais já foram protagonistas, direta ou indiretamente, de violações da soberania brasileira. Outro tipo de ameaça armada decorre das atividades do tráfico internacional de drogas, cabendo aqui destacar as medidas para controle e repressão no âmbito do SIVAM. Finalmente, embora o Brasil não esteja incluído entre os alvos prioritários do terrorismo internacional, não se pode ignorar a ameaça que ele representa para os interesses nacionais.

6) Atividades ilícitas – Elas abrangem o contrabando, a “pirataria” e a imigração ilegal.

Embora sua repressão seja precipuamente atribuição dos órgãos policiais, a dimensão que muitas delas tenha assumido pode requerer a participação, ainda que subsidiária, das Forças Armadas brasileiras. Impõe-se aqui o cuidado para evitar que esse envolvimento possa se ampliar e assim acarretar certo desvirtuamento das responsabilidades constitucionais das mesmas.

7) Porosidade decorrente de intensa atividade econômica – De forma geral, pela dinâmica própria da economia e da demografia brasileiras, essa porosidade nos é favorável. É preciso, porém, acompanhamento diuturno dessa “expansão” natural e não planejada a fim de equacionar eventuais desdobramentos perigosos. Exemplo desse risco é o crescimento continuado do contingente de emigrantes brasileiros no Paraguai, onde são conhecidos como “brasiguaios”.

8) “Vazios” – Ainda existem algumas áreas de fronteira em que a ocupação se mostra muito rarefeita. Assim ocorre, por exemplo, na enorme faixa do território brasileiro junto do sul da Guiana e do Suriname. Esses “vazios” precisam ser, pelo menos, monitorados de modo a impedir a sua utilização criminosa por narcotraficantes. Por outro lado, a incúria das autoridades brasileiras ao estabelecer imensas áreas de proteção ambiental e de reservas indígenas em faixas de fronteira cria verdadeiros “vazios” do poder do Estado, gerando perigosas vulnerabilidades para a segurança e a soberania do Brasil.

Uma problemática que requer estudo amplo e equacionamento multifacético é o “enclave” representado pela Guiana Francesa, último remanescente do colonialismo europeu na América do Sul e que, curiosamente, faz com que a mais extensa fronteira terrestre da França seja com o Brasil.

Historicamente, o Brasil esteve envolvido com a Guiana Francesa de maneira episódica. Em 1727, cumprindo dupla missão em Caiena, uma diplomática e outra secreta, Francisco de Melo Palheta conseguiu trazer para Belém as primeiras mudas de café. Em 1808, já com a Corte

instalada no Rio de Janeiro, D. João VI ordenou a ocupação da Guiana Francesa, de onde suas tropas só saíram em 1817, quando a colônia foi devolvida à monarquia francesa restaurada. Em 1900, graças à brilhante defesa conduzida pelo Barão do Rio Branco, o Presidente da Suíça, árbitro da chamada Questão do Amapá, reconheceu nossos direitos sobre a região compreendida entre os rios Oiapoque e Araguari, que era reivindicada pela França. Em 1942-43, Washington tentou, sem êxito, persuadir o Governo brasileiro a invadir e ocupar a Guiana Francesa em vez de enviar tropas para lutar na Itália. Finalmente, em 1961, pouco depois de ter assumido a Presidência da República, Jânio Quadros teria ordenado aos ministros militares o planejamento da invasão da Guiana Francesa. O assunto teria sido discretamente “esquecido” e superado com a surpreendente renúncia do presidente em 25 de agosto do mesmo ano.

Na atual conjuntura, porém, a Guiana Francesa pode vir a ser utilizada como instrumento por aqueles que pretendem a “internacionalização” da Amazônia brasileira.

São notórios os pronunciamentos de autoridades e pseudocientistas de outros países, bem como de conhecidas ONGs, no sentido de se proclamar a Amazônia como “patrimônio da Humanidade”. Em 25 de fevereiro de 2005, numa conferência para diplomatas e especialistas na sede da ONU, o político socialista francês Pascal Lamy defendeu a tese de que as florestas tropicais devem ser tratadas como “bens públicos mundiais”, que ficariam sujeitas a certas regras coletivas de gestão internacional, deixando de lado a questão da propriedade. Aliás, Lamy foi eleito diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) em maio de 2005, de onde poderá continuar atuando para promover tal proposta, claramente nociva aos interesses brasileiros.

Ora, um Governo francês, de comum acordo com os EUA e os membros da União Européia, poderia tomar a iniciativa de, excetuando a

pequena área em torno de Caiena e da base espacial de Kourou, proclamar o território da Guiana Francesa como “bem público mundial”, a servir de “modelo” para o resto da Floresta Amazônica.

É importante destacar que, às vezes, a feição jurídica pode encobrir a real natureza metafísica da fronteira. Essa identificação é necessária para que se possam equacionar corretamente as verdadeiras vulnerabilidades e/ou violações e se adotem as medidas pertinentes.

Vejamos alguns exemplos:

1. Na nossa fronteira com a Colômbia, houve dois casos de violações da fronteiras (jurídica) terrestre e aérea. Na região do Traíra, elementos das FARC atacaram, em território brasileiro, efetivos do Exército Brasileiro, com perdas de numerosas vidas. Anos depois, as Forças Armadas colombianas utilizaram, sem autorização do Governo brasileiro, a pista de pouso em Iauaretê, a fim de lançar operação militar urgente para retomar a capital provincial de Mitu, ocupada pelas FARC. Nesses dois casos ocorreram, sem dúvida, violações da nossa soberania em termos jurídicos. Entretanto, muito mais grave foi a violação da fronteira (metafísica) institucional, pela tibieza com que se portaram autoridades brasileiras no mais alto nível do Governo federal.

2. Por ordem direta do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Governo brasileiro aderiu (em 1997/8) ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), contrariando décadas de resistência amplamente fundamentada às pressões dos Estados Unidos. O TNP contém dispositivos que o tornam uma verdadeira imposição da desigualdade jurídica dos Estados e que violam de modo irretorquível a soberania nacional. Portanto, essa adesão significou gravíssima perda na fronteira (metafísica) institucional. Analogamente, a assinatura (pelo então Ministro de Ciência e Tecnologia, Embaixador Ronaldo Sardenberg, hoje chefe da Missão na ONU) de um acordo para o uso pelos norte-americanos do Centro de Lançamento de Alcântara foi outra perda na fronteira

(metafísica) institucional. Felizmente, graças a oportunas gestões de brasileiros patriotas, sua homologação foi sustada no Congresso Nacional, já que esse acordo continha cláusulas inaceitáveis por violarem a soberania e a dignidade nacionais.

3. Em 2003, uma aeronave militar francesa, transportando militares e agentes de inteligência e segurança, pousou no aeroporto de Manaus sem a devida autorização prévia. A operação visava a conseguir a libertação de uma senadora colombiana (que também tem nacionalidade francesa) seqüestrada pelas FARC. O incidente jamais foi devidamente esclarecido, mas constituiu, inequivelmente, violação da fronteira (jurídica) aérea e terrestre. Entretanto, muito pior foi a violação da fronteira (metafísica) institucional, configurada pela maneira hesitante e incompetente com que o Governo federal se portou no episódio.

4. Atualmente, está por se concretizar a intolerável demarcação, em área contínua, da chamada Reserva de Raposa/Serra do Sol, pela qual se destina território equivalente ao Estado de Sergipe a cerca de 14 mil índios. Como essa “reserva” corresponde a enorme trecho ao longo das nossas fronteiras com a Guiana e a Venezuela, é fácil entender o imenso risco que isso significa para a segurança nacional, em mais uma perda na fronteira (metafísica) institucional.

Esses e muitos outros fatos levam à conclusão de que, nos últimos 15 anos, a maior vulnerabilidade do Brasil tem estado e continua estando na fronteira institucional (metafísica). Isso não quer dizer que possamos continuar descurando da capacitação de nosso serviço diplomático e de nossas Forças Armadas para a defesa permanente e eficaz de nossas fronteiras jurídicas. Contudo, mais do que nunca, impõe-se difundir o conhecimento e o estudo das ameaças que incidem sobre nossas fronteiras metafísicas, em especial a fronteira institucional, cuja localização, obviamente, está em Brasília. Só assim poderemos, nós brasileiros, impedir novas perdas e recuperar o que já se perdeu nesse passado recente. ☉

Partidos políticos: representatividade e governabilidade*

Sérgio F. Quintela**

Por que o Brasil não consegue alcançar, continuamente, taxas de crescimento econômicas elevadas desde meados de 1980? Em geral, as respostas para essa questão falam dos efeitos maléficos da elevada carga tributária, da ineficiência do setor público, das taxas de juros praticadas, da inflexibilidade das relações trabalhistas, do desmantelamento da infraestrutura rodoviária, ferroviária e portuária etc. Um conjunto de fatores que estaria contribuindo para compor um quadro que explicaria o desempenho sofrível da nossa economia.

Em 1985, com o fim do regime militar e a posse de um presidente civil fragilizado pelas forças políticas que estavam de fato com o controle do poder, iniciou-se o período que vem sendo chamado de “redemocratização” e que culminou em 1988 com a promulgação da Constituição que ora vige, ainda que muito emendada. Têm sido 20 anos de turbulência, fracassos e êxitos, marcados por períodos de hiperinflação, planos econômicos heterodoxos e malsucedidos (Cruzado 1, Cruzado 2, Collor), aumento brutal da carga tributária e pequeno crescimento econômico. De positivo, o já longo período de estabilidade monetária – fruto do sofisticado e bem concebido Plano Real; a vitalidade das instituições democráticas; a consolidação da participação e da cidadania – e, ao que tudo indica, o gradual e firme processo de redução das desigualdades de renda, ainda que

decorrente mais de políticas públicas, ao menos em parte, de caráter assistencialista, do que do crescimento econômico e do aumento do nível de emprego.

Mas o país precisa implementar, com urgência, um conjunto de reformas modernizantes de forma a que possa, com êxito, voltar a ter expressivas taxas de crescimento econômico, ampliar a sua participação na economia internacional e expandir o mercado doméstico. E essas reformas – parece haver consenso sobre isso – são: política, tributária, trabalhista e sindical e do Estado.

Infelizmente, nenhuma delas tem chances, no curto prazo, de ser implementada. E continuarão não tendo no futuro se a Reforma Política – a reforma das reformas – não for posta em marcha.

O Brasil tem, no momento, 28 partidos políticos registrados na justiça eleitoral. O sistema em vigor estabelece: o voto obrigatório; votação majoritária em dois turnos para os executivos a nível federal, estadual e municipal;¹ voto proporcional em lista aberta, quando o eleitor pode escolher qualquer um dos candidatos registrados por um determinado partido para as eleições para a Câmara Federal, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara de Vereadores.² A regra da verticalização, como definida pelo TSE, estabelecia que, nas eleições para Presidente da República, os partidos que se co-

* Palestra. Transcrito de Carta Mensal, Rio de Janeiro, v. 51, n. 610, jan 2006.

** O autor é Engenheiro e integra o Conselho Diretor da FGV, da Universidade Católica do Rio de Janeiro e da APEC.

¹ Exceto para os municípios com menos de 200 mil habitantes.

² Cada partido pode apresentar até 1,5 vez o número total de vagas a serem preenchidas.

ligassem para essas eleições deveriam repetir as mesmas coligações nos estados (governadores e deputados estaduais). Observo que a legislação atual (e que vem sendo questionada pelos pequenos partidos)³ estabelece a chamada cláusula de barreira, mediante a qual os partidos devem atingir um mínimo de 5% dos votos nacionais e ao menos 2% em nove estados, ao custo de, caso não satisfaçam essas condições, perderem direitos e privilégios (acesso ao Fundo Partidário, liderança em comissões, relatórios de projetos, tempo de televisão, entre outros).

Inexiste a fidelidade partidária e admite-se coligações entre diferentes partidos visando ampliar a votação da legenda comum, ainda que ao custo, para o eleitor, de votar em um candidato de “esquerda” e eleger um outro de “direita”. Finalmente, não há coincidências de data entre as eleições gerais e as municipais, impondo que a cada dois anos o eleitorado seja chamado às urnas. Esse, em resumo, é o quadro que reflete o atual sistema político, partidário, eleitoral, brasileiro.

Como sou engenheiro, começo por lembrar que, “ao contrário do que ocorre na física, cuja característica é o equilíbrio, no campo social, a estabilidade dos sistemas, pela sua complexidade, não é permanente. São sistemas entrópicos em que o agravamento dos desequilíbrios leva a desajustamentos e a crises. Essa peculiaridade obriga a distinguir, entre os diferentes sistemas que compõem o conjunto do universo político, os que influenciam e os que são influenciados. Em outras palavras, quais são as variáveis condicionantes e quais são as variáveis condicionadas”.

“A representação no Congresso deve cumprir, simultaneamente, duas funções. A primeira, materializar representatividade, isto é, dar

voz, voto e expressão política às diferentes correntes ideológicas, doutrinárias ou programáticas existentes na sociedade, por intermédio dos partidos, atendendo-se, assim, ao requisito essencial da democracia, que é o pluralismo político. Logo, em tese, quanto mais partidos disputarem o voto, maior a representatividade do sistema. A outra função, tão relevante quanto a primeira, é assegurar a governabilidade; a possibilidade de o governo tornar efetivas as suas decisões imperativas”.⁴

No parlamentarismo, o próprio ato de governar está diretamente associado à conquista da maioria, já que perdendo esta, o Gabinete (o Governo) cai e deve ser substituído por outro.

No presidencialismo, isso não ocorre. A inexistência de maioria dificulta ou impede a implementação de políticas públicas defendidas pelo Executivo, mas este mantém-se no poder até as novas eleições ao fim do seu mandato.

Há de tudo, no mundo, em matéria de modelos políticos. Nos quase 150 modelos diferentes encontrados pelos estudiosos e pesquisadores,⁵ fruto da cultura, da história, da demografia, da geografia e das etnias, a diversidade é a marca.

Vejamos alguns exemplos:

“Na Austrália, há o voto alternativo, em que o eleitor escolhe um candidato preferencial mas assinala outros, de cujo cotejo sai o vencedor.

Em Israel, vigora o voto de legenda em lista fechada, mas o primeiro-ministro é escolhido diretamente pelo povo e não pelo partido vencedor das eleições.

A Índia reserva 22% das cadeiras às castas e tribos marginalizadas.

A França, que inventou o sistema proporcional pela pena de Mirabeau em 1789, tro-

³ Os seguintes partidos não alcançaram os limites da cláusula de barreira: PSB (5,27%), PDT (5,12%), PTB (4,62%), PL (4,31%), PPS (3%), PCdoB (2,2%), PV (1,35%), ou não foram votados com o mínimo em nove Estados.

⁴ Fórum Nacional – “As necessárias reformas políticas”, Marco Maciel.

⁵ Reforma política, Aldo Rebelo.

cou-o pelo majoritário, mas guarda a singularidade de realizar a eleição dos 577 deputados da Assembleia Nacional em dois turnos.

Estados Unidos e Reino Unido usam o sistema majoritário de maioria simples, enquanto Alemanha, Itália e México adotam o misto.

O sistema brasileiro, proporcional de lista aberta, vigete também, com variações, em outros países, como na Argentina, Áustria, Bélgica, Costa Rica, Dinamarca, Finlândia, Grécia, Holanda, Israel, Noruega, Portugal, Suécia e Uruguai.”

Como se vê, todos são países de pequena população e eleitorado.

A questão a examinar no caso brasileiro, excluídos do debate a forma de Estado (se unitário ou federativo), a forma de governo (se monarquia ou república), é verificar se o sistema eleitoral que mais nos convém nas eleições para os parlamentos é o proporcional de lista aberta ou fechada, ou o majoritário e, em seguida, quais as práticas e processos que, simultaneamente, num e noutro, atinjam o máximo de representatividade e governabilidade.

Temo dizer que o nosso sistema não consegue alcançar na sua plenitude nenhum dos dois objetivos e, pior, vem acrescentando um outro, agora revelado de forma clara, embora de há muito conhecida pelos que militam na política: a corrupção, a cooptação de parlamentares e o aparelhamento do Estado pela ocupação de milhares de cargos comissionados por indicação político-partidário.

A representatividade pode ser alcançada seja pela via majoritária seja pela proporcional, mas esta necessariamente sem coligações durante o processo eleitoral. A governabilidade, por outro lado, depende da formação de maioria programática que somente se forja estável através de lideranças e da fidelidade partidária, esta absolutamente inexistente no Brasil. O troca-troca partidário que vem ocorrendo, como o que se

observa nas “migrações pós-eleitorais” e que vem sendo apontado nas CPIs em andamento para apurar o chamado “mensalão”, decorre da disputa de poder dentro do Legislativo, poder que se exerce pela indicação dos relatores de projetos, da composição da mesa diretora, da presidência das comissões, todas funções de prestígio e poder.

Leis ordinárias e até mesmo simples mudanças nos regimentos internos dos Parlamentos seriam suficientes para introduzir uma das mais importantes normas no ambiente político: a fidelidade partidária. Somente com ela poder-se-á fortalecer os partidos e garantir a governabilidade. Parece evidente que as regras existentes e as nefastas consequências que delas advêm trouxeram uma enorme e avassaladora dose de descrença e até de repúdio à classe política, com todos os riscos que daí podem surgir para o regime democrático. Já estão presentes, na sociedade mais bem informada, movimentos autônomos utilizando as novas tecnologias da internet via *e-mails*, *blogs*, telefones celulares que, propiciando a comunicação imediata, ampliam a participação e formam opinião.⁶ O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso em artigo na revista americana *Foreign Policy*⁷ afirma:

“As perspectivas (para os partidos) não são brilhantes. Na verdade, essas poderosas máquinas eleitorais podem desaparecer em breve. O terreno está se movendo sob seus pés (...). Votar não requer partidos políticos.” Para ele os partidos políticos “*têm que recapturar a imaginação do público, caso contrário irão desaparecer*”.

Difícil dizer se essa assertiva – aparentemente válida para as sociedades mais adiantadas social, econômica e culturalmente – já estaria sendo também aplicável no Brasil, com o seu imenso eleitorado (128 milhões) e os ainda enormes contingentes de iletrados e excluídos

⁶ Parece ter ocorrido esse fenômeno durante o processo do referendo sobre a comercialização de armas de fogo.

(até mesmo das modernas tecnologias digitais). De qualquer forma, fica o alerta da existência de um fenômeno mundial, num mundo em mutação acelerada.

O Brasil vive, no momento em que escrevo, grave crise política: Em texto recente de minha autoria (O Panorama Político Brasileiro, conferência na Confederação Nacional do Comércio – 30/08/2005), tive ocasião de analisar a sua profundidade e extensão, constatando ter ela sido o resultado de uma ação orquestrada de ocupação do poder pela cooptação de parlamentares pelo partido majoritário – o PT – e pelo crescente aparelhamento do Estado através da tomada da administração direta, autarquias, fundos de pensão e sociedades de economia mista. Mas, na verdade, além das evidências da corrupção, a crise também se ampliou pela identificação, pelas oposições, da existência de um bem articulado movimento político que lhes pode ser fatal nas eleições que se avizinhm: 11 milhões de famílias (e seu enorme potencial eleitoral), sendo atendidas mensalmente com as chamadas “bolsas família”.

De fato, o PT tradicionalmente recebeu seus votos nos grandes centros urbanos, com o apoio de intelectuais de esquerda e dos sindicatos; limitados a esse eleitorado, perdeu três eleições presidenciais. Em 2002, a este eleitorado somou-se parcela importante da classe média, convencida que “valia a pena vencer o medo pela esperança”.

Para 2006, ao que tudo indica, o PT terá perdido parte importante do eleitorado de classe média e o apoio de parcelas significativas dos chamados formadores de opinião, mas ganhou (ou pode ganhar) o voto do lumpesinato, tradicionalmente eleitor de natureza clientelista. Ninguém, a meu ver, no momento, pode antecipar o resultado dessas somas e subtrações. Serão elas que definirão as eleições presidenciais de 2006.

Finalmente uma palavra sobre a correlação entre o sistema político/partidário/eleitoral

e a corrupção que se demonstra crescente e endêmica. O sistema eleitoral de lista aberta impõe aos candidatos a mobilização de recursos financeiros expressivos para viabilizar as suas candidaturas. Vamos a um exemplo extremo: nas eleições de 2006, o eleitorado de São Paulo será superior a 27 milhões, o que obrigará o candidato a disputar votos em todo o Estado; não lhe basta, em regra, ser bem votado em uma circunscrição, cidade ou região, sendo o seu maior adversário não o candidato de outro partido, mas sim o seu colega de legenda! É claro que para atingir esse eleitorado – maior do que o de quase todos os países europeus – enorme massa de recursos precisa ser mobilizado. Daí decorre, após as eleições, a sofreguidão no preenchimento de cargos públicos de relevo, sempre associados a sua importância operacional e financeira: fundos de pensão, Banco do Brasil, Petrobras, Correios. E sabemos todos como, ao final, são “cobertos” os custos das campanhas.

Por todas essas razões creio ser possível indicar, para o Brasil, um elenco de regras que ampliará a representatividade, tornará viável a governabilidade e poderá trazer importante contribuição à redução da corrupção. São elas: redução do número de partidos pela manutenção da cláusula de barreira; instituição efetiva da fidelidade partidária; voto majoritário por circunscrição para os parlamentos federal e estaduais; punição efetiva para o uso de fundos ilegais (caixa dois); redução do número de cargos comissionados no Poder Executivo.

O Brasil que se pretende moderno e democrático não pode continuar convivendo com práticas que desmoralizam a classe política, inviabilizam a real manifestação de vontade do eleitor e dificulta a construção de maiorias capazes de dar suporte a políticas públicas escolhidas nas eleições. Cedo ou tarde, essas práticas terão repercussões na economia, no grau de confiança dos investidores, em suma, no próprio desenvolvimento nacional. ●

Gerenciamento do processo de transformação do Exército Brasileiro para uma organização flexível*

*Fernando Civolani Lopes***

RESUMO

A Era do Conhecimento vem produzindo mudanças profundas na vida das pessoas e das organizações. As organizações flexíveis, ou que aprendem, surgiram para fazer frente a um ambiente de constantes transformações. O Exército Brasileiro, procurando alinhar-se aos novos e revolucionários parâmetros, desenvolve estudos para a adoção desse novo modelo organizacional, o qual vem provocando um grande movimento empresarial no sentido da transformação corporativa. Elementos organizacionais como tecnologia gerencial, liderança, recursos humanos, cultura e comunicação mostraram-se variáveis indispensáveis à mudança, necessitando de gestões específicas. O gerenciamento do processo de transformação do Exército Brasileiro para uma organização flexível poderá ser viabilizado por intermédio de gestões sistêmicas para os elementos corporativos, com o apoio de um adequado sistema de medição de desempenho.

PALAVRAS-CHAVE

Exército Brasileiro, gerenciamento, transformação, organizações flexíveis.

Introdução

A atual Era do Conhecimento, ou Era da Informação, ou Terceira Onda, transformou totalmente os conceitos e as formas de se pensar, produzir, negociar, viver e, inclusive, a forma de se fazer a guerra.

Todas as expressões da vida em sociedade foram influenciadas, inclusive as organizações.

A transformação organizacional é um assunto muito presente na administração empresarial atual e que apresenta aspectos que abrangem muitos campos da área gerencial e administrativa.

O Exército Brasileiro (EB), buscando adaptar-se ao quadro de rápidas e significativas mu-

danças da atualidade, aos novos anseios da sociedade e da Nação e às necessidades de Defesa no contexto internacional, vem concebendo a sua transformação por intermédio de estudos para a formulação de um projeto de força.

A flexibilidade e a capacidade de aprendizado tornaram-se características fundamentais ao modelo e à nova concepção de vida das organizações modernas de sucesso, em qualquer área de atuação ou vinculação.

As organizações flexíveis ou que aprendem, em última instância, são verdadeiramente as únicas habilitadas a sobreviverem na Era do Conhecimento. Somente essas podem se adaptar a um ambiente de incertezas e de constantes mudanças.

Todavia, transformações para tais modelos não são tarefas simples. O processo é lon-

* Colaboração da EsAO.

** O autor é Major de Infantaria e de Estado-Maior.

go, complexo e, muitas vezes, incerto, e o seu gerenciamento, extremamente difícil.

A tecnologia de gerenciamento se expande a cada dia, mas dentre as áreas menos acessíveis está o gerenciamento da transformação. Este conhecimento ainda se restringe a *nichos* altamente especializados e seletivos com poucas obras conceituadas.

Estatísticas e estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) indicam para o elevado índice de malogro de empresas em processo de transformação. Este fato, segundo pesquisas, está diretamente relacionado ao modo equivocado em se conduzir esse processo.

Dessa forma, foi possível supor que nesse quesito residem as maiores dificuldades e a linha tênue entre o sucesso e o fracasso. Essa problemática motivou o presente trabalho.

Uma questão básica pesquisada foi a de verificar a possibilidade em se identificarem os elementos essenciais para um adequado gerenciamento do processo de transformação.

Essa possibilidade se consolidou pela investigação descritiva e bibliográfica, a qual forneceu dados para descrever uma situação de relação de variáveis, buscando identificá-las, comprová-las e interagi-las à luz do tema em questão.

Assim, o estudo objetivou a busca dos dados essenciais e das ferramentas indispensáveis ao domínio da área de gerenciamento de mudanças, o que orientará estudos posteriores e mais direcionados para a adoção de um novo modelo organizacional.

A pesquisa demonstrou que o gerenciamento do processo de transformação de uma organização complexa, grande e de características tão específicas e peculiares como o EB representa um imenso desafio.

Todavia, gestões específicas quanto aos elementos organizacionais, como pessoas, tecnologia gerencial, cultura corporativa, liderança e comunicação, sob uma visão con-

ceitual sistêmica e com suporte de sistemas de medição de desempenho, podem assegurar um processo de mudanças adequadamente gerenciado.

Desenvolvimento

O presente artigo tem por objetivos:

- analisar os aspectos sistêmicos do gerenciamento de mudanças;

- identificar os elementos essenciais para um adequado gerenciamento do processo de transformação do EB em uma organização flexível;

- reunir e interligar os conhecimentos existentes e disponíveis em relação ao assunto em pauta, aplicando-os às necessidades de uma organização complexa e peculiar como o EB, que persegue soluções para os problemas que enfrentará no caminho de sua transformação;

- investigar os dados essenciais e as ferramentas indispensáveis ao domínio da área de gerenciamento de mudanças, o que orientará estudos posteriores e mais direcionados para a adoção de um novo modelo organizacional;

- formar uma base conceitual consistente que ampare a condução da transformação do EB para um modelo de organização flexível e a outras mudanças que se sucederem; e

- embasar e direcionar futuras pesquisas na área do gerenciamento de mudança organizacional, evidenciando os aspectos de relevância e essencialidade do tema.

Por meio de uma pesquisa metodológica, descritiva, bibliográfica e documental, as seguintes questões básicas foram investigadas:

- seria possível identificar os elementos essenciais para um adequado gerenciamento do processo de transformação do EB para uma organização flexível?

- o gerenciamento de mudanças guardaria aspectos científicos, sistêmicos e outros mais sutis, os quais são fundamentais para se deter-

minar o fracasso ou o sucesso de um extenso e tortuoso processo?

A pesquisa para o esclarecimento da questão principal enunciada levou aos seguintes resultados:

- em resposta à pergunta inicialmente formulada ao problema, pôde-se afirmar que seria possível identificar os elementos essenciais para um adequado gerenciamento do processo de transformação do EB para uma organização flexível;

- o raciocínio e a visão sistêmicos configuraram ferramentas essenciais à condução de um processo de transformação organizacional, sem as quais não se teriam as necessárias ações sinérgicas realistas e eficientes;

- o sucesso do gerenciamento do processo de transformação do EB para uma organização flexível se fundamenta mais em aspectos não tão objetivos e sistematizados quanto as metodologias e técnicas de administração de processos;

- a adoção de metodologias de transformação preexistentes e genéricas não seria um procedimento recomendável;

- o grande foco para os esforços transformacionais deveria ser o homem;

- os elementos organizacionais como tecnologia gerencial, liderança, recursos humanos, cultura e comunicação seriam variáveis indispensáveis à mudança;

- a medição do desempenho organizacional teria influência e importância no gerenciamento da mudança.

O entendimento do significado da mudança organizacional e de sua amplitude pôde pressupor uma multidisciplinaridade de campos envolvidos nos esforços transformacionais e uma visão e ações muito abrangentes quanto à questão estudada.

A transformação constitui um processo interativo e formado por um conjunto de atividades e tarefas necessárias à condução da or-

ganização a um novo estado, envolvendo todos os seus elementos.

Ficou evidenciado que não se muda uma instituição alterando-se somente um de seus elementos.

O conceito de mudança organizacional é amplo e estabelece uma profunda interdependência e interatividade entre estratégia, processos, pessoas, cultura e estrutura, dentre outros, configurando um aspecto sistêmico muito característico.

Pressupõe-se, assim, um gerenciamento da transformação organizacional também baseado no conceito de sistema, onde o pensamento e o raciocínio deverão pautar-se nesse modelo, o qual inviabilizaria um enfoque analítico.

O estudo das organizações expôs o caráter diferenciado de cada empresa, a partir de seus elementos constitutivos, tais como identidade, pessoas, processos e estrutura, dentre outros.

Com isso, no prosseguimento da abordagem conceitual das mudanças corporativas, ficou evidenciada a dificuldade em se sistematizar ou roteirizar um processo de transformação genérico, dado o caráter muito específico exigido por cada caso de mudança organizacional.

Em verdade, vários especialistas do assunto afirmam que as diversas metodologias de transformação organizacional existentes não atendem às peculiaridades características de uma organização.

Os elementos organizacionais reagem de forma distinta a estímulos semelhantes dentro de um contexto de mudanças, não se permitindo a utilização eficaz de fórmulas predefinidas de gerenciamento da transformação corporativa.

Essa assertiva ficou muito mais evidente quando a organização em questão foi o Exército Brasileiro, instituição única e com particularidades muito próprias, a qual reagiria distinta-

mente a metodologias genéricas e mais apropriadas a outras áreas de atuação.

Embora a mudança organizacional seja considerada um processo, a sua complexidade e amplitude impossibilitam uma eficiência exigida mediante as técnicas usuais de sua administração.

Gerenciar a mudança é muito mais que gerenciar um simples processo, pois impõe desafios comuns em face de ações de grande amplitude e que abrangem todos os campos empresariais.

Há certo consenso na literatura especializada pesquisada sobre desenvolvimento organizacional, acerca de que a condução de um processo de mudanças corporativas se mostra como um aspecto básico e decisivo à consecução da transformação.

As técnicas gerenciais devem, portanto, ser conhecidas, dominadas e aplicadas objetivamente em todos os esforços transformacionais.

A liderança surge como um eficiente multiplicador de forças para o ferramental gerencial direcionado à condução dos esforços transformacionais e se destaca por seu caráter aglutinador de pessoas e ações em prol de objetivos de mudanças organizacionais.

O fator agregador, essencialmente presente na liderança, cresce de importância em um quadro de incertezas, de desestabilização e de resistências impostos por um ambiente de mudanças na organização.

Via de regra, após a diferenciação entre gerenciamento e liderança é que se tem o real valor da presença de líderes nos diversos escalões da empresa, da qual se sobressai o aspecto transformador da liderança.

Uma detalhada e ampla preparação dos recursos humanos deverá preceder qualquer iniciativa de mudança, abrangendo todos os níveis de liderança da organização.

As pessoas, conforme os diversos autores pesquisados, configuram um elemento funda-

mental a todos os processos e níveis estruturais corporativos e que determinam os reais destinos da organização.

Em um contexto de mudanças organizacionais, fica ainda mais destacado o valor decisivo dos recursos humanos para a condução, estabelecimento e efetivação da empresa a novos modelos de administração, produção ou concepção.

Ficou demonstrado que não se pode mudar uma organização sem que se mudem as pessoas, e neste aspecto reside uma das grandes dificuldades para a transformação, já que as mesmas são grandes fontes potenciais de resistência a novas situações.

A cultura organizacional pode ser considerada não menos importante que os recursos humanos, pela enorme fonte de resistência a mudanças corporativas que representa.

Utilizando-se a conceituação de Jones (2001), cabe lembrar que é a cultura organizacional que determina o modo como as decisões são tomadas, a forma de interpretação e gerenciamento do ambiente organizacional, o uso da informação e o modo como os atores sociais se comportam.

A cultura organizacional do Exército Brasileiro, muito arraigada e secular, insere-se como fonte poderosa de resistência à adequação a novos modelos corporativos e é um elemento a ser trabalhado continuamente em todos os processos organizacionais, particularmente na área dos recursos humanos.

A relação entre a cultura e o processo de mudança organizacional pôde ser vista, assim, como sendo de íntima interdependência, o que embasou o pensamento de que, para se implantar mudanças na corporação, torna-se impositiva uma mudança cultural.

O entendimento do processo de comunicação e de suas funções na organização permitiu estabelecer uma importante relação de dependência quanto à eficiência de mudanças corporativas.

A comunicação passou, nos últimos anos, a desempenhar um papel preponderante na vida das organizações. Tanto é verdade, que se vê seu deslocamento de vias secundárias para o próprio *staff* das empresas, passando a tê-la mais perto de si, prova da assunção de sua importância estratégica.

Pontes (*apud* Leite, 2000, p. 155) argumenta: “Uma boa comunicação, e não a estrutura, é o cimento que mantém firme qualquer organização.” Ou seja, uma boa comunicação é responsável pela sustentação da organização. No caso da gestão de mudanças, irá dinamizar todo o processo, fazendo com que os objetivos sejam alcançados.

A comunicação é um processo estratégico que possibilita gerar e compartilhar informações que permitem ao indivíduo compreender, interpretar e prever fenômenos organizacionais, fortalecendo-se, assim, a capacidade em se enfrentar um programa de mudanças e as conseqüentes crises corporativas.

Conforme demonstrado, as mudanças organizacionais se caracterizam como processos geradores de grandes incertezas, ansiedades e instabilidades nas pessoas que integram a empresa, o que comumente ocasiona significativo grau de resistência a qualquer mudança de *status quo*.

O desconhecimento ou a falta de informações precisas quanto à necessidade, ao significado e ao desenvolvimento de um programa de mudanças se mostra como um elemento altamente agravador do clima de incertezas criado, acentuando-se as forças negativas da resistência dos recursos humanos à mudança.

Conseqüentemente, a comunicação pode ser tida como fenômeno complexo e essencial para a existência das organizações e para o gerenciamento da transformação institucional.

Dentro dessa perspectiva, pode-se inferir que uma ampla, transparente e precisa comunicação institucional quanto a um programa

de mudanças na organização constitui um importante facilitador ao andamento do processo, removendo ou diminuindo a intensidade das forças resistentes contrárias à mudança.

Ao se estudar o controle estratégico, um tipo especial de controle organizacional, pôde-se verificar as seguintes etapas básicas:

- medir o desempenho organizacional;
- comparar o desempenho organizacional com os objetivos e padrões elencados; e
- tomar atitudes corretivas.

Desta forma, constatou-se a necessidade de se medir e avaliar o desempenho da organização dentro de um contexto de mudanças, como forma de se assegurar a conformidade quanto aos rumos que a transformação está tomando.

Para Moreira (2000), as medidas de desempenho, ao associarem missão, estratégia, metas e processos da empresa com a satisfação dos clientes, tornam-se um fator fundamental para o modelo de gestão, transformando-se, por assim dizer, em sinais vitais da organização.

A medição de desempenho é utilizada com a conotação de controle gerencial, na visão tradicional, ou como um meio para a realização da melhoria contínua ou de mudanças organizacionais, em enfoque mais atual.

Há certo consenso entre vários autores pesquisados quando estes colocam que aquilo que não se pode medir torna-se praticamente impossível de se gerenciar.

Sink e Tuttle (1993) devem ser lembrados para se abordar com propriedade alguns papéis representados pela medição. Segundo os citados autores, a medição pode ser vista da seguinte forma: como impulsionador da mudança ou melhoria da *performance*; como ferramenta para assegurar que a estratégia seja implantada; como sistema de apoio gerencial à tomada de decisão; e como dispositivo de controle.

Via de regra, os estudos evidenciaram uma congruência entre estratégia, ações de mudança e medidas de desempenho, podendo ser

consideradas como complementares, o que reafirma a importância de um sistema de medição corporativa.

Conclusão

O gerenciamento do processo de transformação do Exército Brasileiro para uma organização flexível é uma questão que transpõe grande complexidade conceitual e de execução, quer pelas peculiaridades da Instituição quer pelo significado de mudanças corporativas profundas.

Como ficou demonstrado, cada organização deverá desvendar o seu próprio caminho transformacional e, para isso, há de se estruturar um sistema gerencial apropriado às demandas específicas de seus elementos organizacionais.

Uma metodologia específica para a condução das mudanças institucionais deverá ser pensada, planejada e executada.

O embasamento sistêmico que a mudança corporativa envolve deve-se estender ao gerenciamento da transformação, o qual buscará gestões específicas a todas as áreas da organização.

A liderança, em seu conceito mais profundo, o qual envolve o poder persuasivo e transformador, deverá ser largamente enfatizada e explorada no gerenciamento do processo transformacional.

O gerenciamento do processo deverá abranger, enfaticamente, o campo dos recursos humanos, baseando-se na motivação e persuasão das pessoas para trabalharem espontaneamente em prol das mudanças.

Mudar a organização significa modificar procedimentos e parâmetros e pressupõe ali-

nhar pessoas em torno de objetivos de mudança, o que se contrapõe à memória corporativa cotidiana.

Portanto, um processo de transformação bem-sucedido impõe uma necessária mudança cultural para que um novo estado de ser seja consolidado.

A comunicação organizacional é uma indispensável ferramenta de informação ao público interno quanto aos assuntos do programa de mudanças e de seu andamento e deverá ser explorada ao máximo no sentido do esclarecimento e conseqüente diminuição do ambiente de instabilidade a ser criado.

A transformação organizacional poderá ser efetivada através de um processo de comunicação planejado e permanente, que leve em consideração a participação e o envolvimento dos recursos humanos no discurso e nas ações de mudanças, bem como os padrões culturais inerentes à organização.

A medição de desempenho mostrou-se como uma necessária ferramenta de controle gerencial do processo de mudanças e do planejamento estratégico da transformação. As informações obtidas dessa ação poderão direcionar favoravelmente os rumos do programa de mudanças corporativas.

Pôde-se concluir que, embora não sendo uma tarefa simples, o gerenciamento do processo de transformação do EB para uma organização flexível poderá ser viabilizado por intermédio de gestões específicas e sistêmicas em todas as áreas organizacionais, especialmente quanto aos recursos humanos, comunicação, cultura, tecnologia gerencial, nesta contida a liderança, e apoiadas por um adequado sistema de medição de desempenho. ☉

Referências bibliográficas

AMBONI, Nério. *O Caso Cecrisa S.A.: uma aprendizagem que deu certo*. 1997. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

- CHANLAT, Jean-François. "Por uma Antropologia nas Organizações". In: *O Indivíduo nas Organizações: Dimensões Esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1993, v. 1, p. 21-45.
- COVEY, Stephen R. "Três funções do líder no novo paradigma". In: *The Peter F. Drucker Foundation (Org) O líder do futuro*. 4. ed. São Paulo: Futura, 1996. Cap. 16, p. 159-168.
- CUNHA, Miguel Pina; REGO, Arménio. "As duas faces da mudança organizacional: planeada e emergente". *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, p. 22-30, jul./set. 2002.
- DRUCKER, Peter. *Sociedade Pós-Capitalista*. São Paulo Pioneira, 1993.
- ETZIONI, Amitai. *Organizações complexas*. São Paulo: Atlas, 1976.
- FLEURY, Maria Tereza Leme. "Aprendendo a Mudar – Aprendendo a Aprender". *Revista de Administração de Empresa*. São Paulo: v. 30, n. 3, p. 5-11, jul./set. 1995.
- GARVIN, D. A. "The processes of organization and management". *Sloan Management Review*, Cambridge: v. 39, n. 4, p. 33-50. 1998.
- GEROLAMO, Mateus Cecílio. *Proposta de Sistematização para o Processo de Gestão de Melhorias e Mudanças de Desempenho*. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos.
- HARRINGTON, H. J. *Business process improvement: the breakthrough strategy for total quality, productivity, and competitiveness*. Nova York: MacGraw-Hill, 1991.
- HERNANDEZ, José Mauro da Costa; CALDAS, Miguel P. "Resistência à Mudança: uma revisão crítica". *RAE - Revista de Administração de Empresas*, v. 41, n. 2, p. 31-45, abr./jun. 2001.
- HRONEC, S. M. *Sinais Vitais*. São Paulo: MAKRON, 1994.
- JONES, G. *Organizational theory: texts and cases*. Nova Jersey: Prentice Hall, 2001.
- KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. "Using the Balanced Scorecard as strategic management system". *Harvard Business Review*, Boston, V. 74, Iss. 1, p. 75-85, Jan./Feb. 1996. "Why does Business Need a Balanced Scorecard". *Journal of Cost Management*, v. 11, n. 3, p. 1, mai./jun. 1997.
- KATZ, Daniel; e KAHN, Robert L. *Psicologia Social das Organizações*. 3 ed., São Paulo: Atlas, 1987.
- KISIL, Marcos; PUPO, Tânia, R. G. B. "Gestão da Mudança Organizacional", série *Saúde & Cidadania*, volume 4, publicação da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998.
- KOTTER, John. P. *Leading Change: Why Transformation Efforts Fail*. Boston: Harvard Business Review, 1995.
- LAWRENCE, P. R; LORSCH, J. W. *As empresas e o ambiente: diferenciação administrativa*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- LEITE, S. Tarciso e col. *Por uma Teoria da Gestão Participativa: novo paradigma de administração para o século XXI*. Fortaleza: UNIFOR 2000.
- "MEDINDO o Desempenho Empresarial". Série *Harvard Business Review Book*. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 38 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. *Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Tradução: Nivaldo Montingelli Jr. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- MONTANARI, Luiz Carlos. *Liderança e Gerenciamento no processo de transformação de organizações. Reflexão sobre o caso da empresa nacional*. 1997. Dissertação (Mestrado em Organização, Recursos Humanos e Planejamento) Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.
- MONTEIRO, Carmen Diva; VENTURA, Elvira Cruvinel; CRUZ, Patrícia Nassif da. "Cultura e Mudança Organizacional: em busca da compreensão sobre o dilema das organizações". *Caderno de Pesquisas em Administração*, São Paulo, v. 1, n. 8, 10 Trim. 199, p. 69-80, 1999.
- MOREIRA, Eduardo. *Proposta de uma sistemática para o alinhamento das ações operacionais aos objetivos estratégicos, em uma gestão orientada por indicadores de desempenho*. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.
- MORGAN, Garreth. *Imagens da organização*. Tradução Cecília Wtaker Bergamini, Roberto Coda. São Paulo: Atlas, 1996.
- NADLER, David A. *Champions of Change: How CEOs and Their Companies Are Mastering the Skills of Radical Change*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1998.
- O'TOLLE, James. *Administração de vanguarda*. Nova York: Doubleday & Co., 1985.

- PERROW, C. B. "A Framework for the Comparative Analysis of Organizations". *American Sociological Review*, 32, p.194-208, 1967.
- PETTIGREW, A. *Context and action in the transformation of the firm* *Journal of Management Studies*, v. 24, n. 6, p. 64-70, 1987.
- REGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. *Comunicação empresarial, comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas*. São Paulo: Summus, 1986.
- RENTES, Antonio Freitas. *TransMeth - Proposta de uma Metodologia para Condução de Processos de Transformação de Empresas*. 2000. Tese (Livre Docência) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos.
- RODRIGUES, Martius Vicente. *Gestão empresarial: organizações que aprendem*. Rio de Janeiro: Qualitymark: Petrobras, 2002.
- SCHEIN, E. H. *Organizational culture and leadership*. San Francisco: Jossey Bass, 1986.
- SENGE, Peter. *A quinta disciplina: caderno de campo*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- SINK, D. S. & TUTTLE, T. C. *Planejamento e Medição para a Performance*. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 1993.
- SIMON, H. *Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.
- WOOD JR., Thomaz. "Mudança organizacional: uma abordagem preliminar". *Revista de Administração de Empresas*, v. 32, n. 3, p. 74, jul./ago. 1992.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Terrorismo, um Retrato

David J. Whittaker

Trata-se de perfeita introdução ao estudo do novo fenômeno que preocupa a humanidade: o *terrorismo internacional*. A obra reúne significativa matéria oriunda de estudiosos desse complexo tema que, ora, aflige a humanidade. O autor explora definições, consequências sociológicas e psicológicas, legais e éticas. Este título oferece aos assinantes/leitores novas informações da forma e dos processos de atuação do terrorismo mundial em sua tentativa para desgastar a autoridade do Estado constituído.

Centenário da Missão Francesa na Polícia Militar de São Paulo: breve biografia do Cel Balagny*

*Hélio Tenorio dos Santos***

A Polícia Militar do Estado de São Paulo comemora no ano de 2006 o Centenário da Missão Militar Francesa de Instrução da Força Pública de São Paulo, hoje denominada Polícia Militar. Evento marcante na sociedade brasileira de 1906, a Missão Francesa é um dos marcos capitais do despertar da pujança progressista de São Paulo no contexto da Federação. Representa o caráter paulista voltado à modernidade e à integração com os mais avançados campos do progresso mundial. No final do ano de 1905, o Governo Estadual contratou uma missão de militares do Exército da França para instruir a Força Pública Paulista, como parte de um processo iniciado na última década do século XIX, voltado à modernização da instituição. A Missão Francesa, como ficou conhecida, permaneceu na Força Pública de 1906 a 1914 e de 1918 a 1924. Neste longo período de permanência, a firme ação francesa fez-se sentir na organização e na formação do caráter da Polícia Militar, aliando a estética militar ao serviço de policiamento para a comunidade. Os primeiros oficiais franceses chegaram a São Paulo em 21 de março de 1906, chefiados pelo Coronel Paul Balagny, também um historiador militar e personalidade que retratamos neste breve esboço biográfico, o qual é totalmente baseado no trabalho do Professor Omar José da Silveira Junior, que tem coletado grande número de informações diretamente na França, em profun-

do esforço de pesquisa original. Também se baseia na documentação reunida por Antonio Barreto do Amaral, na Separata da *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* nº CLXXII, "A Missão Francesa de Instrução da Força Pública de São Paulo"; e na carta à Força Pública, de autoria do próprio Coronel Balagny, publicada no Boletim Geral nº 252 de 11 de novembro de 1936.

O Coronel Paul Balagny

Nascido Dominique Eugene Paul Balagny em Bordeaux a 19 de janeiro de 1863, filho de Ulysse Dominique e de Berthe Forché Jeanne, ainda jovem optou pela carreira das Armas no Exército francês. Com 20 anos de idade, em 5 de outubro de 1883, alistou-se como voluntário no 2º Regimento de Spahis. Seus talentos foram logo reconhecidos, sendo enviado para a Escola de Cabos em 26 de agosto de 1884. Em rápida ascensão, em 1885 formou-se na Escola de Oficiais de Saint Cyr, sendo o 68º de uma turma de 411 alunos. Foi classificado como subtenente (equivalente ao posto de segundo-tenente no Brasil) no 1º Regimento de Atiradores Argelinos, a 1º de outubro de 1885. No ano seguinte, a 22 de maio, deixou a África e seguiu para o Tonkin, atual Vietnã, movimentado para o 11º Regimento de Atiradores Tonkineses. Esteve dois meses em Hanói, seguindo depois para o Annam sul e daí para Quinhone, em dois meses de operações

* Colaboração da Academia de História Militar Terrestre do Brasil – AHMTB.

** O autor é Capitão PMSP e Historiador.

contra insurgentes. Promovido a tenente (equivalente ao posto de primeiro-tenente), foi classificado no 31º Regimento de Infantaria, permanecendo adido ao 4º Regimento de Atiradores Tonkineses. Tomou parte nas operações contra piratas na região de An-Chan, fazendo ainda o levantamento topográfico daquela região. Em 1887, comandou o posto de Kep-Ha, realizando o levantamento topográfico da região de Loch-Nan, o que lhe valeu a movimentação para o Estado-Maior da Divisão. Ali colaborou na elaboração do primeiro mapa topográfico da Indochina francesa. Fruto de seus conhecimentos topográficos, foi nomeado para a Comissão de Demarcação de Fronteiras Sino-anamita, como membro permanente, de novembro de 1889 a julho de 1890, na região montanhosa de Lang-Son e Monkay. Em 29 de dezembro de 1890, foi movimentado para o 42º Regimento de Infantaria, onde permaneceu prestando serviços topográficos ao Estado-Maior e elaborou a carta geral da Indochina. Em 1891, foi nomeado adjunto do chefe do Serviço Topográfico, mapeando a região de Lang-Son. Em dezembro, deixou a Indochina e fez viagem de estudos, em férias, a China, Japão e América do Norte. A 10 de julho de 1892, foi promovido a capitão, após nove anos de serviço, indo servir no 4º Batalhão de Infantaria Leve da África, de volta ao continente onde começara a carreira. Integrou brigadas topográficas na Tunísia, realizando o levantamento da região de Bou-Ficha. Nos dez anos seguintes, foi classificado em diversas unidades, notadamente o 115º, 101º, 41º, 109º, 140º, 50º, 70º, 28º, 86º, 124º, 64º, 29º e 31º regimentos de Infantaria, já como chefe de batalhão (posto equivalente a major) desde 16 de maio de 1901. Provavelmente serviu mais tempo no 101º, comandando companhia. Em 21 de janeiro de 1895, sacramentou a união com a Srta. Yvonne Perrin Angéline Eltiennette, que seria sua companheira por toda a vida. Admitido no curso para capitães na Escola de Guerra em 1897, ob-

teve a menção de conclusão "*Bien*". Em 1900, foi nomeado estagiário no Serviço Geográfico do Exército, onde trabalhou na elaboração das cartas de China e Indochina. Em 31 de março de 1902, foi destacado como adido à Seção Histórica do Estado-Maior do Exército, como reconhecimento às extensas pesquisas sobre a Guerra da Península conduzida por Napoleão na Espanha, no período de 1808 a 1809, da qual publicou três volumes históricos. Em 1903, assumiu o comando de um batalhão do 103º Regimento de Infantaria, onde o alcançou a nomeação para chefiar a Missão Militar Francesa na Força Pública do Estado de São Paulo. Chegou a São Paulo em 21 de março de 1906, chefiando todo o processo de reorganização e modernização da Força, transformando-a em uma tropa altamente disciplinada e eficiente, nos moldes militares franceses, a qual se destacou em todas as campanhas militares de que tomou parte, notadamente de 1922 a 1944. Em 1908, a 24 de setembro, ainda na chefia da Missão, foi promovido a tenente-coronel e, em 23 de dezembro de 1912, a coronel. Sob sua chefia a Polícia Militar do Estado de São Paulo viu nascer as escolas de soldados, cabos e sargentos. Em 1910, foi criada a Escola de Educação Física, a primeira escola do gênero no Brasil. Em 1913, foi a vez da Escola de Oficiais e do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais para capitães. Coordenou a redação dos primeiros manuais policiais militares, sistematizando o serviço e a doutrina de emprego da tropa. Com grande sucesso na Missão Militar, passou a chefia desta ao Coronel Antoine Nérel, retornando à França em 1913, classificado no comando do 65º Regimento de Infantaria sediado em Nantes. Seguiu para a linha de frente na Grande Guerra, com seu regimento integrando o XI Corpo de Exército em agosto de 1914. Comandou o regimento nas batalhas de Maissin, Sedan, Marne e Fère-Champenoise. Nesta última, foi ferido gravemente por tiros e estilhaços de granadas de artilharia, quan-

do mais aceso ia o combate, caindo prisioneiro do Exército alemão e restituído ao Exército francês para tratamento. Passou um ano acamado e dois anos reaprendendo a andar, com auxílio de muletas. Em 1917, parcialmente restabelecido, foi comissionado general-de-brigada, comandante da Brigada bretã, constituída pelos 48º, 70º e 71º regimentos de Infantaria, que conduziu na terrível guerra de trincheiras em torno de Verdun. Após a guerra, ainda com a saúde debilitada, solicitou sua reforma no posto de coronel do Exército francês. Reformado, estabeleceu-se na cidade de Nantes, onde se dedicou ao estudo das ciências e foi eleito para o cargo de presidente da Sociedade Arqueológica e Histórica de Nantes. Falava com fluência inglês, alemão, espanhol e, possivelmente, português, tendo ainda noções de russo, chinês, japonês e anamita. Nos seus assentamentos consta ter tomado parte das seguintes campanhas: na África, em 1883

e 1885; no Tonkin, de 1885 a 1889; no Tonkin e na China, de 1889 a 1891; na Tunísia, em 1893; e contra a Alemanha, de 1914 a 1918. Em resumo, oito campanhas de guerra no Tonkin, China, Annam e França, duas campanhas simples na Argélia e Tunísia, três missões topográficas e geodésicas no Tonkin e missões históricas em Portugal e Espanha. Foi condecorado Cavaleiro da Legião de Honra em 1898 e criado Oficial da Legião de Honra em 17 de julho de 1915, ainda gravemente ferido, com a heróica citação: "Distinguiu-se por todos os locais nos pontos mais perigosos da linha de fogo, animando seus homens e os levando pelo seu exemplo. Atingido com três ferimentos em 8 de setembro de 1914, ainda não restabelecido. Oficial muito bravo." Foi agraciado com a Medalha do Tonkin em 1886, Cavaleiro da Ordem do Dragão de Annam em 1889, Cavaleiro da Ordem do Camboja em 1889 e Oficial da Academia em 1902. 🌐

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



A Guerra do Iraque

John Keegan

Após a Guerra do Iraque, surgiram duas dúvidas, as quais o autor, historiador de renome, procura responder. A primeira é por que a fase militar foi tão rápida. E, a segunda, é como se venceu a estrutura militar de Saddam Hussein com tanta facilidade, uma vez que as forças militares iraquianas já combatiam há décadas em guerras contra o Irã e, posteriormente, contra a coalizão liderada pelos EUA, na Guerra do Golfo. Acrescente-se, ainda, o emprego de tropa do Exército iraquiano em conflitos internos contra as minorias curdas.

Energia

O GÁS NATURAL NA BOLÍVIA: RISCOS E OPORTUNIDADES*

Carlos Feu Alvim e José Israel Vargas

A recente crise institucional da Bolívia, que culminou com a renúncia do segundo presidente em dois anos e gerou mudanças institucionais na área de petróleo e gás (que supostamente a originaram), reavivou os receios do Brasil quanto à confiabilidade do abastecimento de gás natural daquele país.

Eletricidade e gás natural (GN) guardam entre si algumas semelhanças: são difíceis de armazenar e necessitam de uma conexão estreita entre o produtor e o consumidor final. São, além disso, energéticos praticamente limpos, de uso cada vez mais adequado ao consumo urbano.

Contrariamente a estes insumos, todos os outros líquidos (como petróleo e derivados) ou sólidos (como carvão mineral) são passíveis de transporte e armazenamento relativamente fáceis.¹

Esta ligação umbilical entre produtor e consumidor cria inevitável dependência que pode provocar a superação de receios mútuos.²

Tal comportamento tem sido confirmado pela experiência internacional. Exemplo notável desta “estabilidade” foi revelado pelo fornecimento de energia da Central de Cahora Bassa em Moçambique. Durante os anos em que existiram, neste país, um regime comunista e de pre-

dominância negra e, na África do Sul, o seu inimigo visceral capitalista, branco e racista, o abastecimento elétrico não foi interrompido por motivos políticos. Outros exemplos são as ligações de gás natural estabelecidas entre a antiga União Soviética e a Europa Ocidental, a despeito da Guerra Fria, e entre a Líbia de Kadafi e a Itália, partícipe da atual União Européia.

O próprio fornecimento de gás natural da Bolívia para a Argentina se deu sem maiores percalços durante duas décadas. Mesmo após haver a Argentina se tornado auto-suficiente em gás natural e seu contrato de importação ter sido encerrado em 1992, continuou havendo a compra do gás boliviano por este país até que o Brasil pudesse absorver o excedente. Esperava-se, inclusive, que a reversão de fluxo no gasoduto propiciasse ao Brasil a importação do gás argentino via Bolívia. Deve-se lembrar, no entanto, que havia interesse dos organismos financeiros internacionais para que fosse preservado o que se considerava constituir “a maior fonte de receita legal da Bolívia”. Ademais, o interesse dos EUA em que fosse assegurada à Bolívia receita do gás era uma garantia para a obtenção de financiamentos para o empreendimento.

O gás natural da Bolívia

A efetivação do acordo que possibilitou à Petrobras importar gás da Bolívia provocou, na ocasião, aceso debate na empresa. A oposição ao acordo era expressa através da Aepet (Asso-

* Transcrito de *Economia & Energia* Ano IX – Nº 51 Agosto-Setembro 2005 ISSN 1518-2932.

¹ Para o gás natural existe a possibilidade do transporte na forma líquida, em baixas temperaturas, usando navios criogênicos. O custo deste tipo de transporte tem dificultado seu uso que correspondia, em 2004, a 7% do consumo mundial e 26% da exportação mundial (<http://www.bp.com>). Sessenta por cento desse tipo de exportação é dirigida a países como Japão e Coreia, para os quais não existe outra opção de abastecimento de gás.

² É inevitável que ainda subsista alguma desconfiança quando a transação envolve países cujas instituições (ou situações sociopolíticas) são particularmente instáveis. Esta desconfiança – que existiria em qualquer contrato de suprimento de insumos estratégicos – é, no entanto, atenuada e não agravada pelo tipo de ligação existente.

ciação de Engenheiros da Petrobras) cujas principais alegações foram: a Bolívia não teria reservas de gás provadas; o Brasil teria muito gás a descobrir; e, finalmente, a Bolívia não seria confiável. Um grupo técnico dentro da empresa,³ coordenado por José Fantine (na ocasião superintendente de Planejamento), estudou todos os aspectos técnicos e estratégicos do assunto. Segundo este engenheiro, foi obtida a aprovação dos gerentes de primeira linha e da diretoria sem nenhuma pressão indevida. A oposição da Aepet apresentava ainda aspectos políticos e ideológicos relacionados com o eventual rompimento do monopólio interno de petróleo, já que a futura companhia exploradora do gasoduto teria obrigatoriamente participação de sócios estrangeiros. A entrada da Petrobras na exploração (que levou a descobertas de grande vulto) e a conseqüente produção na Bolívia foram uma ação posterior em função da privatização do setor ali ocorrida. Assim, passaram a existir dois negócios de vulto: a produção de gás (que agora sofre nova nacionalização e taxaço) e a importação do gás.

Os acontecimentos recentes na Bolívia já tiveram reflexo na confiança em futuros projetos, o que estaria motivando a Petrobras a rever o projeto do gasoduto do nordeste (Gasene) bem como outros investimentos em termelétricas e em instalações industriais. A experiência histórica faz esperar, no entanto, que a médio e longo prazos as dificuldades geradas pela atual situação política boliviana sejam superadas. Por outro lado, a avaliação da Petrobras

parece ser de que a taxaço boliviana não elimina a rentabilidade do empreendimento já realizado naquele país e o volume de gás já inventariado garantiria o abastecimento pelo tempo necessário para amortizar os investimentos já realizados.

Pesaria na decisão do novo Governo da Bolívia, a ser eleito ainda em 2005, o fato de o gás natural ser (dados de 2004) responsável por 29% do valor das exportações da Bolívia. A elevação do preço corrente do petróleo e do gás natural no mercado internacional e o aumento na produção boliviana de gás devem elevar a importância relativa desta receita. A hipótese de um governo constituído na Bolívia interromper o abastecimento para o Brasil é, pois, considerada pouco provável. Por outro lado, um governo mais estável tenderá também a encontrar uma solução em que o preço acertado não desestime a demanda e logo os investimentos futuros.

Vale lembrar que, nas condições mais adversas, existem riscos inerentes ao sistema de transporte usual (gasoduto), seja resultante de causas naturais e técnicas ou de atos de sabotagem. Com efeito, a defesa de uma instalação que se estende por milhares de quilômetros (557km na Bolívia) contra atos de guerra é virtualmente inviável.

Embora a hipótese pareça pouco provável e nem tenha havido ameaça real ao abastecimento nos acontecimentos recentes,⁴ torna-se indispensável uma análise da vulnerabilidade do Brasil frente à redução ou à interrupção do

³ Denominado "Grupo 1".

⁴ Assinala José Fantine (atualmente Coordenador Executivo do Espaço de Centros de Excelência), que em nenhum momento da recente crise na Bolívia discutiu-se a interrupção do contrato de fornecimento do gás para o Brasil ou majoração do seu preço. Em discussão estava o encarecimento do gás ofertado internamente pelo aumento dos impostos. Mas esse aumento não tem como ser repassado para o importador (a Petrobras), pois o preço do gás é regulado por contrato. A ameaça de interrupção do fluxo do gasoduto ocorreu por bloqueio de estradas impedindo a saída de líquidos produzidos nas plantas de gás natural, o que acabaria por levar ao esgotamento dos espaços para armazená-los, obrigando a paralisação da produção de gás natural. Vitoriosa a elevação das taxas, diminui o lucro das operadoras locais, dentre elas a Petrobras, mas isso nada tem a ver com o fornecimento do gás para o gasoduto.

abastecimento de gás boliviano, tanto para prevenir suas eventuais consequências como para orientar o próprio planejamento energético.

Gás natural na América do Sul e Central e a disponibilidade do gás da Bolívia

Alguns elementos dessa análise impõem-se nesta abordagem inicial. Desde logo, devem-se considerar os dados referentes ao GN na América do Sul e Central⁵ potencialmente interessantes para a análise do problema e que estão resumidos na tabela 1.

O exame preliminar sobre a disponibilidade do GN da Bolívia deve-se levar em conta alguns pontos cruciais enumerados a seguir:

A capacidade de produção da Bolívia considerando suas reservas

Tomando-se uma razão reserva/produção prudente de 20 anos, chega-se a um potencial

de produção nesse país de 44 bilhões de m³/ano baseado nas reservas conhecidas. Uma avaliação das reservas prováveis pode levar a valores superiores. Deste ponto de vista, existe uma oferta que viabiliza a importação de gás daquele país em horizonte de tempo adequado.

Os concorrentes do Brasil para o gás da Bolívia

1. Bolívia – Naturalmente, a própria Bolívia terá prioridade no uso de seu gás. Seu consumo de energia primária comercial em 2002 (dados IEA) era equivalente a 4,8 bilhões de m³/ano, dos quais 27% verdadeiramente em GN. Supondo que a participação do GN na matriz boliviana atingisse 55% (caso atual da Argentina), ter-se-ia um consumo limite de 2,4 bilhões de m³ ou de 2,8 bilhões no ano de 2004 (admitindo-se um incremento de 8%). Se a atividade econômica dobrar em 10 anos (crescimento de 7% ao ano do PIB) e a demanda ener-

Tabela 1: GN na América do Sul e Central em 2004 (bilhão de m³)

	Reserva	Participação	Produção Anual	Consumo Anual	Produção – Consumo	R/P
Unidade	10 ⁹ m ³		10 ⁹ m ³ / ano	10 ⁹ m ³ / ano	10 ⁹ m ³ / ano	anos
Argentina	605	8,5%	44,9	37,9	7,0	13,5
Bolívia	890	12,5%	8,5	1,4	7,1	104,7
Brasil	326	4,6%	11,1	18,9	-7,8	29,4
Chile				8,2	-8,2	
Colômbia	110	1,5%	6,4	6,3	0,1	17,2
Equador			0,1	-0,1		
Peru	246	3,5%		0,9	-0,9	
Trinidad Tobago	533	7,5%	27,7	11,3	16,4	19,2
Venezuela	4.219	59,4%	28,1	28,1	0,0	150,1
Outros Am. do Sul e Central	170	2,4%	2,5	4,9	-2,4	68,0
Total Am. do Sul e Central	7.099	100,0%	129,1	117,9	11,2	55,0

Fonte BP (<http://www.bp.com>)

⁵ A inclusão da América Central, de pouca importância prática para o abastecimento do Brasil, deve-se à agregação dos dados na fonte.

gética acompanhar esse crescimento, o consumo boliviano será de cerca de 5 bilhões de m³/ano, restando, pois, aproximadamente, um potencial de exportação de 40 bilhões de m³/ano.

2. Argentina – Na década de 1990, como se viu anteriormente, a Argentina se considerava um exportador de gás natural para as décadas seguintes. Sua infra-estrutura foi especialmente preparada para isso, estabelecendo-se ligações com o Chile e o Brasil. No entanto, a Argentina apresenta razão reserva/produção já próxima do limite mínimo estrategicamente aceitável de 10 anos. Os planos de livre exportação da Argentina surgiram na expectativa – afinal não concretizada – de que a privatização ocorrida conduzisse a um rápido aumento das reservas. Sendo assim, o mais provável é que a Argentina se concentre nos próximos anos no atendimento de suas próprias necessidades e ao cumprimento (se possível) dos contratos de exportação já firmados. A inusitada participação do GN em sua matriz energética leva a considerar que existe margem para alguma redução no ritmo de crescimento da demanda de GN na Argentina verificado nos últimos anos. A figura 1 resume a situação da Argentina. Pode-se observar que nos últimos 20 anos sua reserva não sofreu acréscimo significativo, ao passo que a produção e o consumo cresceram sistematicamente.

3. Chile e outros países da América do Sul – Note-se, desde logo, que o Chile é inteiramente dependente do GN importado da Argentina. Além disso, apresenta uma participação importante do GN em sua matriz energética (29%). Tendo em vista a ausência de produção própria, seu consumo anual deve ser suprido por seus vizinhos, a menos que venha a recorrer à importação do GN liquefeito (criogênico). Para o abastecimento no continente, as reservas do Peru

são a opção mais evidente (afora a Bolívia). Esta circunstância o torna particularmente vulnerável às atuais pressões da Bolívia que usa o GN como instrumento da projetada reconquista de seu acesso ao mar. As necessidades anuais do Chile são atualmente de cerca de 8 bilhões de m³/ano. O terceiro país em demanda potencial na América do Sul é a Colômbia. Atualmente, sua produção é suficiente apenas para o atendimento de sua demanda interna. Para o futuro, a Colômbia poderia dispor do GN dos vizinhos Peru e Venezuela, havendo, para este último, a necessidade de superar os problemas políticos que hoje ocorrem entre os dois países.

4. EUA e outros países desenvolvidos – A barreira da distância, que limita o comércio de GN para países mais afastados, será vencida na medida em que o preço do GN transportado na forma liquefeita em navios criogênicos tornar-se viável. A propósito, note-se que, a partir de 2003, o preço do GN importado pelo Japão (CIF) colocou-se abaixo do preço médio praticado nos EUA para gás encanado.⁶ No caso da

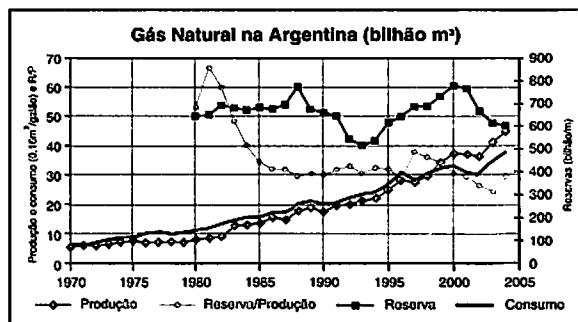


Figura 1 – Reservas, produção, consumo e reserva/produção da Argentina.

América do Norte, as reservas conhecidas de GN são similares às da América do Sul para uma demanda potencial pelo menos 10 vezes maior. Os EUA já importam GN criogênico de Trinidad Tobago (13,1 bilhões de m³/ano em 2004).⁷

⁶ Muito embora contratos de longo prazo influenciem os preços do GN importado pelo Japão, o fato configura a viabilidade prática deste tipo de importação com os preços atuais de petróleo.

⁷ Os EUA já iniciaram uma corrida para construir terminais que poderiam atender a múltiplas importações.

A possibilidade de exportar GN para os EUA está sendo considerada pela Bolívia, mas esbarra na dificuldade de não dispor de um porto. Aliás, um dos problemas que levou o Presidente Meza à renúncia foi a feroz oposição popular a um acordo da Bolívia com o Chile para exportar o GN utilizando um porto daquele país.⁸ Deve ser notado, no entanto, que por mais que se reduza o custo da criogenia e do transporte, ele sempre será maior do que o correspondente ao transporte por um gasoduto para o Brasil ou Argentina. Assim, a opção boliviana pela criogenia sempre vai perder para a opção Brasil, pois, a preços finais iguais, restará uma renda menor para a Bolívia. A outra opção existente para a exportação de gás para destinos distantes é sob a forma de combustíveis líquidos (gasolina, diesel, nafta e outros derivados) a partir do gás natural pelo processo GTL (Gasto-Líquidos).⁹ Este processo, no entanto, deverá ser adotado, em primeiro lugar, em países onde praticamente inexistente opção econômica para o uso do GN associado produzido.

Impacto da redução ou supressão da importação do gás boliviano pelo Brasil

No ano de 2004, a dependência do GN importado era de 37% em relação à oferta interna bruta.¹⁰ A evolução da dependência é mostrada na figura 2.

Na tabela 1, foi mostrado que o Brasil detém, no momento, só 4,6% da reserva conhecida na América Latina. Poder contar com uma fonte externa de GN canalizado é, em princípio,

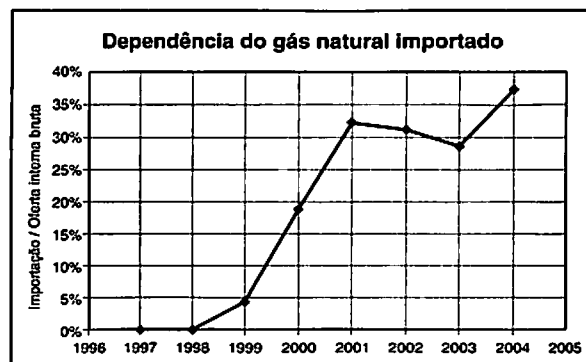


Figura 2 – Dependência externa do GN importado relativa à oferta interna bruta.
(Dados do Balanço Energético Nacional do Ministério das Minas e Energia – BEN/MME 2005)

uma vantagem comparativa frente a outros países que não deve ser negligenciada. Em face da distância entre a Venezuela e as regiões de maior consumo potencial no Brasil, a Bolívia, por suas reservas e localização, apresenta-se como a melhor opção. Recorda-se que o gás natural substitui, com menor impacto no meio ambiente, outras fontes de calor, sendo uma alternativa para várias aplicações do petróleo cuja participação na matriz energética mundial já parece estar em declínio. As reservas do Brasil, mostradas na figura 3, não admitem grande expansão a médio prazo. Com efeito, embora a razão reserva/produção venha, há quase duas décadas, mantendo-se no nível de 30 anos, a razão reserva/consumo já era, em 2004, de 17 anos. Ou seja, para que haja uma expansão sustentada da participação do GN na matriz energética brasileira com base na produção exclusivamente nacional, seria necessário um incremento significativo nas reservas locais.

⁸ Na América Latina, é a Venezuela (e não a Bolívia) o fornecedor óbvio de GN criogênico para os EUA, já que dispõe das maiores reservas. Evidentemente, as condições políticas atuais entre os governos Bush e Chaves não favorecem este entendimento.

⁹ Embora a tecnologia GTL não seja "massificada" e dominada comercialmente, é fato que se pode produzir diesel e outros derivados a um custo menor do que o do petróleo (menor do que US\$ 40/barril já em derivado de primeiríssima qualidade a partir de um gás ao custo da produção na Bolívia). Assim, uma próxima rota para os donos de gás é se associar para produzir diesel, gasolina ou querosene de jato ou petroquímicos. As primeiras plantas em escala comercial estão entrando em operação e várias empresas dominam inteiramente a tecnologia.

¹⁰ Em relação à oferta total (produção + importação), a dependência era de 30% já em relação ao gás natural para uso final, e, na geração de eletricidade, a dependência era de 44%.

Tabela 2 – Produção, Transformação e Uso do GN no Brasil em 2004

	GÁS NATURAL milh m³	GÁS NAT ÚMIDO milh m³	GÁS NAT SECO milh m³
PRODUÇÃO	16.971	16.971	0
IMPORTAÇÃO	8.086	0	8.086
OFERTA TOTAL	25.057	16.971	8.086
EXPORTAÇÃO	0	0	0
NÃO APROVEITADA	-1.669	-1.669	0
REINJEÇÃO	-3.616	-1.300	-2.316
OFERTA INTERNA BRUTA	19.772	14.002	5.770
TOTAL TRANSFORMAÇÃO	-5.708	-12.376	6.668
REFINARIAS DE PETRÓLEO	0	0	0
PLANTAS DE GÁS NATURAL	-935	-11.700	10.765
CENTRAIS. ELET. SERV. PÚBLICO	-3.438	0	-3.438
CENTRAIS ELET. AUTOPRODUTORAS	-1.155	-496	-659
OUTRAS TRANSFORMAÇÕES	-180	-180	0
PERDAS DISTRIB. ARMAZENAGEM	-352	-142	-210
CONSUMO FINAL	13.665	1.416	12.249
CONSUMO FINAL NÃO ENERGÉTICO	838	0	838
CONSUMO FINAL ENERGÉTICO	12.827	1.416	11.411
SETOR ENERGÉTICO	3.168	1.416	1.752
RESIDENCIAL	206	0	206
COMERCIAL	245	0	245
PÚBLICO	54	0	54
AGROPECUÁRIO	2	0	2
TRANSPORTES – TOTAL	1.580	0	1.580
RODOVIÁRIO	1.580	0	1.580
INDUSTRIAL – TOTAL	7.572	0	7.572
CIMENTO	23	0	23
FERRO-GUSA E AÇO	1.064	0	1.064
FERRO LIGAS	1	0	1
MINERAÇÃO E PELOTIZAÇÃO	260	0	260
NÃO FERROSOS E OUT. METALURG.	514	0	514
QUÍMICA	2.344	0	2.344
ALIMENTOS E BEBIDAS	558	0	558
TÊXTIL	339	0	339
PAPEL E CELULOSE	521	0	521
CERÂMICA	872	0	872
OUTRAS INDÚSTRIAS	1.076	0	1.076
Geração eletricidade (GWh)	19.264	2.291	16.973
Geração serviço público de eletricidade (GWh)	14.681	0	14.681
Geração autoprodutores de eletricidade (GWh)	4.583	2.291	2.292

Fonte BEN/MME 2005

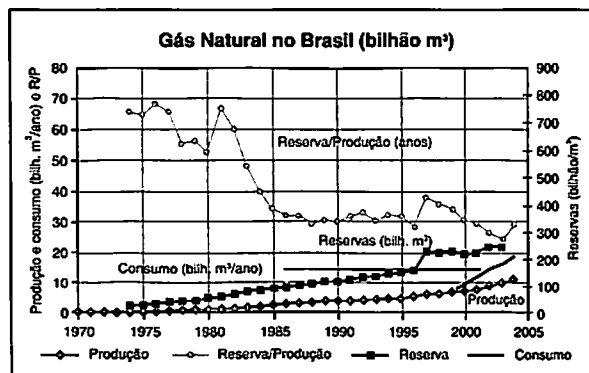


Figura 3 – Evolução da Produção, Reserva e Demanda de GN no Brasil.

Como a taxa de utilização deve crescer nos próximos anos, não contar com o gás natural da Bolívia não parece ser uma boa opção estratégica para o Brasil.

A produção, transformação e utilização do GN em 2004 aparecem contabilizadas na tabela 2, conforme dados do BEN/MME 2005. De uma oferta total de cerca de 25 bilhões de m^3 , 8 bilhões foram importados. Após a reinjeção em poços de petróleo e subtraída a fração não aproveitada (queima nas plataformas de petróleo), a oferta interna bruta é um pouco inferior a 20 bilhões de m^3 /ano. Em números aproximados, deduzidos 1,5 bilhão para outras transformações (principalmente de compostos líquidos), sobram 18,5 bilhões para outros usos, sendo que 4,5 bilhões são utilizados para a geração de eletricidade e 14 bilhões se destinam ao consumo final.

A importação de GN seco (8 bilhões de m^3 /ano) destina-se a este mercado cerca de 18,5 bilhões de m^3 para consumo final e geração de eletricidade. Ou seja, na hipótese de corte de suprimento do gás boliviano, ter-se-ia que proceder à redução superior a 40% neste tipo de consumo. Para o futuro, parece importante o desenvolvimento de alternativas de gás não associado nacional ou de outras procedências (como o Peru e até criogênica) capazes de suprir – pelo menos parcialmente – eventuais faltas.

Uma questão importante, que transcende o objetivo deste trabalho, é o dimensionamen-

to da demanda futura brasileira e a administração da exploração das reservas nacionais que leve em conta a disponibilidade das fontes externas. Na situação atual, em termos de energia primária, a participação do GN na matriz brasileira é de 9% da energia comercial (dados de 2004), enquanto que a média mundial é de 24%. Ou seja, uma participação da mesma ordem no Brasil corresponderia a um consumo de aproximadamente 50 bilhões de m^3 /ano ou cerca de 140 milhões de m^3 /dia. Recentemente, a e&e (Nº 49) projetou o crescimento energético para o período 2000-2035 no Brasil com metodologia baseada no conceito de energia equivalente para um cenário moderado de crescimento econômico. O crescimento do consumo energético seria de 4,7% ao ano. Supondo o mesmo crescimento da demanda potencial de gás natural e que a participação na matriz atingisse a média mundial, a demanda brasileira seria de 65 bilhões de m^3 /ano em 2010 e poderia chegar a superar 140 bilhões em 2020. Se as reservas brasileiras estiverem no limite estimado de 1,5 trilhão de m^3 (reservas descobertas e a descobrir), parece conveniente e prudente poder usar reservas externas dos vizinhos.

Alternativas de contingenciamento do GN

Na hipótese de uma possível interrupção do GN boliviano, as medidas possíveis são basicamente as de aumentar a oferta ou restringir a demanda. Como a maioria do GN produzido no Brasil é de gás associado à produção de petróleo, a possibilidade de aumentar rapidamente a oferta interna é reduzida. Não existe também infraestrutura adequada ao armazenamento de gás ou à importação do GN liquefeito. A margem de manobra para o aumento da oferta é limitada, mas certamente existe. Em uma aproximação grosseira, não se deve esperar um acréscimo superior a 1 bilhão de m^3 /ano.

Análise preliminar indica que existe um grande potencial de substituição nas refinarias (con-

sumo anual de 3 bilhões de m³). O setor transporte absorve cerca de 1,5 bilhão de m³, contudo a maioria da frota de veículos poderia voltar a funcionar com o combustível tradicional. A geração de eletricidade corresponde a 4,5 bilhões de m³. Por um tempo limitado e em ocasiões de reservas adequadas de água, uma redução no volume da geração elétrica nas usinas de GN seria factível. No setor industrial (responsável por cerca de 7,5 bilhões de m³/ano), é certamente possível identificar oportunidades de substituição que minimizariam a restrição da oferta.¹¹

Todas as substituições mencionadas, com poucas exceções, implicarão algum custo financeiro e/ou ambiental. No entanto, uma interrupção temporária no abastecimento de GN boliviano não causaria problemas incontornáveis. Por outro lado, é sempre bom contar com alternativas à importação, já que isto também minimiza o risco de um eventual boicote por motivos políticos.

Na análise da e&e nº 49 sobre o setor elétrico, ficou claro o papel regulador das usinas térmicas no funcionamento do sistema de geração de eletricidade em face das oscilações do

regime de chuvas. Com a crescente participação do gás natural na geração de eletricidade (figura 4), este tipo de regulação do sistema elétrico corre o risco de impactar negativamente o setor gás. Assim, já existe no sistema energético brasileiro clara necessidade de regulação do abastecimento de GN, ainda não adequadamente equacionada. Como a oferta tende a ser rígida (gás associado + importação no processo *take or pay*), a regulação teria de ser feita na demanda. Isto pode ser realizado com a contratação de demanda do tipo interruptível. Seria, pois, muito interessante para o sistema energético contar com instalações capazes de operar com outros combustíveis.

Para o futuro, seria desejável uma regulação na oferta (GN nacional não associado e de outros países) para estabilizar o sistema.

Conclusão

Os exemplos históricos de outros países mostram que a relação de dependência mútua entre o país produtor e o consumidor tende a não afetar o comércio de energia, mesmo na hipótese de existência de conflito entre as partes (o que não é o caso de Brasil e Bolívia). A interrupção de abastecimento de GN configura assim uma possibilidade remota.

A análise preliminar aqui realizada parece indicar que existe margem – pelo menos por tempo limitado – para absorver uma interrupção de fornecimento de gás externo com prejuízos aceitáveis. A importação de GN da Bolívia (a preços adequados) é a opção mais indicada no âmbito regional para complementar a produção brasileira, em vista das reservas nacionais até agora conhecidas.

Uma análise dos possíveis países concorrentes pelo GN boliviano indica que o Brasil

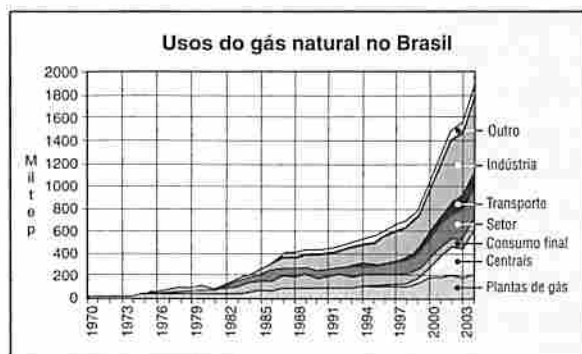


Figura 4 – Usos de GN na geração de energia elétrica no Brasil, não estando incluído na figura o GN reinjetado e não utilizado (Dados BEN/MME 2005).

¹¹ Apenas para ilustrar uma hipótese de contingenciamento, poder-se-ia pensar em 0,5 bilhão de incremento da produção, redução de 1,5 bilhão de uso veicular, 2 bilhões nas refinarias, 2,5 bilhões na produção de eletricidade e 1,5 bilhão na indústria (total de 8 bilhões de m³/ano).

desfruta de posição privilegiada, tendo em vista o volume que é capaz de absorver e a disponibilidade de uma rede de gasodutos próprios.

A regulação do mercado de GN nacional – mesmo na ausência de cortes de fornecimento – deveria ser objeto de uma análise estratégica que tenha presente a possibilidade de variações significativas na demanda de GN para a geração de eletricidade em um sistema predominantemente hídrico, que já não dispõe de regulação plurianual anteriormente existente. É desejável montar para o GN (e também para a eletricidade) um sistema provido de capacidade para tolerar variações de oferta e demanda de maneira a atender às circunstâncias climáticas, energéticas e, também, políticas.

O Brasil foi, durante décadas, uma ilha energética em relação a seus vizinhos. A integração da América do Sul na área de energia vem progredindo lentamente, e o gasoduto Bolívia/Brasil é um passo importante na boa direção. Essa integração pode trazer benefícios mútuos, mas vem, obrigatoriamente, acompanhada de complicações geopolíticas que são inerentes ao papel principal do Brasil no continente.

É bom lembrar que continua fazendo falta ao Brasil um planejamento energético de longo prazo que integre todas as fontes de energia. À medida que a integração continental for se aprofundando, tornar-se-á necessário incluir neste planejamento o intercâmbio energético com os vizinhos. Estudos para prevenir e enfrentar contingências devem então ser uma atividade contínua.

O GÁS DA BOLÍVIA – QUE FUTURO?

*Luiz Felipe Lampreia**

Acompanhei, com perplexidade, a crise que levou à nacionalização da Petrobras na Bolívia

no dia 1º de maio. Foi um capítulo infeliz de uma longa história.

Façamos um breve retrospecto. Desde a década de 1930, houve estudos e controvérsias sobre a compra de petróleo da Bolívia. Em 1965, o General Ernesto Geisel, na qualidade de secretário do Conselho de Segurança Nacional, vetara qualquer iniciativa sob o argumento de que a instabilidade boliviana poderia confrontar-nos com situações perigosas se estabelecessmos uma dependência energética. Depois, em 1972, como presidente da Petrobras, considerara que o crescimento econômico brasileiro criara tal pressão de demanda de gás natural e derivados que valia a pena buscar um acordo que desse à Bolívia garantias e vantagens capazes de criar um vínculo inabalável de interesses compartilhados. Participei pessoalmente dessa negociação, que conduziria ao acordo de Cochabamba, assinado em 1974 pelo próprio Geisel, já Presidente da República. Este tratado era uma verdadeira bonança para a Bolívia, pois previa não apenas a compra de gás natural em quantidades muito importantes, mas também de uréia, ferro-gusa e eletricidade, resultantes de processamento do próprio gás. Mas nunca entrou em funcionamento, malgrado o interesse continuado do Brasil, porque uma oposição tenaz na Bolívia, liderada pelo atual Ministro de Hidrocarbonetos, Solís Rada, bloqueou sua implementação, mesmo indo contra a forte posição do Presidente Hugo Banzer, que o assinara pela Bolívia.

O Brasil fez outras opções energéticas e econômicas e a questão ficaria congelada até fins da década de 1980. A Bolívia saíra de um ciclo de profunda instabilidade política e econômica com a Presidência de Paz Estenssoro, e nosso país também emergira de sua crise econômica da dívida externa e do regime autoritário. Em poucos anos conseguimos encon-

* O autor é embaixador aposentado e foi ministro das Relações Exteriores (1995-2001)

trar um caminho crítico que levaria, em 1997, à assinatura dos contratos de compra e venda do gás, que testemunhei como Ministro das Relações Exteriores do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A Petrobras pôs mãos à obra com sua enorme eficiência, encontrou imensas reservas de gás, viabilizou sua extração e o transporte para o Brasil, ajudou a criar uma demanda consistente para este combustível na qual não havia quase nenhuma, investindo quase US\$ 1,5 bilhão com fundamento em contratos legais e muito claros. Com isso se definiu um programa estratégico que, antes de mais nada, visava a promover um forte vetor de integração energética na América do Sul. Hoje o gás natural já tem peso relevante em nossa matriz energética e abastece incontáveis lares e indústrias brasileiros. Portanto, transformou-se em ativo estratégico e sua proteção, em matéria de interesse nacional prioritário.

A crise, que vinha crescendo há dois anos, desembocou no ato arbitrário de 1º de maio, com o anúncio da nacionalização e a absurda ocupação militar das instalações da Petrobras. Sobre o significado do agravo e sobre a avaliação do Governo brasileiro na defesa de nossos interesses, já houve análises, comentários e definições brilhantes na mídia nacional. Não repetirei o que disseram alguns de nossos mais experientes e lúcidos diplomatas, meus colegas: subscrevo suas palavras integralmente. O essencial agora é dialogar com firmeza e ver como melhor podemos evitar graves prejuízos para a Petrobras e o Brasil. O que fazer?

Em primeiro lugar, a Petrobras deve ser incumbida de negociar todas as questões sobre a mesa com a mais clara cobertura política do Governo brasileiro. Estão em aberto pontos fundamentais como as indenizações pela expropriação de seus ativos, os novos preços do gás e o suprimento do Brasil. Se as autoridades bolivianas sentirem que a Petrobras não

tem esse respaldo, será muito difícil resistir ao *diktat* boliviano, e o Brasil e os acionistas da Petrobras poderão sofrer consequências sérias.

Em segundo lugar, é essencial definir os contratos vigentes como a pedra angular da questão e como nosso perímetro defensivo básico. Neles há mecanismos para proceder à alteração de cláusulas de preços e um sistema claro, de padrão internacional, para dirimir conflitos de interpretação. Devemo-nos ater ao respeito dos tratados e contratos como ponto inegociável. É preciso rechaçar com vigor o argumento de que os contratos não são legais, até porque teriam sido assim questionáveis todos os atos decorrentes deles, mesmo o pagamento de impostos ao Governo boliviano pela Petrobras Bolívia.

Em terceiro lugar, a Petrobras não pode ser cerceada em iniciativas que venham a tomar “para defender todos os seus direitos”, como seu presidente afirmou corajosamente que faria. Se, como indicam as declarações públicas de diversas autoridades bolivianas, não houver margem para entendimentos bilaterais, nossa empresa deve recorrer às instâncias arbitrais previstas nos contratos em busca de segurança jurídica internacional.

Em quarto lugar, é essencial garantir o abastecimento do Brasil. Hoje consumimos cerca de 42 milhões de m³ de gás por dia, sendo 26 milhões da Bolívia. Mesmo usando as alternativas disponíveis a curto e médio prazos, o gás boliviano é muito importante para o País hoje. Sem ele pode haver sérios inconvenientes, em especial no Estado de São Paulo.

Em quinto lugar, devemos deixar claro pública e inequivocamente ao presidente da Venezuela que sua intromissão constante nesse episódio é um ato inamistoso com o Brasil. Sua Chancelaria já começou a fustigar uma primeira manifestação pública de desconforto feita em boa hora pelo Ministro Celso Amorim. Como Hugo Chávez já demonstrou amplamente sua

capacidade de se indispor com seus vizinhos, é de presumir que tampouco se constrangerá no caso do Brasil. É preciso ser firme na posição.

Se não seguirmos este caminho, duvido que possamos restabelecer uma relação com a Bolívia que tenha um mínimo de estabilidade e racionalidade. E, se falharmos, teremos, a curto prazo, de encontrar alternativas para substituir a Bolívia, nosso vizinho de maior fronteira, como parceiro energético, o que seria um retrocesso dramático.

O ÁLCOOL E A AUTO-SUFICIÊNCIA

*Celso Ming – colaborou
Danielle Chaves*

Hoje, a plataforma P-50 da Petrobras, com capacidade de produção de 180 mil barris diários de petróleo, começa a operar no campo de Albacora-Leste, na Bacia de Campos. É o início do período da auto-suficiência no abastecimento de petróleo.

Esta coluna já falou sobre algumas das consequências desse marco na edição do dia 11. Uma delas é a de que, dentro de quatro anos, sobrarão 550 mil barris diários de petróleo que serão exportados. O assunto de hoje é a contribuição do álcool para essa façanha.

O álcool combustível vai tendo importância crescente não só como substitutivo do MTBE que vai adicionado à gasolina como antidetonante, mas também como substituto ecologicamente correto de derivados de petróleo.

Do ponto de vista de sua participação na matriz energética brasileira, o álcool ainda tem pouca importância. Não pesa mais de 13,5% no total. Mas não se pode desprezar seu concurso na substituição da gasolina. E, na medida em que substituiu a gasolina, o álcool concorreu para a obtenção da auto-suficiência do petróleo.

Os cálculos da consultoria Datagro mostram que, apenas em 2005, a utilização de álco-

ol possibilitou a economia de 204,32 mil barris diários de gasolina equivalente. Entre 1976 – quando do lançamento do Proálcool – e início de 2006, o correspondente a 1,51 bilhão de barris de gasolina deixou de ser queimado. “Isso significa 12% das reservas comprovadas de gás e petróleo no Brasil”, avalia Plínio Nastari, Presidente da Datagro.

Em dinheiro vivo, foram poupados US\$ 69,1 bilhões, calculados pelos preços correntes, ou seja, não atualizados. É quantia não desprezível.

Lançados há três anos, os carros *flex fuel* (que rodam com qualquer quantidade de gasolina ou álcool) foram os maiores impulsionadores dessa substituição. A frota de bicombustíveis alcança hoje 1,2 milhão de veículos. Em março, correspondiam a 77,6% das vendas. A maioria dos proprietários prefere usar álcool.

O consultor de Energia Isaías Macedo observa que, em 2005, a queima de álcool foi equivalente a 13% da energia usada para transportes no País – um aumento em relação aos 11,2% verificados em 2001, antes do lançamento dos veículos *flex fuel*. Macedo lembra que não é apenas o álcool que contribui para a auto-suficiência. O uso intensivo de bagaço de cana substitui a queima de óleo combustível.

Mas cuidado com o exagero: “O fator determinante para a obtenção da auto-suficiência de petróleo foi mesmo o aumento da extração de petróleo e não o álcool”, observa Nastari.

A Petrobras é a maior especialista do mundo na técnica da exploração de petróleo em águas profundas. Os investimentos vêm aumentando. Para este ano, serão R\$ 38 bilhões, 48% acima dos R\$ 25,7 bilhões do ano passado e mais do que o dobro do que foi investido há três anos (R\$ 18,5 bilhões).

Novas plataformas de exploração têm sido colocadas em operação todos os anos, como a P-50, que começa a produzir hoje. Cerca de US\$ 3,4 bilhões devem ser aplicados em mais quatro novas plataformas previstas para começarem

suas operações até 2008. O Professor Antônio Maria Bonomi, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), observa que o álcool foi, de fato, uma opção importante no fim da década de 1970, quando o Brasil importava cerca de 85% do petróleo que consumia. Mas hoje sua influência é menor. “Sem o álcool, a auto-suficiência não seria possível, mas é preciso mais.” Ele lembra que o consumo nacional de óleo diesel é de cerca de 40 bilhões de litros por ano, enquanto o de gasolina está perto dos 20 bilhões de litros. “Se o diesel for substituído pelo biodiesel, aí sim a economia de petróleo para produção de derivados será significativa.”

Quem sabe esteja aí mais um atalho no caminho da auto-suficiência.

Transcrito de *O Estado de S. Paulo*, 21.04.2006

NOVA FÁBRICA COMEÇA A ENRIQUECER URÂNIO

País inaugura unidade que completa ciclo do combustível nuclear. Em breve, poderá ser decidida a conclusão de Angra 3

RESENDE. O ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, anunciou ontem em Resende, no Sul-fluminense, que em dois meses o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberá o relatório sobre o projeto da construção da usina nuclear Angra 3, para decidir se determina o reinício das obras. O documento está sendo elaborado pelo Conselho Nacional de Energia Nuclear (Cnen) e poderá ser aprovado sem restrições por Lula devido aos riscos de crise energética por causa da nacionalização do gás determinada pelo governo da Bolívia, disse Rezende. “Mas é ele quem decide”, frisou o ministro.

Sérgio Rezende passou o dia ontem em Engenheiro Passos, distrito de Resende, onde inaugurou a primeira unidade de enriquecimento de

urânio do país, na Fábrica de Combustível Nuclear da Indústrias Nucleares do Brasil (INB). Com a iniciativa, o Brasil entra para o seleto clube de países que domina a tecnologia de enriquecimento do urânio. O início desse processo no Brasil ocorre no mesmo momento em que a comunidade internacional condena o Irã por insistir no domínio dessa tecnologia, que também serve para construção de armas nucleares.

No entanto, a INB vai enriquecer urânio em até 4% para gerar energia elétrica. Para a bomba atômica, é preciso enriquecimento de até 90%. “Em que pese que o fato de o Irã estar nas manchetes, não há nenhuma preocupação com o País”, disse Rezende. A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) deu autorização para que a unidade brasileira entrasse em funcionamento.

O ministro Sérgio Rezende não teme que a opinião pública fique contra o projeto da nova usina nuclear, principalmente agora que a crise do gás boliviano fragilizou os argumentos contrários à conclusão do projeto. A previsão é de que o reinício das obras de Angra 3 ocorra ainda este ano, e, em 2013, a usina começaria a produzir.

“A diversificação das fontes de energia é importante para a segurança energética do País. Se tivermos a falta de uma fonte de energia, teremos outra para supri-la. A energia termonuclear é a que menos contribui para o aquecimento global. A novela (Angra 3) se arrasta há 20 anos e há mais de um ano está parada. A reunião de política energética será em junho, depois de o Brasil ser campeão”, disse, brincando, o ministro.

A unidade será construída em módulos. Ontem, foi inaugurado o primeiro módulo e faltam quatro. O investimento é de R\$ 100 milhões. O evento de ontem marca a conclusão da etapa de testes iniciada em 2005, após a visita de técnicos da AIEA. Na INB, já funcionam os processos de reconversão, fabricação de pastilhas, além da montagem dos elementos combustíveis, utilizados nas usinas nucleares de Angra. ☉

Da imprensa

AUTOCRÍTICA

Vania Leal Cintra, socióloga

O V Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, que ocorreu na primeira semana de outubro, tendo por tema "Segurança e Defesa Nacional", e foi organizado pela Escola do Estado-Maior do Exército (ECEME), como parte das comemorações de seu centenário, teve seu momento culminante na salva de palmas que recebeu, de todo um auditório de pé, o Coronel Amerino Raposo Filho.

Pelo que foi e pelo que é, por sua luta em manter o Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres) "na vertical, como a nossa Bandeira", como ele mesmo define, as palmas foram o menos do que merecia de todos nós. Particularmente, interpretei-as como uma homenagem não exatamente à sua figura, mas a tudo o que ele representa, ou seja, ao Brasil de ontem, de hoje e de sempre.

O Encontro surpreendeu já de início, na bela conferência de abertura, a que deveria ter sido realizada, em sendo a de um Encontro de dimensão nacional, pelo ministro da Defesa... mas não foi. Essa ausência não foi um mero detalhe – foi uma marca, um fato que nas conferências posteriores mais se definiria.

Os que participaram do Encontro em diferentes auditórios quase sempre lotados puderam verificar que não se achavam em um evento qualquer destinado a prestigiar o governo, muito menos as suas autoridades; ou numa festividade qualquer voltada a discutir nomes ou teorias de algibeira consagrados entre os estudiosos.

A presença do Estado brasileiro crescia à medida que as conferências se sucediam. Sim,

a presença daquele Estado brasileiro que muitas vezes vemos omisso, e não nos cansamos de denunciar que vem minguando mais e mais a cada noite em que colocamos a cabeça em nossos travesseiros como justos, para poder enfrentar mais um dia de massacre e humilhação e assumindo o risco de que ele desapareça por nossa única e exclusiva culpa e responsabilidade, de todos nós, uma vez que ele somos nós e ninguém mais.

Para quem quis (e soube) aproveitar, o V ENEE foi uma grandiosa lição. De organização, de seriedade, de pertinência. Quem já participou de um evento desse naipe bem sabe que é impossível cobri-lo por inteiro, em virtude de que as conferências sobre vários temas se fazem em diferentes locais num mesmo horário. Talvez eu tenha tido o privilégio de estar presente aos seus melhores e mais significativos momentos, ao escolher os temas que mais me eram afins, ou talvez não. Quero crer que todas as palestras tenham atingido dimensão semelhante à das que assisti.

Nenhuma palavra estreita a respeito de compra e venda internacional, de arbitragens, de contratos de consumo ou de parcerias público-privadas ou, muito menos, qualquer ênfase no "determinismo da globalização". Apenas o Brasil, o de verdade, inteiro, nu e cru, cercado por um mundo de real ou potencial hostilidade.

Alguns momentos, porém, foram especialmente marcantes: os dedicados ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, por exemplo; ou os da palestra do General Augusto Heleno Ribeiro sobre o Comando da Minustah. Os que o ouviram (em palestra que não constava do programa distribuído com antecedência) puderam verificar que a presença brasileira no Haiti não se limitou a ornar o

governo Lula como um berloque perante as demais nações. A sociologia intuitiva que o General Heleno pôde demonstrar, ou aquela que a educação militar, se bem observada, é capaz de permitir a qualquer oficial bem formado, em certas passagens chegou a comover.

A demonstração de capacidade de bem fazer sob circunstâncias absolutamente adversas e a experiência obtida pela tropa brasileira são de valor incalculável. Elas são suficientes para mostrar que valeu a pena enfrentar o desafio de enviar tropas para países tão distantes do ponto de vista dos interesses nacionais imediatos. E coloca como questão de somenos importância a insistência em avaliar sua adequação tática nesses tempos bicudos que atravessamos.

Não faltou emoção ao Encontro nitidamente vocacionado a ser o da sociedade brasileira com o Estado brasileiro. O General Américo Salvador, a quem coube suceder ao General Heleno como expositor, também soube, com um toque de arte, bem colocar o quanto esta imensa América da qual somos parte expressiva é desconhecida do mundo e precisa ser descoberta e conquistada. Quem sabe se não espera por nós, desde que demonstremos discernimento e competência para tanto?

"Autocrítica" foi como intitulei este artigo.

Por quê? Porque os que estiveram presentes ao V ENEE puderam ouvir, ver e conferir que o Estado brasileiro sobrevive. Impávido colosso. Sobrevive, ainda, principalmente nos valores defendidos com suas unhas e seus dentes pelas Forças Armadas e por civis que, apesar do desprezo do Governo às questões de fato estratégicas, teimam em pensar no interesse do Estado e apenas nele.

A autocrítica se faz assim necessária porque não estamos tão sós nem tão soltos conforme podemos por vezes supor, e porque nos foi possível saber que este País possui uma inteligência de Estado capaz, aquela da qual os demais interesses desdenham, mas com isso apenas

lhe fazem cócegas. Porque ela está acima de qualquer Governo e qualquer outra razão, insistindo, apesar de todas as adversidades que enfrenta, em zelar por todos nós. Parabenizar a ECEME seria quase atrevimento. Apenas lhe agradeço a oportunidade que tive, hoje em dia já tão rara, de mais uma vez e sobejamente me orgulhar dos brasileiros que são de fato brasileiros.

(Transcrito da *Tribuna da Imprensa* em 12.10.2005)

UMA QUESTÃO MUITO PROFUNDA

Washington Novaes, jornalista

Na semana em que se comemorou o Dia Mundial da Água e o Brasil apresentou no IV Fórum Mundial da Água, na Cidade do México, seu Plano Nacional de Recursos Hídricos, com as metas e os programas para gerir os 12% de águas superficiais do planeta que estão em território brasileiro, algumas questões vitais estiveram em discussão. Uma delas é a proposta de aumentar em oito membros a representação da sociedade e dos usuários no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, acabando com a atual maioria absoluta que o Governo federal detém nesse órgão e graças à qual conseguiu aprovar ali o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco (contrariando decisão do comitê de gestão da bacia), ora embargado pela Justiça. Discutiu-se muito também como o País fará para cumprir os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ONU), que pretendem até 2015 reduzir em 50% o número de pessoas (1,1 bilhão no mundo) hoje sem acesso a água potável de boa qualidade e os 2,5 bilhões de pessoas sem saneamento básico.

No Brasil, são quase 10% da população que não dispõem de redes de água, quase 50% sem redes domiciliares de esgotos. E, dos esgotos coletados, menos de 20% são tratados – o

restante, despejado sem tratamento em rios e no mar, é uma das principais causas das doenças veiculadas pela água no País. Um problema enorme e ainda sem solução à vista, por falta de marco regulatório e de recursos (pelo menos R\$ 180 bilhões).

Paralelamente, ganham corpo outras discussões importantes para o País sobre o chamado Aquífero Guarani, esse gigantesco depósito de águas subterrâneas com mais de 40 mil km³ de reserva (mais de 40 trilhões de m³), que tem no subsolo brasileiro cerca de 840 mil dos seus 1,2 milhão de km², que se estendem até o Uruguai, a Argentina e o Paraguai. Em vários estados brasileiros (MT, MS, GO, MG, SP, PR, SC, RS), essas águas já são fonte importante para o abastecimento urbano e para a irrigação. No Estado de São Paulo, por exemplo, cerca de 400 cidades já são abastecidas pelo aquífero – Ribeirão Preto, integralmente.

A discussão tem vários motivos. Os principais:

Um projeto de emenda constitucional (PEC 43/00) transfere o domínio das águas subterrâneas dos estados para a União – o que pode comprometer a participação da sociedade na gestão; alguns estudos começam a dizer que o aquífero não é contínuo (e sim compartimentado em blocos) e que sua reserva de água seria bem menor que a apontada até agora.

O mais citado desses estudos é do geólogo gaúcho José Luiz Flores Machado, que, em sua tese de doutorado na Unisinos, afirma que, no Rio Grande do Sul, pelo menos em 50% do aquífero, a água não serviria para abastecimento público, irrigação ou fins industriais, por conter sais e outros elementos (e eliminá-los custaria caro; poderia servir como água termal).

Segundo esse estudo, em território gaúcho o aquífero se divide em quatro blocos e em cada um o sistema é diferente, até mesmo porque são vários lençóis de água, e não um único. Também não é um grande lago subterrâneo, e sim rocha arenosa que acumula há dezenas de milhares de

anos água de chuva infiltrada muito lentamente – da mesma forma que é lenta a reposição da água retirada. Também diz o geólogo que essas águas subterrâneas não passam de um país para outro. E, a seu ver, as reservas não devem ultrapassar 60% do que tem sido calculado.

Outro pesquisador, Ernani F. Rosa Filho, da UFPR (um dos autores do livro *Aquífero Guarani – a Verdadeira Integração dos Países do Mercosul*), também acredita que o volume de água acumulado no aquífero pode ser menor, que boa parte dela é salobra e que a atual retirada para abastecimento e irrigação está sendo maior que a reposição.

É um tema importante para vários Estados. Este jornal mesmo, em editorial (4/5/2004, A3), lembrou que, só na cidade de São Paulo, 5.500 poços dependem do aquífero, que abastece também centenas de cidades no estado (47% dos municípios, segundo o Professor Ricardo Hirata, do Instituto de Geociências da USP). Mas só 1.800 poços são licenciados na cidade de São Paulo.

O Professor Hirata concorda que não se trata de um aquífero único totalmente interligado: “Em alguns setores é contínuo, em outros não – como no Paraná, por exemplo.” Mas ainda não se tem idéia precisa da compartimentação. Em São Paulo, diz ele, o aquífero, que tem 155.800 km², mais de metade do Estado, é mais contínuo do que no Paraná e no Rio Grande do Sul ou que na Argentina.

Acha ele também que o ainda escasso conhecimento sobre o aquífero gera problemas. Um deles está em que as dimensões gigantescas levam muita gente a pensar que não há motivos para preocupação, com uma reserva tão ampla, evidenciada por poços de alta vazão como em São Paulo e no Uruguai. Mas “não se sabe o que pode acontecer a prazo maior, não se sabe qual o nível de exploração sustentável”.

Há um projeto que se desenvolve no âmbito do Banco Mundial, com participação da ONU

e do Mercosul, que pretende ampliar o conhecimento, indicar formas de resolver conflitos, propor tecnologias e recursos para a exploração. Mas está ainda no começo. Também há uma proposta de convenção entre estados e países para proteção e gestão cooperativa do Aquífero Guarani, em que um dos proponentes é a Faculdade de Direito da UFRS. Até que esses conhecimentos e projetos evoluam – o que não é fácil, dadas a complexidade do tema e as dificuldades operacionais – é prudente que os gestores aprimorem o monitoramento do uso (licenciamento, controle de poluição), para evitar que um potencial tão amplo se possa transformar em problema.

(Transcrito de *O Estado de S. Paulo* em 07.04.2006)

ENTREVISTA COM MICHELLE BACHELET, PRESIDENTE DO CHILE

Para a presidente do Chile, país precisa de mais investimentos sociais para corrigir desigualdade. Prosperidade tem de chegar aos mais pobres, diz Bachelet.

*Raul Juste Lores, enviado especial
a Santiago do Chile*

Filha de uma antropóloga e de um general fiel ao presidente deposto Salvador Allende, que foi torturado e morto sob a ditadura do General Augusto Pinochet, a nova presidente do Chile, Michelle Bachelet, 54, promete melhorar o modelo chileno, para que a riqueza chegue a todos. Desde o fim da ditadura, há 16 anos, a coalizão de centro-esquerda Concertación está no poder. Sucesso de crescimento econômico – 6% ao ano na última década –, a pobreza foi reduzida pela metade, mas a distribuição de renda ainda é muito ruim. É o país mais desigual da América Latina, junto a Brasil e México.

A novidade não terminou com a eleição da primeira mulher presidente do Chile. Ela

nomeou um ministério com o mesmo número de homens e mulheres. No que era o país mais conservador da América Latina, onde o divórcio ficou proibido até 2004 e filmes eram censurados, a presidente não foi batizada, é agnóstica e nunca se casou no religioso. Entre seus ministros há sete ateus e três judeus – os católicos, surpreendentemente, são minoria.

Bachelet teve dois filhos com seu primeiro marido, com quem se casou na antiga Alemanha Oriental, onde ficou exilada. De volta ao Chile, namorou por dois anos o porta-voz de um grupo guerrilheiro. Já na última década, teve sua terceira filha com um médico, colega dela na Comissão Nacional de Aids. “Sou mãe solteira”, costuma dizer.

Leia trechos da entrevista que a presidente do Chile deu à *Folha* em seu gabinete, no Palácio de la Moneda.

Folha – Em qualquer fórum internacional, os três países considerados modelos de estabilidade e crescimento econômico na América Latina são Brasil, Chile e México. Justamente os três com a pior distribuição de renda na região. O que se fez de errado?

Bachelet – Não me atrevo a falar de Brasil e México, pois não conheço os casos tão profundamente. No Chile, o que aconteceu é que o crescimento econômico nos anos 80, que continuou nos anos 90, aconteceu junto com uma concentração de poder político e econômico muito forte. Tratamos de reduzir isso, por meio de políticas sociais. Mas a desigualdade social é ainda muito forte no Chile. Os 20% mais ricos ainda são 14 vezes mais ricos que os 20% mais pobres. Mas, quando você mede os efeitos das políticas sociais e dos subsídios para a saúde, habitação, educação, a diferença diminui muito.

Não há coesão social de graça. O povo tem que se sentir parte de um projeto. As pessoas mais vulneráveis têm que sentir que sua situação melhora também. Quero dar muita força às políticas sociais. Os benefícios do cres-

cimento econômico, a prosperidade precisam chegar aos mais pobres.

Folha – Como fazer com que o crescimento econômico chegue para valer aos mais pobres?

Bachelet – Quero promover mais emprego digno e decente, não emprego precário. Lancei um pacote de 36 medidas para os cem primeiros dias do governo. São medidas de economia, emprego, meio ambiente, políticas sociais, competitividade, que vão da criação de um fundo estatal para mandar professores de inglês para estudar um semestre no exterior a trazer mais professores de língua inglesa para docência no Chile. Um programa que vai dar bolsas aos mil formandos com as melhores notas das universidades chilenas para que façam doutorado nas melhores universidades do mundo. Criaremos o programa de Serviço Cidadão, que juntará jovens de diferentes classes sociais em trabalhos comunitários, como alternativa ao serviço militar obrigatório.

Folha – Como melhorar a vida dos que ainda não ganharam com o crescimento do Chile?

Bachelet – Vou criar um fundo para ajudar em empreendimentos ou capacitação profissional de todo o maior de 40 anos que tenha perdido o emprego. Também quero que nossas etnias, nossos povos originais, tenham programas de apoio, que se sintam muito mais incluídos no crescimento econômico do país. Que as mulheres não sejam discriminadas. Para mesma função, o mesmo salário. Reajustaremos as pensões mais baixas do país, beneficiando um milhão de pensionistas.

Folha – Mas a Previdência chilena precisa de reformas urgentes. O que a senhora pretende fazer?

Bachelet – O mundo inteiro está discutindo a Previdência Social. Queremos um modelo que seja sustentável a longo prazo. Só sei que quero garantir pensões dignas para chilenos e chilenas

que estão em um mercado de trabalho muito diferente de quando se formulou esse sistema. Temos uma enorme quantidade de trabalhadores autônomos, que não estão inscritos no sistema, ou que não têm renda permanente. O sistema previdenciário não dá conta deles. Isso nos obriga a ter um grande pilar solidário.

Folha – De onde vai sair o dinheiro para esses programas sociais?

Bachelet – Nós acreditamos que, com o crescimento econômico que temos, com os preços altos do cobre, com a luta contra a sonegação, teremos recursos suficientes para avançar nesse plano de igualdade. O que não está contemplado aí é a reforma previdenciária. Porque não dá para contemplar sem saber ainda qual a profundidade da reforma, quanto vai custar depois dela. Vou manter os 19% do IVA (o ICMS chileno). Os candidatos sempre dizem que vão diminuir os impostos. Eu não disse essa mentira.

Folha – A senhora falou várias vezes em aumentar os gastos sociais, quase um palavrão para muitos que defendem o modelo chileno. E o estado de bem-estar social europeu está em crise. É possível crescimento com o aumento de gastos?

Bachelet – Historicamente, o mundo da economia neoliberal mais ortodoxa diz que você tem que fazer uma troca ou uma concessão. Ou há crescimento, ou há equidade. Eu estou convencida de que o crescimento tem que acontecer com mais equidade. Fizemos muitos avanços nos últimos anos, especialmente no governo Lagos. Se continuarmos a crescer, daremos passos muito importantes. Somos uma democracia, não só por escolher seus representantes, mas por dar mais oportunidades a seus filhos e filhas.

Folha – Como são as comissões de especialistas que a senhora formou para colaborar no governo?

Bachelet – Convidamos especialistas em todas es-

sas áreas. Temos que estar de acordo sobre o que queremos como país. Da reforma da Previdência à reforma eleitoral, quero saber o que pensam e o que propõem os mais diferentes setores. O Parlamento fará seu papel, discutirá tudo o que tem que discutir. Mas não quero projetos que fiquem dez anos parados. Quero apresentar projetos que já tenham uma análise de consenso. No Chile temos uma experiência. Quando conseguimos construir grandes acordos nacionais, diante de grandes temas, damos certo. Quando não somos capazes de nos colocar de acordo, a história nos demonstra que não fomos nada bem.

Folha – E a decisão de colocar o mesmo número de ministros e ministras?

Bachelet – Eu escolhi um ministério paritário. O tema do gênero é indispensável. Quando fui ministra da Defesa, preocupei-me com a situação das mulheres, que não estavam à altura dos homens. E conseguimos muitos avanços. No próximo ano, pela primeira vez na história do Chile, entrarão mulheres na Escola Naval. Fui a primeira mulher a ocupar a pasta da Saúde no país, mas ninguém deu muita importância. Mas, quando fui ministra da Defesa, isso chamou a atenção, como se as mulheres tivessem ultrapassado uma barreira importante.

Folha – Como o Chile pretende continuar crescendo?

Bachelet – Temos que continuar a fazer tudo o que já fazemos bem, mas introduzir coisas novas. Inovação, ciência, tecnologia; descobrir quais são os nichos de oportunidade para nós. Somos um país pequeno, ao contrário da potência que é o Brasil. Portanto precisamos de trabalhadores bem qualificados e capacitados, bem pagos. O que sempre tratamos de ser é extraordinariamente responsáveis. Que haja disciplina fiscal muito importante, superávit estrutural, é uma regra que vamos manter. Um sistema tributário mais adequado, mais racional.

Folha – O Chile está com problemas com a Argentina por causa do fornecimento de gás. A falta de energia pode ser um obstáculo para o crescimento do país?

Bachelet – Nós estamos desenvolvendo uma política energética “multi”. Multifontes, multipaíses... Procuramos as fontes mais baratas possíveis e menos poluentes. Vamos continuar a usar gás natural, mas diversificando nossas fontes fornecedoras. Queremos avançar em fontes renováveis de energia, eólica, solar, geotérmica. Foi um dos assuntos de que tratei com o presidente Lula. Sei da experiência do Brasil com o álcool; temos muita vontade de cooperação nessa área. Espero que consigamos fazer um anel energético na região. A reserva global de energia na América Latina é suficiente, mas, como cada país tenta resolver o problema sozinho, encontra dificuldades.

Folha – A senhora permitiria o acesso ao mar da Bolívia em troca de fornecimento de gás natural, que lá existe de sobra?

Bachelet – A Bolívia tem acesso ao mar, por conta de alguns tratados, depois do conflito bélico. É a soberania que é questionada. Mas nós podemos continuar a trabalhar com muita força em melhorar a qualidade desse acesso. O que nós falamos para a Bolívia é que estamos abertos a uma agenda sem exclusões. Uma agenda de futuro. Nós gostaríamos de reatar as relações diplomáticas, mas sem condições. E aí termos um mecanismo para conversar sobre todos os assuntos de interesse bilateral.

Folha – A senhora falou de reparação das vítimas da violência política. O que falta para reparar o legado da ditadura?

Bachelet – Vamos reparar as vítimas dos dois lados, demos passos importantes. Houve reparação econômica para muitas famílias, reparação moral, monumentos pelo país. A memória histórica não pode desaparecer. Não com

afã revanchista; não é o espírito do presidente Lagos nem o meu. O povo tem que tirar lições do que fizemos de errado no passado. E que nunca mais se passe por cima da democracia.

Folha – E o sistema eleitoral, criado por Pinochet?

Bachelet – Temos democracia, escolhemos nossos representantes. Mas nosso sistema não é perfeito; precisamos de um sistema proporcional. Quero eliminar as exclusões. Partidos políticos representativos que têm força na sociedade não conseguem ter uma cadeira no Parlamento. As mulheres têm poucas possibilidades, temos escassa representação. Só 4% dos senadores – dois – e 11% dos deputados. Quero mecanismos para garantir mais espaço. Precisamos quorum muito alto para fazer essas mudanças. Vamos procurar o apoio de setores da direita, que estejam convencidos de que este país merece um sistema mais proporcional.

Folha – Sempre se fala em “aproximar” o Chile do Brasil e do Mercosul. O Chile é distante? O que falta fazer para efetivar essa aproximação?

Bachelet – Reconheço e estou certa de que uma relação profunda entre Chile e Brasil é uma garantia para a estabilidade regional e para que nossas vozes sejam escutadas no contexto mundial. Por isso estaremos em todos os níveis de integração regional, com a Argentina, com o

México, com os demais países. Tenho uma proximidade especial com o Brasil, aos 15 anos estudei no Centro de Estudos Brasileiros em Santiago, sabia músicas brasileiras de cor.

Folha – Como foi seu encontro com o presidente Lula?

Bachelet – Falei ao presidente Lula da minha plena vontade de continuar a desenvolver mais intensamente uma série de pontos – comerciais, culturais, educacionais, serviços... Além de termos uma perspectiva comum de como estamos olhando o comércio multilateral. Apoiamos fortemente a iniciativa do G20.

Folha – O Chile era o país mais conservador da América Latina. Até há pouco, o divórcio era proibido, filmes e livros eram censurados. Sua eleição foi tida como um sinal de liberação. Ainda falta muito para o país não ser considerado retrógrado?

Bachelet – Não podemos ter um país que queira ser moderno no mundo da economia e continuar a ser extremamente pouco moderno em outras áreas. O Chile se modernizou em seu conjunto. Há mais conscientização de seus direitos. Que seja uma boa pátria, ou, como as feministas diriam, uma “mátria”. Quero que a diversidade seja considerada algo enriquecedor. E que não haja exclusões.

(Transcrito de *Folha de S. Paulo* em 24.04.2006)



BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício

Estudo histórico sobre a guerra antiga

J. B. Magalhães

Síntese da arte da guerra no período clássico (Grécia e Roma) na visão de grandes historiadores, como Xenofontes, Políbio, Vegécio e Sun Tzu.

Índice Remissivo

Janeiro a dezembro de 2005

TÍTULOS

- AMBIÇÕES MILITARES DA CHINA DEVEM PREOCUPAR – “O Estado de S. Paulo”, v. 803, p. 84.
- AMEAÇA DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NO SÉCULO XXI – Rony Prudente Cavalcante, v. 803, p. 5.
- AMÉRICA – Michael Ventura, v. 801, p. 89.
- APERFEIÇOAMENTO DO ENSINO DE DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO NO EXÉRCITO BRASILEIRO – Enio da Silva, v. 802, p. 27.
- ASPECTOS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL – Manuel Cambeses Júnior, v. 801, p. 45. b.
- ATENDENDO A UM APELO E FAZENDO A MINHA PARTE – Jorge Baptista Ribeiro, v. 801, p. 24.
- ATUAL PENSAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR BRASILEIRO (O) – Marcio Tadeu Bettga Bergo, v. 802, p. 3.
- BINÔMIO GLOBALIZAÇÃO/FRAGMENTAÇÃO (O) E A CRISE DO ESTADO – Marcelo de Jesus Santa Bárbara, v. 803, p. 45.
- BLITZKRIEG: A IMPORTÂNCIA DA RUPTURA EM SEDAN PARA A TEORIA DA GUERRA – Renato Rangel Ferreira, v. 802, p. 58.
- BRASIL QUER TRANSFORMAR-SE NA FAZENDA DO MUNDO – Laurence Caramel, v. 802, p. 94.
- BRASIL: UMA NAÇÃO ÓRFÃ – Ricardo Bergamini, v. 802, p. 87.
- BRIGADEIRO JERÔNIMO COELHO – Manoel Soriano Neto, v. 802, p. 47.
- CARACTERÍSTICAS DO HOMEM BRASILEIRO E SUA IMPORTÂNCIA PARA O DESEMPENHO DAS MISSÕES MILITARES – Carlos José Russo Assumpção Penteado, v. 802, p. 15.
- CHINA E ÍNDIA: DESAFIO E EXEMPLO PARA O BRASIL – Agência Brasil, v. 803, p. 79.
- COCHILOS E PRECONCEITOS NA COBERTURA DA ÁREA MILITAR PELA MÍDIA – Mário Augusto Jakobskind, v. 801, p. 43.
- COMBATENTES DA “LIBERDADE” – Denis Rosenfield, v. 801, p. 22.
- CONDESTÁVEL DA CRUZ DE LORENA (O) – Petronio R. G. Muniz, v. 803, p. 68.
- CONFISSÕES – José Luiz Sávio Costa, v. 802, p. 87.
- CONFLITO DO IRAQUE: ERROS ESTRATÉGICOS – Reinaldo Nonato de Oliveira Lima, v. 803, p. 26.
- CONFLITOS ÁRABE-ISRAELENSES E AS ESTRATÉGIAS EMPREGADAS POR ISRAEL DESDE A CRIAÇÃO DO SEU ESTADO – Roberto Tailor Souza da Silva, v. 803, p. 19.
- CONJUNÇÃO ASTRAL ADVERSA: IDH E AUTOESTIMA EM BAIXA – Josef Barat, v. 801, p. 82.
- CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DA LIDERANÇA MILITAR NO EXÉRCITO BRASILEIRO – Claudio Herbert Nina e Silva, André Gonçalves Mellagi e Paolo Rosi D’ávila, v. 801, p. 31.
- CONTURBADAS RELAÇÕES SINO-NIPÔNICAS (AS) – “O Estado de S. Paulo”, v. 803, p. 83.
- CRISE NO HORIZONTE DE RORAIMA – Vasconcelo Quadros, v. 802, p. 98.
- CRISES E CONFLITOS DO SÉCULO XXI – Carlos de Meira Mattos, v. 803, p. 3.
- DENUNCISMO E DEGRADAÇÃO DO DIREITO – Dalmo de Abreu Dallari, v. 802, p. 90.
- DESAFIOS FAZEM DA UNIÃO SUL-AMERICANA UM SONHO – Richard Lapper, v. 801, p. 61.
- DESINFORMAÇÃO – UMA REFLEXÃO SOBRE A ÉTICA JORNALÍSTICA – Carlos Alberto Reis Lima, v. 802, p. 91.

- DIFUSÃO DA IGNORÂNCIA – Olavo de Carvalho, v. 801, p. 92.
- DIPLOMACIA SEM RESPALDO – Antônio Sepúlveda, v. 801, p. 91.
- DO CASTIGO DOS DEUSES À PUNIÇÃO DOS HOMENS – Alberto Oliva e Mario Guerreiro, v. 802, p. 63.
- ENERGIA NUCLEAR – Da imprensa, v. 801, p. 72
- ESCALADA RUMO AO PODER – José Meirelles Passos, v. 801, p. 6.
- EUA DESENVOLVEM ARMAS NUCLEARES DO FUTURO – William J. Broad, v. 801, p. 85.
- EXÉRCITO E A REVOLUÇÃO FARROUPILHA (O) – UMA RELEITURA – Cláudio Moreira Bento, v. 803, p. 54.
- FORÇAS ARMADAS E A POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL – Manuel Cambeses Júnior, v. 802, p. 13.
- GETÚLIO VARGAS E A EVOLUÇÃO DA DOUTRINA DO EXÉRCITO (1930 – 1945) – Cláudio Moreira Bento, v. 802, p. 51.
- GOVERNO FEDERAL AUTORIZA USO COMERCIAL DO BIODIESEL – Ministério de Minas e Energia, v. 801, p. 68.
- GRAMSCI E O MST – Denis Lerrer Rosenfield, v. 802, p. 96.
- GRANDE MENTIRA (A) – Carlos Hernán Tercero, v. 802, p. 76.
- IMPORTÂNCIA DO CAPITAL MORAL (A) – Ubiratan Iorio, v. 801, p. 83.
- IMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA NO MUNDO – Manuel Cambeses Júnior, v. 801, p. 84.
- ÍNDIA, POTÊNCIA NUCLEAR: UMA NOVA BIPO-LARIDADE? – Demétrio Magnoli, v. 803, p. 82.
- LEGADO DE UM NOTÁVEL PRÓCER CHINÊS (O) – Manuel Cambeses Júnior, v. 803, p. 79.
- MAIO DE 2005; 60 ANOS DO FIM DO III REICH – Almir Santos, v. 801, p. 11.
- MEMÓRIA HISTÓRICA DOS BRASILEIROS – Mário Hecksher, v. 802, p. 44.
- MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA A INDÚSTRIA DO GÁS NATURAL NO BRASIL – Ministério de Minas e Energia, v. 801, p. 67.
- MODELO DO SETOR ELÉTRICO (NOVO) – Ministério de Minas e Energia, v. 801, p. 66.
- MIGUEL COSTA: O VERDADEIRO COMANDANTE DA GRANDE MARCHA DA “COLUNA PRES-
TES” – Hélio Tenório dos Santos, v. 803, p. 57.
- NOVAS TEORIAS DE PODER MUNDIAL E O BRASIL POTÊNCIA – Carlos de Meira Mattos, v. 801, p. 3.
- ONGs SÃO FACHADA PARA PAÍSES RICOS – “O Estado de S. Paulo”, v. 802, p. 99.
- PARADIGMA HOLÍSTICO DA ADMINISTRAÇÃO MODERNA (O): INTERAGIR PROCESSOS E PESSOAS, NA BUSCA DA EXCELÊNCIA GERENCIAL – Waldicir Rosa da Silva, v. 801, p. 39.
- POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA AMÉRICA DO SUL – Maria Regina Soares de Lima, v. 801, p. 62.
- POTÊNCIA, MAS SEM INFLUÊNCIA – Rubens Barbosa, v. 801, 86.
- PRESENÇA MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS NO MUNDO – Manuel Cambeses Júnior, v. 803, p. 35.
- PROGRAMA EXCELÊNCIA GERENCIAL (O) – PEG – NO EXÉRCITO BRASILEIRO – Entrevista com o Comandante do Exército, v. 802, p. 41.
- PROTEÇÃO JURÍDICA AO EMPREGO DE TROPAS EM OPERAÇÕES DE GARANTIA DA LEI E DA ORDEM – Luís Contine Giroto, v. 802, p. 19.
- REFORMA DA ONU (A) – Mário Gibson Barbosa, v. 801, p. 63.
- RELAÇÕES COMERCIAIS BRASIL-CHINA – J. Carlos Racy, v. 803, p. 85.
- RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E OS ESTADOS UNIDOS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA – Paulo Roberto de Almeida, v. 803, p. 38.

REVOLTA DA FOICE CONTRA O MARTELO – Edward Cody, v. 803, p. 81.

SAINDO DA AREIA MOVEDIÇA – David Brooks, v. 801, p. 87.

SÃO PAULO, O GRANDE OBJETIVO – Jarbas Passarinho, v. 801, p. 20.

TERRORISMO: O 11 DE SETEMBRO, VISÃO RETROSPECTIVA E PROSPECTIVA – Nilton Freixinho, v. 803, p. 42.

UM SÉCULO DE ARON – O COMBATENTE DA LIBERDADE – Ipojuca Pontes, v. 801, p. 8.

VALOR MILITAR DO GENERAL MASCARENHAS DE MORAES NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA ITÁLIA – Geraldo Luiz Nery da Silva, v. 801, p. 93
VIETNÃ 30 ANOS DEPOIS – Pham Thi Hoai, v. 803, p. 86.

AUTORES

AGÊNCIA BRASIL, *China e Índia: desafio e exemplo para o Brasil*, v. 803, p. 79.

ALMEIDA, Paulo Roberto de, *Relações entre o Brasil e os Estados Unidos em perspectiva histórica*, v. 803, p. 38.

BARAT, Josef, *Conjunção astral adversa: IDH e auto-estima em baixa*, v. 801, p. 82.

BARBOSA, Mário Gibson, *Reforma da ONU (a)*, v. 801, p. 63.

BARBOSA, Rubens, *Potência, mas sem influência*, v. 801, p. 86.

BENTO, Cláudio Moreira, *Exército e a Revolução Farroupilha (o) – uma releitura*, v. 803, p. 54. – *Cetúlio Vargas e a evolução da doutrina do exército (1930-1945)*, v. 802, p. 51.

BERGAMINI, Ricardo, *Brasil: uma nação órfã*, v. 802, p. 87.

BERGO, Marcio Tadeu Bettega, *Atual pensamento estratégico militar brasileiro (o)*, v. 802, p. 3.

BROAD, William J., *EUA desenvolvem armas nucleares do futuro*, v. 801, p. 85.

BROOKS, David, *Saindo da areia movediça*, v. 801, p. 87.

CAMBESES JÚNIOR, Manuel, *Aspectos da conjuntura internacional*, v. 801, p. 45. – *Forças Armadas e a política de defesa nacional*, v. 802, p. 13. – *Imposição da democracia no mundo*, v. 801, p. 84. – *Legado de um notável prócer chinês (o)*, v. 803, p. 79. – *Presença militar dos Estados Unidos no mundo*, v. 803, p. 35.

CAMEL, Laurence, *Brasil quer transformar-se na fazenda do mundo*, v. 802, p. 94.

CARVALHO, Olavo de, *Difusão da ignorância*, v. 801, p. 92.

CAVALCANTE, Rony Prudente, *Ameaça do fundamentalismo religioso no século XXI*, v. 803, p. 5.

CODY, Edward, *Revolta da foice contra o martelo*, v. 803, p. 81.

COMANDANTE DO EXÉRCITO, *Programa Excelência Gerencial(o) – PEG – no Exército Brasileiro*, entrevista com o, v. 802, p. 41.

DALLARI, Dalmo de Abreu, *Denuncismo e degradação do direito*, v. 802, p. 90.

“ESTADO DE S. PAULO (O)”, *Ambições militares da China devem preocupar*, v. 803, p. 84. – *Conturbadas relações sino-nipônicas (as)*, v. 803, p. 83. – *ONGS são fachada para países ricos*, v. 802, p. 99.

FERREIRA, Renato Rangel, *Blitzkrieg: A importância da ruptura em Sedan para a teoria da guerra*, v. 802, p. 58.

FREIXINHO, Nilton, *Terrorismo: o 11 de setembro, visão retrospectiva e prospectiva*, v. 803, p. 42.

GIROTTI, Luís Contine, *Proteção jurídica ao emprego de tropas em operações de garantia da lei e da ordem*, v. 802, p. 19.

GUERREIRO, Alberto Oliva e Mario, *Do castigo dos deuses à punição dos homens*, v. 802, p. 63.

- HECKSHER, Mário, *Memória histórica dos brasileiros*, v. 802, p. 44.
- HOAI, Pham Thi, *Vietnã 30 anos depois*, v. 803, p. 86.
- IMPrensa (DA), *Energia nuclear*, v. 801, p. 72.
- IORIO, Ubiratan, *Importância do capital moral (a)*, v. 801, p. 83.
- JAKOBSKIND, Mário Augusto, *Cochilos e preconceitos na cobertura da área militar pela mídia*, v. 801, p. 43.
- LAPPER, Richard, *Desafios fazem da união sul-americana um sonho*, v. 801, p. 61.
- LIMA, Carlos Alberto Reis, *Desinformação – uma reflexão sobre a ética jornalística*, v. 802, p. 91.
- LIMA, Maria Regina Soares de, *Política externa brasileira na América do Sul*, v. 801, p. 62.
- MAGNOLI, Demétrio, *Índia, potência nuclear: uma nova bipolaridade?*, v. 803, p. 82.
- MEIRA MATTOS, Carlos de, *Crises e conflitos do século XXI*, v. 803, p. 3. – *Novas teorias de poder mundial e o Brasil potência*, v. 801, p. 3.
- MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, *Governo Federal autoriza uso comercial do biodiesel*, v. 801, p. 68. – *Modelo de desenvolvimento para a indústria do gás natural no Brasil*, v. 801, p. 67. – *Modelo do setor elétrico (novo)*, v. 801, p. 66.
- MUNIZ, Petrônio R. G., *Condestável da Cruz de Lorena (O)*, v. 803, p. 68.
- OLIVEIRA LIMA, Reinaldo Nonato de, *Conflito do Iraque: erros estratégicos*, v. 803, p. 26.
- PASSARINHO, Jarbas, *São Paulo, o grande objetivo*, v. 801, p. 20.
- PASSOS, José Meirelles, *Escalada rumo ao poder*, v. 801, p. 6.
- PENTEADO, Carlos José Russo Assumpção, *Características do homem brasileiro e sua importância para o desempenho das missões militares*, v. 802, p. 15.
- PONTES, Ipojuca, *Um século de Aron – o combatente da liberdade*, v. 801, p. 8.
- QUADROS, Vasconcelo, *Crise no horizonte de Roraima*, v. 802, p. 98.
- RACY, J. Carlos, *Relações comerciais Brasil-China*, v. 803, p. 85.
- RIBEIRO, Jorge Batista, *Atendendo a um apelo e fazenda, do a minha parte*, v. 801, p. 24.
- ROSENFELD, Denis Lerrer, *Combatentes da “liberdade”*, v. 801, p. 22. – *Gramsci e o MST*, v. 802, p. 96.
- SANTA BÁRBARA, Marcelo de Jesus, *Binômio globalização / fragmentação (o) e a crise do estado*, v. 803, p. 45.
- SANTOS, Almir, *Maio de 2005: 60 anos do fim do III Reich*, v. 801, p. 11.
- SANTOS, Hélio Tenório dos, *Miguel Costa: O verdadeiro comandante da grande marcha da “Coluna Prestes”*, v. 803, p. 57.
- SÁVIO COSTA, José Luiz, *Confissões*, v. 802, p. 87.
- SEPÚLVEDA, Antônio, *Diplomacia sem respaldo*, v. 801, p. 91.
- SILVA, Enio da, *Aperfeiçoamento do ensino de direito internacional humanitário no Exército Brasileiro*, v. 802, p. 27.
- SILVA, Geraldo Luiz Nery da, *Valor militar do General Mascarenhas de Moraes no teatro de operações da Itália*, v. 801, p. 93.
- SILVA, Roberto Tailor Souza da, *Conflitos árabe-israelenses e as estratégias empregadas por Israel desde a criação do seu estado*, v. 803, p. 19.
- SILVA, MELLAGI e D’ÁVILA, Claudio Herbert Nina e..., André Gonçalves... e Paolo Rosi, *Contribuições teóricas para o aperfeiçoamento da liderança militar no Exército Brasileiro*, v. 801, p. 31.
- SILVA, Waldicir Rosa da, *Paradigma holístico da administração moderna(o): interagir processos e pessoas, na busca da excelência gerencial*, v. 801, p. 39.
- SORIANO NETO, Manoel, *Brigadeiro Jerônimo Coelho*, v. 802, p. 47.
- TERCERO, Carlos Hernán, *Grande Mentira (a)*, v. 802, p. 76.
- VENTURA, Michael, *América*, v. 801, p. 89.

**A palavra impressa é um registro
de idéias, pensamentos e história.
Documenta o passado e materializa
projetos para o futuro.
Nossa história está registrada
em cada uma das palavras de alguns
dos mais importantes títulos da
literatura brasileira e nosso futuro
vamos imprimir nas palavras de
cada um de nossos clientes.
Na próxima oportunidade,
imprima Sermograf.**

SERMOGRAF

Tudo que você deseja de uma gráfica.



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.